

Transcrição da 443ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

1
2
3 **00:53:10 Anselmo Guimarães:** Bom dia a todos e todas. Senhor presidente Jonatas, conselheiros e
4 conselheiras, demais amigos que nos acompanham aqui presencialmente ou pela internet. Tendo sido
5 devidamente verificado quórum, à mesa declara abertos os trabalhos da 443ª Reunião Ordinária do
6 Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos os
7 senhores. Informo aos presentes que a transmissão ao vivo dos trabalhos pode ser acessada no *YouTube*,
8 na página “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário
9 Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de conferências, aproveitando aqui
10 para saudar os conselheiros e demais amigos que nos acompanham também na plataforma de
11 videoconferência. Vamos passar agora ao expediente preliminar, primeiro a aprovação da ata da 442ª
12 Reunião Ordinária do Plenário, distribuída junto à convocatória a todos os presentes conselheiros,
13 razão pela qual peço ao plenário que se dispense a leitura, ficando, portanto, considerada aprovada pela
14 presidência. E agora nós vamos passar as comunicações da presidência e da secretaria executiva. Então,
15 agora com a palavra o senhor Subsecretário de Meio Ambiente, Jonatas Trindade, que hoje preside a
16 reunião para suas comunicações e informes. Muito bom dia, Subsecretário. Muito obrigado pela
17 participação.

18
19 **00:02:23 Jonatas Trindade:** Bom dia pessoal. Hoje com uma reunião bem cheia e com muita gente
20 participando, que bom. É sempre bom vê-los bem. Não consegui participar da última reunião por conta
21 de agendas. Vou falar um pouquinho do que aconteceu em janeiro, o que a Secretaria tem divulgado e
22 tem colocado como pauta importante. Recentemente nós fizemos um processo de comunicação para
23 toda a sociedade paulista com o objetivo de explicar e alertar sobre a febre amarela e a importância da
24 proteção dos macacos, tendo em vista que eles não são os provocadores da febre amarela, eles são
25 vítimas como qualquer um que possa ser picado pelo mosquito. O IPA promoveu um 4º Workshop de
26 Mudanças Nativas e o primeiro encontro de Floresta de Carbono em Avaré recentemente, na semana
27 passada. Não foi isso, Nalon? A essa é em março, 13 e 14, não é? E também, nesse final de semana,
28 nós começamos o projeto Verão no Clima, que é uma ação de conscientização ambiental. A gente tem
29 promovido o Verão no Clima como uma forma de levar a população a preocupação em relação ao
30 descarte irregular, ou descarte sem o devido cuidado dos resíduos sólidos de uma forma geral. Teve a
31 participação da CETESB, da Sabesp, da Secretaria, de alguns parceiros que colaboraram nesse
32 processo, que ocorreu agora em Santos, e vai continuar em outros municípios. Amanhã, por exemplo,
33 estaremos em Ilhabela. Depois eu vou passar a palavra para a Malu falar um pouquinho sobre isso. Um
34 outro ponto importante foi a qualificação do FUNBIO como entidade habilitada para gerir o mecanismo
35 financeiro, que é o Finaclima, foi recente esse processo, finalizado recentemente. Esse mês também
36 nós conseguimos entregar a premiação do concurso de redação, então foi um momento bastante
37 oportuno de ver o impacto que a premiação promove nas escolas, com o envolvimento dos alunos e
38 diretores de toda a comunidade em relação a um projeto que a gente pretende manter esse ano, fazer
39 uma nova edição, não no formato de redação, mas no formato de projetos. Um ponto também bastante
40 importante é a ampliação, que foi divulgada pela Fundação Florestal do Programa de Recuperação da
41 Palmeira Juçara. Foi dobrado o número de famílias beneficiadas e que participam do programa. Além

42 disso, nós temos um projeto de gestão de risco no Litoral Norte, conduzido pelo IPA, com um trabalho
43 de parceria com o BID. O Nalon pode explicar um pouquinho melhor. Também temos desenvolvido
44 um processo de restauração de 115 hectares na Estação Ecológica de Barreiro Rico. Além disso,
45 tivemos a primeira reunião do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas e a posse dos conselheiros,
46 uma retomada do conselho, que tem um propósito específico e uma participação efetiva da sociedade
47 civil, da academia e de entes do governo, de pessoas do governo. Nós temos também divulgado que a
48 Fundação tem realizado um trabalho, e também a nossa Coordenadoria de Parques, de ações
49 sustentáveis no carnaval, com programação de natureza e cultura. Então, o conjunto de atividades
50 artísticas e educativas. Além disso, também foi divulgado o investimento realizado pela Secretaria na
51 reforma da estação da Praça da República, em Santos, é algo que faz parte de uma entrega importante,
52 de um pacote de ações, aí o Denis pode detalhar um pouquinho mais. Além disso, foi anunciado
53 recentemente o investimento de 7,5 bi na Baixada Santista para saneamento, uma ação conjunta de São
54 Paulo e Sabesp. Além disso, a SEMIL realizou uma Audiência Pública sobre o Plano de Saneamento
55 Básico. Também foi anunciado, em decorrência das chuvas, o investimento de 300 milhões em planos
56 de drenagem e obras de saneamento no Alto Tietê e outras ações de saneamento trabalhadas junto aos
57 municípios. E também o diálogo iniciado por São Paulo para a regionalização e destinação de resíduos
58 sólidos, fortalecendo nosso Programa de Resíduos Sólidos aqui no Estado de São Paulo com essa
59 perspectiva de regionalização da gestão do resíduo. Tem mais um projeto que eu acho que é bastante
60 relevante, lançado recentemente, que a SEMIL vai investir 348 mil em projetos piloto de iluminação
61 pública em Miracatu, e isso tem sido um foco e um ponto de atenção da Subsecretaria de Energia e
62 Mineração, tornar a iluminação pública mais eficiente dentro dos padrões que considerem também
63 critérios ambientais.

64
65 **00:07:54 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, senhor presidente. Tem um recado bem rápido aqui
66 com relação aqui já direcionada às entidades ambientalistas, da sociedade civil, só para reforçar o
67 convite. Em breve nós teremos o processo eleitoral para o processo de eleição para o mandato 2025-
68 2027. Mas um recado para ficarem atentos a sua renovação do certificado no Cadea, o Cadastro de
69 Entidades Ambientistas no Estado de São Paulo, para que a gente possa fazer com o maior número
70 possível de interessados. Então fica aqui o convite, mesmo aquelas que ainda não estão cadastradas,
71 que façam isso. É uma luta aqui, junto com a equipe, Malu, da Coordenadoria de Educação Ambiental,
72 justamente para recepcionar e dar uma celeridade para que a gente possa ter bastante gente participando
73 e fortalecer a governança ambiental. Muito obrigado. Nós vamos passar agora 30 minutos de fala
74 dividido entre os conselheiros para assuntos de interesse geral. Já informaram aqui que vão fazer uso
75 da palavra a conselheira Gilda Nunes, também o conselheiro Eduardo Misaka, do CREA, e também o
76 conselheiro Andrés Vernet. Temos também aqui o Coronel Navarro, o Rodrigo Levkovicz, Fernando
77 Prioste, conselheiro Beloyanis. Vamos ver aqui online quem nós temos. Nenhuma mão levantada.
78 Também aqui o Nalon, Victorino, o suplente do Missaka, vai dividir o tempo com o conselheiro do
79 CREA. Então nós temos aqui a conselheira Malu Freire, claro. Então, tem a Gilda, Eduardo Victorino,
80 Andrés, Prioste, Beloyanis, Coronel Navarro, Levkovicz, Nalon, Malu Freire. Nós, então, temos nove
81 conselheiros inscritos. São, portanto, três minutos mais a conclusão para cada conselheiro. Vou
82 começar com a conselheira Gilda Nunes. Conselheira Gilda Nunes, que informou que cederia o tempo

83 de fala também para um convidado. Então, eu já passo imediatamente a palavra para a conselheira
84 Gilda. Bom dia, Conselheira.

85

86 **00:10:18 Gilda Nunes:** Bom dia. Eu vou pedir, por gentileza, Anselmo, para você deixar mais para
87 frente, porque eu não estou vendo a pessoa aqui, no caso, o doutor Eduardo aqui participando, eu pelo
88 menos não consigo vê-lo.

89

90 **00:10:29 Anselmo Guimarães:** Ele está aqui conosco no plenário, Gilda. Me informaram aqui.

91

92 **00:10:33 Gilda Nunes:** Então, ótimo. Eu passo a palavra para ele, então.

93

94 **00:10:40 Anselmo Guimarães:** Então só para anunciar para todos que é o doutor Eduardo Baker Valls
95 Pereira, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, seja muito bem-vindo, por favor. Então o tempo
96 de fala é de três minutos. Muito obrigado.

97

98 **00:11:00 Eduardo Baker Valls Pereira:** Obrigado. Serei breve, vou me apresentar primeiro, explicar
99 o motivo de estar aqui. Meu nome é Eduardo Becker, eu sou defensor público do estado de São Paulo,
100 e atualmente eu estou na Coordenação Auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade
101 Racial e Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, e eu toco essa segunda pauta, de povos e
102 comunidades tradicionais. O núcleo recebeu uma denúncia ou provocação por parte do quilombo Rio
103 das Minas, acerca do — (ininteligível 00:11:24) Lagamar. A gente foi informado que hoje seria a
104 votação da reforma, da mudança do Plano de Manejo. Viemos acompanhar essa votação e eventuais
105 encaminhamentos. Resumidamente, o motivo da minha presença é esse, só brevemente falar, a
106 Defensoria Pública, no peri em específico, acompanhamos muitos temas de interesse nesse
107 CONSEMA, não temos assento aqui, mas a gente acompanha a questão de autuações ambientais, a
108 questão de sobreposição de Unidades de Conservação e comunidades tradicionais. Então, caso haja
109 algum outro momento, espaço ou interesse desse conselho, ou dos órgãos que o compõem, para uma
110 interlocução com a Defensoria Pública, em específico o núcleo que eu coordeno, em temática que
111 envolva povos e comunidades tradicionais, a Defensoria Pública, o núcleo, e a minha pessoa na
112 coordenação auxiliar está à disposição, seja do CONSEMA, seja dos órgãos aqui presentes, para
113 eventual diálogo, no que acharem pertinente. Obrigado pelo tempo, encerro a minha apresentação.

114

115 **00:12:11 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutor Eduardo Becker, obrigado pela correção.
116 Informa aqui, já, que nós recebemos o ofício número 22, de 2025, já encaminhamos aqui para as áreas
117 responsáveis, atentando obviamente já o prazo para devolutiva aos questionamentos. Muito obrigado
118 pela parceria, inclusive, doutor. Gostaria de convidar agora, também, portanto, o próximo conselheiro
119 inscrito é o conselheiro Eduardo Missaka, por favor.

120

121 **00:12:42 Eduardo Missaka:** Bom dia a todos. Bom dia, Jonatas, que preside a mesa hoje. Minha fala
122 é muito rápida, só um aviso. No dia 19 de março, o CREA São Paulo vai promover um evento em
123 homenagem ao Dia Mundial da Água. Esse evento é Gestão Eficiente e Sustentável dos Recursos

124 Hídricos, cujos temas a serem apresentados e debatidos lá no auditório do CREA São Paulo serão: o
125 papel da engenharia nos recursos hídricos e soluções sustentáveis para o uso da água. Então, tão logo
126 a mídia me encaminhe, eu estou mandando para Anselmo o convite e fica aberto o convite a todos os
127 presentes aqui. Então minha fala era essa, vou passar para meu parceiro que está lá em Salvador, e
128 aproveitando a oportunidade, bom carnaval a todos.

129

130 **00:13:35 Anselmo Guimarães:** Vamos ver então, diretamente de Salvador, por favor, conselheiro
131 Victorino.

132

133 **00:13:44 José Eduardo Victorino:** Muito obrigado, Eduardo, pelo espaço. Bom dia a todos. Bem
134 rapidamente, falar sobre o projeto Pró Juçara. Sabemos que a Juçara será uma espécie chave na Mata
135 Atlântica devido à purificação em época de escassez da floresta, e alimentando de 70 animais.
136 Iniciamos o trabalho em Mairiporã, no Parque Juçara, para a colheita do fruto do juçara e para produção
137 de sementes. Gostaria de agradecer as meninas do projeto Pró Juçara, a Vitória e a Sara pela visita no
138 Parque Juçara no último dia 13 de fevereiro de 2025, onde levaram todas informações desse projeto,
139 então a gente vai contribuir com a Mata Atlântica. E por fim, uma segunda informação muito
140 importante também, nós tivemos uma reunião lá na Secretaria de Meio Ambiente de Mairiporã sobre
141 o tombamento de cargas perigosas na rodovia Fernão Dias e a colocação de barreiras de córregos que
142 deságua no rio Juqueri e no rio Jundiázinho. Essa reunião contou com a presença do Ibama, da
143 concessionária Teles, da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, da Cetesb, da Secretaria do Meio
144 Ambiente, Obras e Planejamento de Mairiporã, a Sabesp e o Conselho do CONDEMAT. Essas ações
145 estão sendo coordenadas pelos senhores Mauro, Carlos e Marco da CETESB Pinheiros. E essas ações
146 serão fundamentais para a proteção de recursos hídricos nessa região que nós estamos agora. Então,
147 muito obrigado, bom carnaval a todos, e eu estou aqui acompanhando meus netinhos, estou
148 aproveitando aqui em Salvador. Muito obrigado pessoal. Fiquem com Deus.

149

150 **00:15:19 Anselmo Guimarães:** Nosso correspondente do carnaval de Salvador. Muito obrigado,
151 conselheiro. Gostaria de convidar o conselheiro André Vernet, que informou que o tempo de fala dele
152 será cedido à presidente da entidade Ecophalt, nossa ex-conselheira Syllis Bezerra. Bom dia, ex-
153 conselheira.

154

155 **00:15:48 Syllis Bezerra:** Bom dia. Falando aqui de Minas. Um está na Bahia, outro em Minas. Bom,
156 gente, estou aqui no evento maravilhoso também aqui falando sobre as ODSs, tema muito importante,
157 cidades sustentáveis sempre estão em tudo quanto é lugar, na medida do possível. Fiz um textinho curto
158 aqui, que eu já sei que o tempo também urge, né? Mas, na verdade, é um agradecimento. Eu vou ler
159 aqui para vocês. “Aos membros do CONSEMA. A Ecophalt vem a público compartilhar uma
160 importante conquista. Tivemos a oportunidade de contribuir com informações valiosas sobre o asfalto
161 ecológico de pneus e sobre nossos TCCs da Etec (00:16:28), de Praia Grande, São Paulo, que trata da
162 logística reversa dos pneus inservíveis. Essas contribuições resultaram em um material explicativo,
163 essencial no eixo pavimentação de vias do caderno de tipologias urbanas modulares, que eles vão
164 imprimir agora a segunda versão. Documento muito bem elaborado pela Secretaria Estadual de

165 Desenvolvimento Urbano e Habitação. O Trani está aí presente, ele sabe do que se trata, e parabéns.
166 Cujo objetivo é auxiliar os municípios na implementação de projetos sustentáveis. É com grande honra
167 ver a Ecophalt citada na referência bibliográfica deste documento. Este reconhecimento, a nossa
168 entidade não é para nós, mas sim fortalece nosso trabalho e também valoriza a ETEC de Praia Grande
169 de São Paulo, pois foi lá que nossa instituição nasceu e surgiu o TCC que deu origem a Ecophalt.
170 Expressamos nossa gratidão pela menção da Ecophalt no caderno de tipologias urbanas modulares, que
171 certamente será um guia fundamental para muitos municípios que buscam um futuro mais sustentável.
172 Agradecimentos especiais à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, equipe de
173 consultoria técnica, Lilia Regling, Milena Bori, Ana Carolina Reis, Juliana Lins, Sâmia Couri. Que
174 Deus abençoe a todos. Parabenizamos pelo brilhante trabalho e agradecemos mais uma vez ao
175 CONSEMA por sempre reconhecer a atuação da Ecophalt na defesa do meio ambiente”. Então é isso,
176 meus queridos, é um prazer enorme revê-los e compartilhar essa alegria e esse caderno de tipologias,
177 como vocês viram, esse segunda versão é maravilhoso, é um exemplo e espero que vários municípios
178 compartilhem desse material e que coloque em prática mesmo, que é muito importante o progresso e
179 consonância na defesa do meio ambiente. E isso, gratidão a todos, um bom carnaval e uma boa reunião.

180

181 **00:18:25 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, ex-conselheira, sempre conselheira. Obrigado pela
182 participação. Trazendo aqui de volta a mesa, conselheiro Fernando Prioste.

183

184 **00:18:34 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. Eu fui procurado por organizações
185 ambientalistas para tratar de um tema relativo à deliberação normativa CONSEMA nº 03, de 2018, que
186 classificou atividades de baixo impacto ambiental em áreas de preservação permanente e área urbana.
187 Essa resolução foi declarada ilegal por uma ação judicial e, muito recentemente, o Ministério Público,
188 e aí, que é a questão principal, ajuizou um cumprimento de sentença, requerendo que todos os
189 procedimentos que eventualmente tivessem sido licenciados por essa normativa fossem declarados
190 nulos. A questão é saber se houve algum licenciamento ou não, praticado com base nessa resolução,
191 para que, inclusive, eu possa informar o Ministério Público, dizer, olha, você não precisa prosseguir
192 com essa ação porque não houve, ou se houve qual é a medida que vai ser adotada. E uma questão
193 pontual, mas também importante, uma atualização no site do CONSEMA, porque lá está dizendo que
194 a deliberação estava suspensa, mas o Anselmo me informou que agora a pouco já foi atualizado para
195 que ele constasse como permanentemente cancelado. Era só isso, obrigado.

196

197 **00:19:34 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro, inclusive por ter apontado isso. A gente já fez
198 a alteração no site, já com os termos, inclusive, da decisão judicial transitada e julgada. Muito obrigado.
199 Conselheiro Beloyanis Monteiro.

200

201 **00:19:50 Beloyanis Monteiro:** Bom dia a todos. É só um reforço, um convite. Nós estamos às vésperas
202 da Conferência Estadual de Meio Ambiente. Vai ser no dia 12, na USP. Então seria legal que
203 representantes de municípios, pessoas interessadas, participassem. É um evento já para delegar, já
204 determinado, mas tem um espaço para voluntários e quem quiser facilitar as oficinas e participar nos
205 grupos. Eu acho que é um momento fundamental para a gente estar junto, as entidades ambientalistas

206 e representantes do governo também, que são de secretaria, está junto com a gente, está um processo
207 bem legal. Quero reforçar o papel da Jussara, que tem conduzido muito bem, então é isso aí. Dia 12
208 estaremos o dia todo na USP, vou fazer essa conferência que esperamos que seja uma grande
209 conferência. Obrigado.

210

211 **00:20:44 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Gostaria agora de passar a palavra para
212 o conselheiro que solicitou depois, estou vendo que sobrou um tempinho aqui. Conselheiro Djalma
213 Weffort, então, conto aqui com a permissão de todos, já que sobrou um pouquinho de tempo, para
214 ceder alguns minutinhos. Conselheiro Djalma, por favor.

215

216 **00:20:58 Djalma Weffort:** Obrigado Anselmo, bom dia, secretário, bom dia a todos. Bom, eu vou
217 começar aqui dizendo que uma das questões que nós, ambientalistas, costumamos nos atribuir a nós
218 próprios, que nós somos pessimistas no discurso e otimistas na ação. E não é para menos. A gente não
219 tem nada para comemorar. Nós temos problemas de aquecimento global, extremos climáticos, tráfico
220 de animais silvestres, e agora que a exploração do petróleo mundial, o tal do perfura, baby, perfura, e
221 eu vou aproveitar para aproveitar um outro jargão ambientalista que é pensar global e agir local para
222 fazer uma lista aqui, bem rapidamente, de aspectos que eu considero bastante positivos. O primeiro, é
223 as tratativas que nós estamos tendo com a Fundação Florestal para a ampliação do Parque Estadual do
224 Rio do Peixe, e a instituição da Unidade de Conservação da Mata Maturi. São dois temas muito caros
225 para nós, porque nós vamos com isso, não só proteger, ampliar área de interesse ambiental do Estado,
226 mas também vamos tomar isso como exemplo para que as áreas devolutas de São Paulo passem para
227 o patrimônio da Fundação Florestal. Com essa forma a gente pode diminuir um pouco o déficit da sub-
228 representatividade que temos pela mata de interior. E outro ponto, rapidamente, é que depois de 25
229 anos, a Reserva Estadual da Lagoa São Paulo começa a ter cuidados, e houve a reintegração de posse
230 dessa área, está se iniciando o processo de restauração, e eu gostaria de colocar a Reserva Estadual da
231 Lagoa São Paulo no radar da Secretaria do Meio Ambiente, na SEMIL, porque é uma área muito
232 ocupada por gado e também objeto de incêndios florestais. Então nós vamos precisar, principalmente,
233 da Polícia Ambiental para aumentar os cuidados com essa área, que já foi Fundação Florestal, mas
234 houve depois um projeto de lei que extinguiu essa reserva, só que não, porque hoje permanece o
235 enchimento do reservatório, 2400 hectares, que ela forma um conjunto de áreas úmidas na região oeste
236 aqui de São Paulo, que nós chamamos de Pantanal Paulista. Então, ela forma um mosaico muito
237 importante, inclusive com espécies ameaçadas de extinção, como cervo do pantanal. Gostaria também
238 de aplaudir a iniciativa da Secretaria do Meio Ambiente, da Fundação Florestal, por ter ampliado a
239 Esec de Assis, e a nossa expectativa não veio na linha que nós esperávamos, mas já é um passo
240 importante para a gente colocar foco no cerrado paulista, também bastante sofrido, a gente sabe que o
241 presidente da Fundação Florestal, Mário Mantovani, tem uma predileção e uma proeficiência por essa
242 área de Assis, nós também temos. Então, a gente gostaria de continuar trabalhando com essa questão
243 da ampliação de Plano de Manejo e a recategorização da Reserva de Assis. Bom, então, eu tenho aqui
244 alguns outros temas e gostaria de sugerir, Anselmo, estou com um problema aqui no computador, se a
245 secretaria não pudesse avaliar usar essa sinalização aqui em relação aos atropelamentos de animais
246 silvestres, que é uma questão aqui muito premente para nós. Olha aqui, um tipo de sinalização que

247 mostra qual é o perigo que o atropelamento oferece, não só para as espécies, mas também para as
248 pessoas. Está dando para ver, Anselmo?

249

250 **00:26:08 Anselmo Guimarães:** Estamos vendo, sim, bem decisivo o recado.

251

252 **00:26:12 Djalma Weffort:** Essa é uma ideia. Está sendo adotada aqui no Mato Grosso do Sul. Eu acho
253 que isso pode ajudar também na questão da ecologia de estradas. Obrigado.

254

255 **00:26:19 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Obrigado pela compreensão. E agora
256 gostaria de convidar o Coronel Navarro, representante da Polícia Militar Ambiental. Por favor,
257 Comandante.

258

259 **00:26:19 Leandro Navarro:** Bom dia a todos. O nosso subsecretário Jonatas, Denis, Thomaz,
260 Anselmo, em nome de quem eu cumprimento todos os conselheiros aqui hoje. Só trazer duas notícias
261 rápidas aqui, nós tivemos duas ocorrências de relevância até do que o nosso conselheiro falou também,
262 ali na região de Araçatuba e Presidente Prudente, nós tivemos, no dia 19, o cumprimento de seis
263 mandados de busca de uma quadrilha que fazia roubo de gado, mas também caça na região. Então, nós
264 conseguimos um serviço de inteligência, com apoio inclusive do CAV PM, da aeronave, com apoio do
265 policiamento territorial. Nós desarticulamos essa quadrilha. Foram quatro pessoas presas, cinco armas
266 de fogo, simulacro, grande quantidade de munição, enfim, isso já está acontecendo, então a gente está
267 atento aí, trabalhando com inteligência, a gente consegue ser bastante pontual nessas ações para
268 realmente ter o resultado que a gente espera. E uma ocorrência também que chamou bastante atenção
269 na madrugada do dia primeiro, e aí nós temos policiais aqui representando o terceiro batalhão, o
270 comandante Marco Aurélio, que é o comandante do Terceiro Batalhão, que faz toda a região litorânea,
271 nós tivemos o resgate de uma mulher que estava sendo mantida sob cárcere privado dentro de um
272 veleiro ali próximo da Ilha Anchieta. Essa ocorrência foi às 02h00, de madrugada. Então os nossos
273 policiais, quando tiveram notícia disso, através da Capitania dos Portos, mas também entrou pelo nosso
274 Copom 190, e eles se equiparam, pegaram a embarcação e depois de cerca de 03 horas de
275 patrulhamento, conseguiram localizar essa embarcação e resgatar essa mulher que estava sendo,
276 inclusive, vítima de violência. Então uma ocorrência que chamou bastante atenção e que demonstra
277 que a qualquer tempo ou qualquer lugar, tem sempre um policial militar que pode ser acionado para
278 poder atender às necessidades da nossa comunidade. E nesse sentido também, dar uma informação que,
279 desde o final de semana passado, toda polícia militar está de sobreaviso. Nós iniciamos a Operação
280 Carnaval, Então o pré carnaval, que já começou no final de semana passado, esse agora, nos quatro
281 dias de festividade e mais o próximo final de semana, nós estamos de sobreaviso. Escalas reduzidas
282 para, especificamente, isso é toda a Polícia Militar, mas especificamente o policiamento ambiental.
283 Nós vamos estar atuando nas Unidades de Conservação, nas áreas de turismo, de veraneio, onde tem
284 um fluxo maior de pessoas, exatamente para fazer a proteção e a preservação dos nossos recursos
285 naturais, que a gente sabe que o volume de gente que adentra esses locais para se divertir e para curtir
286 esse período de carnaval é muito grande e nós temos a atenção nisso. Então nós estamos com todo o
287 nosso pessoal, inclusive administrativo aqui, ele vai estar na rua todo esse período de carnaval.

288 Enquanto toda a população estiver festejando, nós vamos estar trabalhando aí, firmes e fortes para
289 poder ter um carnaval seguro, se Deus quiser. Muito obrigado e excelente dia de serviço a todos.

290

291 **00:30:00 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado pelas comunicações, Coronel. Agora o diretor
292 executivo da Fundação Florestal, o conselheiro Rodrigo Levkovicz.

293

294 **00:30:09 Rodrigo Levkovicz:** Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Jonatas, Denis, Thomaz, Anselmo,
295 doutora Lúcia e todos os colegas aqui. Parabéns, Coronel, por essa intervenção na Anchieta. Imagino
296 o horror que essa mulher passou. Parabéns. Rapidamente, a gente está com uma programação especial
297 para o carnaval, de visitação das Unidades. Então,   sempre bom convidar a todos. E principalmente
298 para quem está no litoral, existe a Serra do Mar, não precisa ficar só na praia. Tem trilhas, cachoeiras
299 e rios para serem visitados, sempre pensando e tendo a precau o do tempo. A gente tem problema de
300 cabeça d'água nessa época, mas nossa equipe está atenta. Respeitem as indica es de saída dos atrativos
301 ou, eventualmente, o fechamento emergencial. A gente faz isso sempre para proteger as pessoas, e
302 conta muito com a Polícia Militar Ambiental para nos auxiliar e orientar. E, por fim, dizer que a gente
303 renovou o prazo de credenciamento do Edital de Coleta de Sementes nas Unidades de Conserva o,
304 com a finalidade de apoiar as atividades de restaura o e conserva o em sítio de espécies ameaçadas.
305 Então, esse edital está prorrogado até o próximo mês, a primeira fase   apenas o credenciamento e
306 depois a gente vai receber os projetos e vai dar vazão a essa política pública, que   bastante importante.
307 Então, eram essas as considera es. Obrigado, Anselmo.

308

309 **00:31:50 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Rodrigo. Gostaria de convidar o conselheiro Nalon,
310 representante do IPA. Bom dia, conselheiro.

311

312 **00:31:56 Marco Nalon:** Bom dia a todos. Complementando o que o Jonatas mencionou, de a es do
313 IPA na questão de a es de gerenciamento de risco e desastres. Nós já estamos aqui em fevereiro. A
314 opera o Plano de Contingência vai até dia 31 normalmente, salvo qualquer exce o. A gente tem tido
315 poucas ocorrências, apesar de algumas fatalidades. Nossa equipe acompanha sempre a Defesa Civil,
316 mas especificamente, a gente está iniciando esse ano e, coincidentemente, são duas a es que estão se
317 iniciando juntas, que vão se estender por 25 e 26, uma junto ao Banco Interamericano de
318 Desenvolvimento, um Acordo de Coopera o para o desenvolvimento de metodologias e
319 aperfei amento de práticas de preven o, no caso, o mapeamento, focado no Litoral Norte, para os
320 quatro municípios. Então, atualiza o de mapeamentos, melhorar, até aprimorar as metodologias de
321 mapeamento de risco para essas áreas. A gente vai avançar também na questão do monitoramento. A
322 gente quer particularizar para as áreas, os índices e gatilhos de precipita o, principalmente, para ter
323 alertas específicos para cada comunidade, para cada área do Litoral Norte. E também na questão da
324 resposta, que   sempre o mais importante. Esse já   um trabalho que já acontece com a Defesa Civil,
325 mas   a gente trabalhar melhor em planos de contingência, trazendo o elo principal que   a comunidade,
326 e trazer para eles entenderem o processo e também, principalmente, desenvolver esse plano em
327 conjunto. Então, essa   uma a o. E outra, em paralelo,   um outro acordo de coopera o com a Defesa
328 Civil, de ampliar o mapeamento de planos municipais de redu o de risco. São aqueles planos mais a

329 cereja do bolo dos planos. Além de mapear a área de risco, ele traz indicações de ações, também, de
330 intervenção, que os prefeitos podem tomar, tanto de infraestrutura como de qualquer outra natureza,
331 do que fazer para a redução da mitigação do risco naquele local. Então, são mais 22 municípios que o
332 IPA vai fazer o mapeamento e, na verdade, tem mais um outro tanto desse que o IPT vai fazer. Ao
333 todo, acho que, com a Defesa Civil, vão ser mais de 50 municípios paulistas atendidos nesses próximos
334 dois anos, com mapeamentos que ajudam sempre na prevenção. Era isso. Obrigado.

335
336 **00:34:33 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Nalon. Conselheira Malu Freire.

337
338 **00:34:42 Malu Freire:** Oi, bom dia a todas e a todos. Bom dia, Anselmo, secretário. Eu queria só
339 complementar algumas informações sobre o Verão no Clima. O Verão no Clima é derivado da antiga
340 Operação Praia Limpa. Atuamos nas areias das praias, junto aos municípios, banhistas, desde o início
341 da década de 90, final de 80, sempre chamando para a questão do descaso com o descarte de resíduos
342 de forma irresponsável na areia da praia. Porém, a gente sempre linka com todo o descarte em geral,
343 porque todo o lixo que é descartado incorretamente, ou de forma não adequada, ele vai parar no mar,
344 e ali na areia da praia. E nessa edição do Verão no Clima, nós estamos retomando com força essa
345 campanha, envolvendo os municípios e todos os atuantes no tema no litoral. E é um evento só para
346 quatro municípios este ano, a partir do fim desse período de verão a gente já vai começar a trabalhar
347 com o restante dos municípios, os 16 do litoral, justamente chamando a atenção e realizando mutirões,
348 porque quando você faz o mutirão, é impressionante como você se transforma no sentido de perceber
349 o quanto é difícil tirar o resíduo depois que ele foi descartado e apareceu no meio ambiente. Então, a
350 gente se sente, de fato, impactado com a quantidade de dejetos e principalmente, o micro lixo, o micro
351 plástico, que vem causando um impacto muito grande. Temos umas atividades muito legais de
352 reciclagem, então eu convido a todos a divulgarem, a próxima edição vai ser na Praia do Sino, amanhã,
353 lá na Ilhabela, e depois no Guarujá, no dia quatro, na terça-feira de carnaval. E por fim, a Praia Grande,
354 que nós vamos também estender até março essa campanha. Por outro lado, também queria falar
355 rapidamente do concurso, foi um sucesso do ponto de vista da atenção dos estudantes. O tema foi
356 Mudanças Climáticas e as Ações das Comunidades Escolares do Estado de São Paulo. Foi um concurso
357 de redação. O pessoal da educação gostou bastante de trabalhar e agora nós vamos trabalhar em outros
358 formatos também de participação das comunidades escolares. Lembrando que a gente envolve todos
359 os níveis de ensino, em cada uma das nossas ações, de forma que a educação ambiental possa ter a sua
360 abordagem transversal na formação de jovens, professores, etc. E essa foi uma ação que eu queria
361 destacar, que só foi possível graças à colaboração e a parceria da EMAE. Nós lançamos um edital para
362 que a gente pudesse conseguir prêmios. Conseguimos prêmios bons, que foram computadores, leitores
363 de e-book, e tablets, para os primeiro, segundo e terceiro lugar. Foram premiados os alunos, os
364 professores, a escola, e houve várias etapas de seleção dessas redações. Isso empolgou bastante e a
365 gente vai desenhar um novo formato e convidamos a todos a participar, que tem sempre é uma interface
366 com cada uma das áreas da SEMIL e da atuação aqui no movimento que congrega o movimento
367 ambientalista no Estado de São Paulo, incluindo a gente. E o CADEA, nós estamos tentando, buscando
368 revitalizar esse cadastro das ONGs, é importante aumentar a participação. A gente vem vendo que o
369 declínio do cadastro tem acontecido. Então, é importante que o próprio setor convoque, e é importante

370 porque existe um trabalho consistente, importante, acontecendo no setor, no terceiro setor. Enfim, a
371 gente tem os exemplos aqui, mas sabemos que tem outros que não estão aqui, que poderiam estar
372 aumentando esse debate, a qualificação dessa participação conjunta. Era isso que eu queria dizer.
373 Anselmo, obrigada.

374

375 **00:39:07 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Malu. E agora, o último inscrito, que é o conselheiro
376 Daniel Smolentzov, da PGE.

377

378 **00:39:16 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Anselmo. Bom dia a todos. Em primeiro lugar quero
379 agradecer ao doutor Eduardo Becker aqui a presença no plenário do CONSEMA, eu e o conselheiro
380 Rodrigo Levkovicz, nós começamos a nossa carreira pública emprestados para a Defensoria Pública
381 do Estado de São Paulo, trabalhamos na área criminal, nós dois, então, ficamos na instituição por quase
382 dois anos. Temos particular respeito e admiração pela instituição, pela Defensoria Pública aqui do
383 Estado de São Paulo, então, é muito bom contar com a presença do senhor aqui no plenário do
384 CONSEMA e saber da disposição institucional de diálogo aqui com o Estado de São Paulo. E, nesse
385 sentido, já coloco a Procuradoria Geral do Estado à disposição para as conversas e convergência, assim
386 espero, mais para esse diálogo jurídico entre as duas instituições, e aí defendendo, ao final, o interesse
387 comum que é o interesse da população do Estado de São Paulo. Então, muito obrigado pela sua
388 presença e parabéns pelo trabalho da Defensoria Pública aqui do Estado. Também quero parabenizar o
389 Coronel Navarro pela atuação, neste caso, da Ilha Anchieta. Realmente, uma situação delicada. Então,
390 parabéns ao senhor e a toda a corporação, aos policiais militares aqui presentes. Parabéns aos senhores
391 e a todos aqueles que atuaram neste e também nos demais casos. A Polícia Militar aqui do Estado de
392 São Paulo é bastante atuante e bastante zelosa no seu serviço. Então, parabéns a todos da corporação.
393 E por fim, também quero parabenizar aqui o colega Rodrigo pelo programa de participação pública nas
394 Unidades de Conservação agora no carnaval. Eu sou suspeito para falar porque eu sou praticante das
395 trilhas lá do PEB, do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, então eu até trago o meu testemunho
396 pessoal. É muito legal. Eu vou com a minha família, todo mundo gosta. É um programa incrível,
397 diferente para quem está no litoral, então sai do roteiro ali da praia, do uso da praia, e vai para uma
398 atividade bastante diferente, mas muito proveitosa. Então, recomendo a todos que frequentem as
399 Unidades de Conservação, e nós estamos sempre num programa de aprimoramento aqui no Estado de
400 São Paulo, seja pela própria Fundação Florestal ou pelas concessões que têm sido feitas para a iniciativa
401 privada. Então, sempre no intuito de melhorar a experiência pública, do uso público desses espaços
402 territoriais, especialmente protegidos. Obrigado, Anselmo. Bom dia a todos.

403

404 **00:42:26 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. E agora, a palavra da presidência para
405 os seus comentários e respostas. Por favor, o subsecretário Jonatas.

406

407 **00:42:39 Jonatas Trindade:** Primeiramente agradecer a presença do defensor público Eduardo Baker.
408 Também a presença massiva hoje aqui dos policiais ambientais, meu respeito e admiração pelo trabalho
409 feito por vocês, importante papel, e essa parceria, coronel, que nós temos cada vez mais estreitado. Eu
410 acho que é um trabalho que tem gerado frutos muito positivos. A gente espera fortalecer, porque o

411 trabalho de vocês, junto com a CFB e com as demais estruturas, Fundação, gera o resultado que a gente
412 quer, um meio ambiente protegido, um meio ambiente que possa trazer a resiliência que o Estado de
413 São Paulo merece. A população paulista merece uma resiliência que o meio ambiente faz parte, com
414 certeza. Nós estamos no meio ambiente. Um meio ambiente preservado faz parte desse processo de
415 resiliência climática que a gente tem trabalhado aqui na Secretaria. Falar um pouquinho também do
416 que foi posto pelo conselheiro Eduardo, na questão do Dia Mundial da Água, um recurso super
417 importante. Se for possível participar, gostaria de participar. Não sei se já chegaram a fazer o convite
418 à secretária, que gosta muito do assunto, é especialista na área. Falar em relação ao Pró Juçara, que o
419 Victorino trouxe de uma forma muito própria, que é a importância realmente desse projeto para a gente,
420 ele é uma vitrine realmente da Fundação Florestal, igual aos outros programas e projetos que a
421 Fundação desenvolve, pela relevância e pelo resultado que a gente tem observado, né, Rodrigo? O
422 resultado do Mar Sem Lixo tem sido muito positivo, do Juçara também tem sido muito positivo, com
423 o envolvimento da população, da comunidade local, uma comunidade que tem, realmente, uma outra
424 perspectiva, considerando o impacto que ela promove ao meio ambiente, na forma como tem atuado,
425 seja pela limpeza das praias e do oceano, seja pelo plantio de mudas e lançamento das sementes, a
426 questão de sementes, e com apoio da Câmara de Compensação Ambiental. O recurso vem da Câmara
427 de Compensação, porque realmente é um projeto prioritário para nós. O assunto, também, trazido em
428 relação à questão do tombamento de cargas perigosas pelo Victorino, nós temos feito um trabalho
429 dentro da Comissão Tripartite de discussão, e aproximação de agendas, essa é uma agenda importante
430 que a gente vai se debruçar para poder discutir junto às concessionárias também, envolvendo o Ibama,
431 ou quando o Licenciamento é federal, a CETESB, pela expertise que tem no assunto, para que a gente
432 possa evitar impactar os nossos recursos hídricos. Em relação à conselheira Syllis, eu acho que
433 realmente os municípios têm um papel fundamental, pensar em cidades sustentáveis é algo que tem
434 tudo a ver com a agenda ambiental. A gente tem que realmente ter essa participação e esse
435 envolvimento com os municípios para que a gente possa fortalecer a política ambiental. Nossa forma
436 de gestão do SISNAMA tem que ser fortalecida por meio dessa aproximação da agenda estadual com
437 o ambiental e nós temos buscado fazer isso de uma forma muito própria, seja por meio da representação
438 dos municípios, ou seja, pela ANAMMA, pelos fóruns dos municípios ou, diretamente com os próprios
439 municípios, numa discussão e numa busca de soluções conjuntas. O Conselheiro Prioste trouxe um
440 ponto que realmente tinha passado despercebido, a necessidade de atualizar o site. E que bom que foi
441 atualizado. Depois eu passo a palavra para a CETESB para falar um pouquinho em relação da não
442 aplicação da deliberação. O que me foi passado é que, na prática, a deliberação não foi aplicada,
443 realmente foi respeitada a decisão, e não temos processos formalizados ou executados, na verdade,
444 com base na deliberação 03, de 18. Em relação à fala do conselheiro Beloyanis, reforçar a importância
445 da Conferência Estadual, tem sido uma mobilização muito forte e a participação de todos na
446 organização da conferência. Nós temos um Comitê Organizador Estadual, com participação de diversos
447 atores. Tem sido um momento bastante salutar, de muito trabalho para organizar. Não tem sido um
448 trabalho fácil. Elogiar o trabalho da Jussara nessa condução. Se não fosse a Jussara, eu estava perdido,
449 porque não estou conseguindo acompanhar as discussões no Comitê pela agenda pesada, já de início
450 de ano, mas ela tem desempenhado um papel muito bom. A conferência ocorrerá no dia 12 de março,
451 na USP. Uma conferência em que os delegados escolhidos pelos municípios irão participar. São todos

452 convidados. O detalhamento da agenda está vindo agora. Nós estamos finalizando, adequando por
453 conta de uma agenda da secretária. Então nós tivemos que readequar a agenda, e aí o motivo de não
454 termos ainda divulgado a agenda. Essa agenda também tem sido discutida dentro do COE, desse
455 Comitê Organizador. A gente faz um apelo para aqueles que queiram contribuir nesse processo, como
456 o Beloyanis bem colocou, de organização e de execução da conferência, seja por meio de moderação,
457 caso tenha experiência e moderação, seja na forma de realmente seguir o rito que a gente tem, que é
458 um rito bastante, com agenda bastante puxada pelo número de contribuições que vieram das
459 conferências municipais. A gente vai ter que fazer um debate bastante intenso, mas num prazo
460 relativamente curto, e tendo que deliberar, tanto em relação à escolha dos delegados que vão participar
461 da Conferência Nacional, como da escolha daquelas ações que a gente entende que são as mais
462 importantes para o Estado de São Paulo. Então, é um momento bastante oportuno. O evento vai ser
463 muito grande, com a participação esperada de 800 ou mais pessoas. O espaço da USP tem essa
464 limitação, de até 800 pessoas, então, a participação de outras pessoas enquanto ouvintes, ela tem uma
465 limitação por conta do espaço. A gente quer que as pessoas participem, mas a gente entende também
466 que tem uma limitação, até por questão de segurança, que a gente vai ter que atender. Então, a gente
467 está nesse passo de definir como é que a gente consegue envolver aquelas pessoas que têm se
468 interessado, tem indicado o interesse de participar e que não foram indicados enquanto delegados
469 legitimados os municípios. Outro ponto importante que foi colocado pelo conselheiro Djalma, também
470 a questão do pensar global e agir local. Acho que a agenda ambiental tem se pautado muito nesse
471 cenário, nessa perspectiva. A ampliação de parques e de Unidades de Conservação de uma forma geral,
472 eu tenho falado isso com o Rodrigo. Estou devendo sentar com o Rodrigo e com o xará do Rodrigo
473 para poder discutir a estratégia. A gente conta também com o apoio dos conselheiros para indicativo
474 de áreas que possam ser estudadas e avaliadas para, tanto ampliação de Unidades de Conservação,
475 como para a criação de novas Unidades, seguindo o rito que é necessário, o cuidado para que a gente
476 realmente tenha a relevância, os atributos que tragam essa relevância de conservação de determinada
477 área. O Cerrado é um ponto de atenção da gente. A gente entende que criar e ampliar Unidades no
478 Cerrado faz todo o sentido, tendo em vista que o Cerrado há décadas vem sofrendo com o impacto de
479 diversas atividades no território paulista. Então, foi um bioma bastante impactado. Então a gente tem
480 sim um olhar especial para o Cerrado e, pensando não só na questão da ampliação ou de novas
481 Unidades, também trabalhar com a questão da recuperação ambiental como um alvo específico nos
482 diversos biomas, mas também, em especial para o Cerrado. Já agradeço a parceria do Navarro,
483 realmente tem sido um parceiro de primeira ordem. É um trabalho nobre da PEAMB, o respeito e a
484 admiração que tenho pelo trabalho desenvolvido em conjunto com as nossas estruturas. O papel da
485 CFB, o André representando a CFB, que tem feito um trabalho muito forte com a equipe. A equipe
486 técnica da CFB tem um valor enorme, como toda a equipe técnica da secretaria, pela forma, pela
487 maturidade que a gente tem, do ponto de vista institucional, na condução da política ambiental. Isso,
488 para mim, faz toda a diferença nos resultados que a gente tem alcançado. Lógico, todo trabalho é sujeito
489 a melhorias, mas o que eu tenho visto é que os ajustes que a gente tem realizado de forma pontuais são
490 para melhorar, mas a gente já tem uma robustez, um trabalho bastante consolidado aqui no Estado.
491 Reiterar as palavras do Rodrigo, então, em relação à questão da visita aos parques. Essa questão da
492 coleta de sementes dentro da perspectiva do Refloresta, pensando desde da produção de sementes até

493 a floresta plantada e monitorada, a cadeia da restauração é algo que nós temos tido reuniões semanais.
494 Aqueles que tiverem interesse de participar, eventualmente, de uma reunião para entender o trabalho
495 que tem sido feito, nós estamos abertos a reuniões. Não tem segredo, não tem nada que seja segredo,
496 com exceção de coisas que são, que estão fora desse contexto. Eu acho que o nosso trabalho é um
497 trabalho que tem uma transparência, tem uma vontade de envolver outros atores que possam contribuir
498 com esse processo. E, como eu falei, nós temos tido reuniões semanais para acompanhar os projetos
499 que estão definidos dentro do Refloresta, projetos de estruturação não só da execução na prática, mas
500 de estruturação de arcabouço jurídico, de arcabouço técnico, para que a gente possa fortalecer essa
501 agenda. E a gente tem tido um acompanhamento, um debate semanal, para ver como é que a gente
502 avança na pauta aqui no Estado de São Paulo. Estamos totalmente abertos, não tem problema nenhum,
503 acho que quem pode até pedir acesso à minha agenda e saber as reuniões que eu tenho realizado, e
504 podem acompanhar e participar dessa construção que é muito relevante para a gente. Reforçar o
505 trabalho do IPA também, que tem feito um trabalho nas diversas matizes, nas diversas temáticas, e é
506 um trabalho que dá muito orgulho de ver o resultado. O tanto que os pesquisadores têm um papel
507 fundamental, não só para o Estado de São Paulo, mas para todo o Brasil, com a contribuição de ciência
508 de ponta, resultados excepcionais. Esse trabalho de fortalecimento do trabalho, tanto da Defesa Civil
509 como essa parceria com o BID, vem fortalecer e realmente melhorar esse trabalho, inclusive com
510 indicação de medidas para que o município se torne mais resiliente e que a gente consiga implantar
511 estruturas que garantam ou diminuam, na verdade, o risco associado a essas questões de mudanças
512 climáticas. Reforçar, mais uma vez, o Verão no Clima, que a Malu colocou, como algo que a gente
513 quer ampliar e alcançar os 16 municípios do litoral. E finalizar, colocar um ponto que eu acho que a
514 gente tem que amplificar e fazer reverberar, é o papel do CONSEMA enquanto indutor de melhorias
515 das políticas públicas. Como eu tinha falado, a participação dos conselheiros eu acho que pode, e deve,
516 não só se limitar a esse momento das nossas reuniões ordinárias, mas um papel realmente de cobrança
517 e de participação, de colaboração com a Secretaria. Eu acho que a gente tem oportunidade pela abertura
518 que a secretária Natália dá, pela forma como eu gosto de trabalhar, de realmente fortalecer as agendas.
519 Mas para isso eu preciso que sejam trazidos problemas, como eu coloco, e a solução de forma conjunta,
520 porque aí a gente vai trabalhando, a gente cria uma agenda de trabalho e pensa em como trazer a solução
521 no curto prazo, médio prazo, a longo prazo, a gente tem que começar a trabalhar em agendas que às
522 vezes não estão mapeadas ou assuntos que não estão na ordem do dia, ou aparentemente não aparecem
523 para a gente, que a gente precisa desse apoio de vocês nesse trabalho, que é um trabalho
524 importantíssimo para o Estado de São Paulo, e para cada cidadão paulista que enxerga essa participação
525 como algo que possa trazer o benefício para toda a população. Acho que era isso. Se a CETESB quiser
526 falar sobre a deliberação.

527

528 **00:56:57 Thomaz Toledo:** Bom dia. Vamos sim. Prioste, eu não sei se a gente tem informação aqui
529 para trazer, se tem algum processo de discussão quanto ao cumprimento da decisão judicial, mas acho
530 que é importante a gente trazer aqui, esclarecer como é que os nossos procedimentos, como é que a
531 gente aplica essas questões. Para isso eu vou pedir ajuda aqui do Queiroz, conhecido de todos do
532 CONSEMA, participa bastante das discussões, das deliberações e conhece muito essa parte que
533 envolve, seja intervenções de áreas florestais ou área de preservação permanente. Então, Queiroz, podia

534 só dar um panorama? Eu não sei se a gente tem informação específica da discussão desse processo
535 judicial em si, mas acho que é a oportunidade para a gente reforçar os nossos procedimentos,
536 embasamento jurídico do que a gente vem praticando. Tá bom, obrigado.

537

538 **00:58:06 Antonio Queiroz:** Bom dia. Na verdade, a questão da área urbana, ela decorre de uma
539 alteração na legislação. Quando é editado o Código Florestal em 65, o que é protegido são as florestas
540 e as demais formas de vegetação localizadas em determinados espaços. Então, a proteção para a
541 vegetação. No ano 2000, há uma mudança com a lei, e com a Medida Provisória 19.5650, é criado o
542 conceito de Área de Preservação Permanente, e a Área de Preservação Permanente é definida como a
543 área coberta ou não por vegetação, com as funções ambientais de proteger o solo, preservar a paisagem,
544 preservar a biodiversidade, garantir o fluxo gênico de fauna e flora, preservar os recursos hídricos,
545 proporcionar bem estar à população humana. Então, eu crio uma figura que é de área, não mais de
546 vegetação. E a consequência, uma vez que as nossas cidades todas se desenvolveram ao longo dos rios,
547 é que essa área se projeta em cima da área urbana, então há espaços ocupados na área urbana que
548 passam, por força da lei, a ser uma Área de Preservação Permanente, onde a ocupação é extremamente
549 limitada. Esse problema foi particularmente importante no momento em que se unificou o
550 Licenciamento Ambiental, em 2009. Então o DEPRN, que cuidava da legislação florestal, a atribuição
551 foi passada para a CETESB, que cuidava do licenciamento de fontes de poluição. E aí, o que acontece?
552 O técnico da CETESB passa a olhar o empreendimento com aqueles olhos e fala assim: “Não, a
553 implantação desse novo equipamento na sua indústria não é possível porque está em APP, e isso
554 aconteceu em mais de uma situação, porque realmente, na malha urbana, existe uma série de
555 empreendimentos, às vezes tem um espaço vazio do lado, e o entendimento quer expandir para aquele
556 lado. E aí iniciou-se internamente uma discussão a respeito justamente da função ambiental. Até que
557 ponto aquela área, definida por lei como APP, realmente cumpre as funções ambientais, que é
558 caracterizada como uma APP? Eu vou pedir para colocar uma apresentação de slides, e é uma situação
559 bem complicada, porque a situação que nós temos na malha urbana é essa. Nós temos aqui um curso
560 d’água, então nós temos uma faixa de APP aqui ao redor próximo, aqui é um exemplo típico. Então,
561 aqui nós estamos em Piracicaba. Ali é a APP do Rio Piracicaba, então, toda essa área aqui urbanizada
562 está dentro da APP. Se houvesse algum pedido de intervenção, alguma indústria, vamos implantar a
563 minha indústria aqui nesse local, a resposta seria negativa. Você não pode se implantar numa APP.
564 Tecnicamente se chama APP. E aí se criou esse procedimento de avaliar a função ambiental da APP
565 internamente. E esse é um procedimento muito delicado, porque apesar de a gente ter algumas situações
566 muito claras de ocupação intensa, eu posso ter situações um pouco diferentes. Eu posso estar no limite
567 da cidade, eu posso estar numa área próxima de uma área vegetada, então o procedimento de avaliação
568 de função ambiental da APP, na CETESB, é conduzido em quatro instâncias. Eu tenho um técnico da
569 agência que avalia essa questão, no caso concreto, apresenta ao gerente, o gerente analisa, dá-se ou
570 não, realmente aqui parece que perdeu a função, encaminha para o gerente de departamento, ao qual
571 aquela agência se subordina, que encaminha a área de apoio técnico para sair uma conclusão: não,
572 realmente aqui a gente entende que tem uma perda de função. Esse cuidado todo é justamente por conta
573 da determinação legal. O que a Resolução Deliberação 03, de 2018, fez foi publicizar uma parte desse
574 procedimento. Falou: olha, aqui tem uma publicização e isso daqui passa a ser uma obra ou

575 empreendimento, também considerado de baixo impacto. E a decisão judicial foi no sentido que essa
576 avaliação de função ambiental não configura a obra ou empreendimento. Então, ela não se enquadra
577 nesse *rol*, ela não pode ser criada. E foi isso que a decisão judicial desmontou. Porém, o procedimento
578 da CETESB se manteve da mesma maneira. Nunca houve uma alteração de procedimento da CETESB
579 que falava: não, o empreendedor está alegando que ele é de baixo impacto, então, automaticamente
580 vamos dar uma autorização. Então, em todos os processos, em todos os procedimentos, onde houve
581 uma análise da função ambiental, continua sendo feita essa análise no caso a caso. E aqui é importante
582 notar que, ao longo dessa discussão jurídica, um dos argumentos levantados pelos juízes foi a questão
583 da função ambiental tem que ser analisada no caso concreto, ela não pode ser abstrata. Vamos criar um
584 enquadramento como perda de função. E isso sempre foi obedecido, continua a ser praticado, e é
585 praticado com muito cuidado, mas é nesse sentido que a sentença está cumprida, quer dizer, nós nunca
586 referimos a uma autorização para intervenção em APP com base na perda de função, é sempre uma
587 análise por pareceres nossos e internos e sempre, no caso a caso, e sempre passando por um escrutínio
588 muito longo para garantir que não haja algum equívoco aqui e se determine uma perda de função num
589 lugar que não tem. Esse aqui é um exemplo prático, a indústria queria se implantar nesse prédio ali,
590 com a fachada vermelha, e a licença foi negada. Foi negada porque ela estava numa APP, dentro dessa
591 situação totalmente urbanizada. Então, é nesse sentido que a gente usa esse instrumento apenas para
592 realmente poder ocupar áreas urbanizadas, que tem essa função, e que não tem mais nenhuma função
593 ambiental que possa ser observada. É isso.

594
595 **01:03:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Queiroz, pelo brilhante esclarecimento, e aos
596 conselheiros por trazer a oportunidade de a gente trazer esse esclarecimento até em devolutiva de um
597 trabalho muito longo que foi feito aqui no CONSEMA na época, mas é importante que já fica
598 esclarecido para toda a sociedade. Depois a gente vai disponibilizar essa apresentação junto com as
599 demais aqui que ocorrerão aqui na plenária. Muito obrigado, Queiroz. Nesse momento aqui, a pedido
600 da presidência e obviamente, contando com a compreensão de todos, a presidência, gostaria de anunciar
601 a inversão da ordem do dia, dos itens da pauta da ordem do dia, até em respeito às importantes pautas
602 que nós temos hoje para colocar, para que a gente possa ter a oportunidade de ter as duas aqui colocadas
603 e bem debatidas. Então, com isso, a gente gostaria de antecipar a apresentação do programa Vizinhança
604 Solidária, que inclusive foi uma proposta vinda pelo conselheiro Eduardo Leduc, que a gente agradece
605 aqui, que vai fazer, em conjunto com a polícia. Então a gente gostaria de anunciar essa inversão na
606 ordem do dia. Obviamente, caso alguém quiser manifestar contrariedade, por favor, o momento é agora,
607 mas é atribuição até da presidência determinar essa inversão. Então, gostaríamos já de pedir para o
608 pessoal deixar na tela, já entrando, portanto, na ordem do dia. O primeiro item, então, será a
609 apresentação das ações no âmbito do Programa Vizinhança Solidária Ambiental, em Caraguatatuba,
610 no Litoral Norte do Estado de São Paulo. Para isso, foram convidados aqui os representantes da Polícia
611 Militar Ambiental. Então, já passa aqui a palavra ao Comandante Coronel Navarro para que conduza,
612 abro a palavra. Depois nós vamos ter a apresentação do conselheiro Eduardo Leduc, também em
613 complemento. Por favor, coronel, obrigado.

614
615 **01:05:37 Leandro Navarro:** Bem, senhores, de maneira bem rápida eu vou passar a palavra aqui para

616 o Tenente Barbosa. O Tenente Barbosa atua, comanda o pelotão lá que está sendo implantado, que foi
617 implantado essa novidade, que é um programa já bem consolidado em termos de segurança pública.
618 Nós estamos trazendo esse conceito para a questão de segurança pública ambiental. Então ele vai trazer
619 aqui para a gente depois fazer os comentários, as dúvidas, as perguntas, se alguém as tiver. Então,
620 Tenente Barbosa, a palavra é sua. Obrigado.

621

622 **01:06:14 Tenente Barbosa:** Bom dia, senhores. Bom dia a todos. Como o comandante aqui me
623 apresentou, sou o Tenente Barbosa, atuo no 3º Batalhão de Polícia Militar Ambiental, que é comandado
624 pelo Tenente Coronel Marco Aurélio, e atuo no município de Caraguatatuba, Litoral Norte de São
625 Paulo. Em Caraguatatuba, na nossa região ali, muitas pessoas têm o sonho de morarem na praia, muitas
626 pessoas tem o sonho de investir na praia com uma casa para alugar na temporada e ganhar um dinheiro
627 no Airbnb, e assim por diante. Com esse sonho das pessoas de estar próximo do mar, uma pressão
628 imobiliária muito grande se dá sobre a vegetação, a Mata Atlântica ali do nosso município. O que
629 aconteceu nos últimos anos? As construções, os empreendimentos imobiliários foram avançando sobre
630 a Mata Atlântica, foram avançando sobre a Mata Atlântica, de forma que em Caraguatatuba, no nosso
631 município de Caraguá, sobrou um pequeno tesouro, pequeno grande tesouro, que está entre o município
632 de Caraguá e Ubatuba, mais ainda no município de Caraguá, nas bacias do Rio Mococa e Tabatinga.
633 Ali há uma grande biodiversidade, há uma grande preservação e alguns pesquisadores dizem que ali
634 existe ainda a vegetação em estado primário. Então, uma grande fauna, uma grande flora, algo
635 extremamente preservado. Como então, a gente impedir que o avanço dos imóveis, dos
636 empreendimentos imobiliários, das ocupações irregulares, avance sobre essa vegetação? Esse é o nosso
637 problema. Esse era o nosso problema. Então, pensando uma solução para essa necessidade e tendo em
638 vista também a nossa limitação humana e material, e assim por diante, a gente observou que a Polícia
639 Militar do Estado de São Paulo possui uma ferramenta que é o programa Vizinhança Solidária. Esse
640 programa foi criado no ano de 2009 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, implementado à época
641 pelo Capitão, que depois foi o coronel Hélio, que instituiu esse programa na Polícia Militar, em 2009.
642 E esse programa se tornou uma política pública do Estado de São Paulo em 2018, com uma lei estadual
643 16.781, do deputado à época coronel Camilo. E o que esse programa estabelece? Estabelece que a
644 comunidade que vive naquela rua, naquele bairro, naquela localidade, auxilia a polícia na vigilância
645 daquela localidade. Então se cria um grupo de WhatsApp, se tem um tutor desse grupo de WhatsApp
646 e quando se percebe algo errado ali na rua, as pessoas mandam nesse grupo e esse grupo aciona a
647 polícia por meio do 190, e assim a polícia consegue chegar e ter efetividade para combater os crimes.
648 Essa é uma ferramenta que a Polícia Militar possui desde 2009. Observando essa ferramenta e
649 observando nossa necessidade de proteger a Mata Atlântica, nós reunimos então com a população que
650 vive no entorno ali das bacias do Rio Mococa, de Tabatinga, nos condomínios que tem por ali, e
651 propomos, juntamente com o senhor Eduardo Leduc, um programa de vigilância solidária com foco
652 ambiental. Essa proposta surgiu então, em 2023, em fevereiro de 2023, surgiu a proposta do Programa
653 de Vizinhança Solidária Ambiental e, durante um ano, nós, de forma especial, eu, o capitão Carlos
654 Magno e o senhor Eduardo Leduc, trabalhamos intensivamente com conversas com a comunidade,
655 reuniões com a comunidade, Ministério Público, reuniões com os nossos grandes parceiros ali do
656 Litoral Norte, a Fundação Florestal, a Gabriele, da CFB. Então, depois de diversas palestras, diversas

657 conversas, diversas reuniões, tivemos sucesso no ano de 2024, um ano depois do início da ideia, em
658 implantar e inaugurar as primeiras placas e o início dos trabalhos do programa em fevereiro de 2024.
659 No slide vocês podem ver aí. Esse foi o lançamento do nosso programa para proteger essa área na
660 Mococa e da Tabatinga. Pela foto vocês podem ver aqui o bairro da Massaguaçu avançando sobre a
661 área de mata, e ali ainda há uma resistência a esse avanço dos empreendimentos imobiliários. Essa é a
662 região que a gente pretende e está protegendo com esse nosso programa, o PVSA, e aqui você vê
663 encostas com florestas densas da Tabatinga. Então aqui você vê uma ombrófila densa, bem preservada.
664 Mangues, na Mococa e Tabatinga, mangues e restingas que já estão em estágio avançado dessa
665 vegetação. Caixetal, na Tabatinga, também em estágio avançado. Essa parte esbranquiçada da
666 vegetação é o Caixetal, estágio avançado. É interessante que você vê aqui, não tem mais para onde
667 empreender a não ser para cima da vegetação. Então, essa era a necessidade da implantação desse
668 programa, que graças a Deus, tem sido um sucesso. O desenvolvimento do PVSA. Então, como a gente
669 disse, elaboração das placas indicativas, esses foram o passo a passo que nós empreendemos. A
670 elaboração das placas. A ideia das placas é mostrar para a pessoa que queira comprar uma área, que às
671 vezes grileiros, passadores irregulares de solo fazem propaganda de terrenos que estão vendendo. A
672 pessoa vai lá inocentemente querendo investir o seu dinheiro para comprar, não tem conhecimento
673 jurídico, não sabe, não tem conhecimento sobre a proteção da Mata Atlântica. Ela se depara com uma
674 placa dizendo que aquela é uma área protegida, então a placa é fundamental. Então elaboração das
675 placas, escolha os locais de instalação, locais estratégicos onde essas pessoas entravam para poder ver
676 esses terrenos, operacionalização entre o Copom, GCM e Polícia Ambiental. Então, fizemos diversas
677 reuniões com o Copom na nossa região, CPI 1, que é em São José dos Campos, para que as pessoas
678 pudessem acionar o Copom e o Copom é ligado diretamente a nossa base para passar as ocorrências e
679 assim por diante. Criação de grupos de WhatsApp entre moradores. Esse grupo de WhatsApp, a
680 exemplo do que eu comentei do programa Vizinhança Solidária, no programa Vizinhança Solidária
681 Ambiental, é da mesma forma. Foi uma adaptação para o nosso programa. Então, as pessoas que estão
682 ali, vêem uma degradação, viu um movimento estranho, vê turistas conversando que vão ver um terreno
683 para comprar ou veem algum anúncio no Facebook, no marketplace do Facebook de um terreno
684 vendendo. Então, eles passam para o nosso grupo de WhatsApp, o nosso tutor analisa aquela situação
685 e se ele entender que realmente é uma situação que pode gerar um dano na Mata Atlântica, um dano
686 naquela aquela região, ele passa para a gente e nós disponibilizamos a nossa viatura. Escolha dos
687 tutores, no nosso caso o tutor precisa ser alguém que tenha um conhecimento das questões ambientais.
688 Então, o nosso primeiro tutor é um policial militar aposentado, que é policial militar ambiental
689 aposentado, então ele trabalhou durante muitos anos, décadas com o policiamento ambiental, conhece
690 bem a situação. E, nesse momento, nós vamos elaborando educação ambiental para produzir novos
691 tutores. Escolha dos tutores e o ciclo de instruções e capacitação para tutores, que eu acabei de
692 comentar. Essas são as placas. Aqui na foto vocês podem ver o Capitão Carlos Magno, nosso comando
693 de companhia, o Coronel Marco Aurélio, nosso comandante de batalhão. Esse foi o dia da instalação
694 das placas no início dos nossos trabalhos. As placas, então, trazem uma informação daquela localidade
695 específica onde está a placa, então você vê que as placas não são sempre iguais, elas trazem uma
696 informação, uma educação ambiental para aquela localidade específica onde está a placa, como por
697 exemplo essa daqui, que traz uma informação sobre o manguezal, traz uma informação fotográfica de

698 fauna e flora, e assim por diante. Resultados esperados: o que a gente esperava com a implantação do
699 PVSA ali nas bacias dos rios de Mococa e Tabatinga? Maior fluxo de informações entre a sociedade e
700 a Polícia Ambiental, ou seja, um canal direto entre a sociedade e a Polícia Ambiental para que chegasse
701 para nós as informações de maneira célere. Aumento de ações conjuntas de fiscalização, ou seja, a
702 população fiscalizar junto com a Polícia Ambiental, porque eles estão lá, eles estão lá dia a dia. Eles
703 estão lá diuturnamente, eles vivem lá. Então são olhos dia e noite sobre aquela área. Ações conjuntas
704 para desfazimento de edificações consideradas irregulares com a Prefeitura, com o Ministério Público,
705 através de ações civis públicas, manutenção do atual estado de degradação com posterior recuperação
706 ambiental. Ou seja, frear a degradação e permitir que a vegetação se regenere, e extensão do PVSA
707 para outras localidades. E aqui são os nossos resultados depois de um ano de trabalho. No ano de 2023,
708 antes da implementação do PVSA, no ano de 2024, depois do PVSA já operando, nós vemos autos de
709 infração ambiental. Em 2023 foram registrados 09 autos de infração ambiental naquela localidade das
710 bacias do Tabatinga e do Mococa. Em 2024, foram 22 autos, um aumento de 144% de autuações. Por
711 quê? Porque às vezes o cara está degradando, quando a polícia recebia a notícia e se deslocava ao local,
712 não encontrava o degradador, encontrava a degradação, mas não o degradador, não pude autuar. Agora
713 não, a população diz: o cara está degradando aqui agora. A viatura vai, se desloca, encontra o
714 degradador. Então, tivemos aumento de 144%. Denúncias atendidas, 39 denúncias em 2023, 53
715 denúncias atendidas em 2024, um aumento de 35%, porque as denúncias começam a chegar com mais
716 celeridade. A população vê o resultado da sua denúncia, então se sente motivado a denunciar. Termo
717 de Vistoria Ambiental, são ações em que a polícia vai e fiscaliza o local. Em 2023, 40, em 2024, 77,
718 um aumento de 92%. Por que esse aumento? Exatamente por conta de denúncias que chegam, e aí a
719 gente se desloca mais ao local. E fiscalizações em RPPN? 7 em 2023 e 39 em 2024, um aumento de
720 457%. Então, estamos muito mais presentes naquela localidade com o auxílio da população. A gente
721 não consegue fazer nada sozinho, a gente sempre vai precisar de parcerias. E na nossa situação ali, a
722 gente tinha uma dificuldade, que a gente fazia autuação, embargava a área, era descumprido o embargo,
723 a gente fazia uma autuação de descumprimento de embargo, a pessoa continuava descumprindo, a
724 gente ia lá, fazia a multa de área e a pessoa não se importava porque ela não pretendia pagar autuação.
725 Então a gente fez algumas reuniões com a CFB, com o Ministério Público, o doutor Valério, Gabrielle,
726 e pedimos um apoio para eles, e com o apoio da CFB e com apoio do Ministério Público, nós
727 conseguimos esses resultados. Então, finalizados com danos reparados, 12 áreas tiveram danos
728 reparados, 12 áreas. TCRAs, que é o Termo em que a pessoa se compromete a recuperar o dano
729 ambiental, 06. Ações Civis Públicas abertas pelo Ministério Público, 24. Dessas ações, Ações de
730 Demolição, de desfazimento, 24 ações. Ações Civis Públicas abertas pela PGE motivadas pela
731 Gabrielle, motivadas pela CFB, 05. E encaminhados para execução ao Tribunal, a execução judicial
732 pela PGE, 3 ações. Então, aquela dificuldade que a gente tinha de a pessoa não se importar mais em
733 descumprir embargo, hoje o degradado pensa três vezes em descumprir embargo, porque ele vê que o
734 Estado está realmente agindo com eficiência. Muito obrigado a todos.

735

736 **01:17:56 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado ao Tenente Barbosa pela participação. Parabéns, em
737 seu nome, a todos os que estão lá no pelotão da região. E agora já, imediatamente, convido então o
738 conselheiro Eduardo Leduc, que é quem propôs aqui esse debate em plenário, já agradecendo de

739 antemão aqui pela iniciativa e já passando aqui para a gente prosseguir, por favor.

740

741 **01:18:25 Eduardo Leduc:** Muito obrigado pela inclusão. Na verdade, é um orgulho estar aqui, porque
742 é um exemplo de um trabalho feito em muitas mãos, com muitas entidades aqui do próprio governo do
743 Estado, e a gente trabalhando como uma engrenagem. E tem o desafio que eu tinha 25 minutos, agora
744 eu tenho 15. Então eu vou falar muito rápido para vocês, mas a apresentação ficará aí e o estudo
745 ambiental também, que suporta tecnicamente tudo isso, também será disponibilizado. Eu represento
746 aqui no CONSEMA a Associação Cunhambebe. Eu sou o suplente do Belô aqui do SOS Mata Atlântica
747 e também participo do Conselho Consultivo, a Fundação Florestal e no time de monitoramento
748 territorial do Gerco. Bom, já foi comentado aqui o problema que nós temos de crescimento da
749 urbanização. Chegando aqui vocês podem ver já no limite do Parque Estadual, e essa é a tendência dos
750 dois lados. E eu gostaria de mostrar, que vocês conseguissem ver o fundo dessa entrada aqui das
751 montanhas da Serra do Mar, o volume de água que vem de toda esta entrada. O volume é imenso e sai
752 todo aqui pelo Rio Tabatinga e Rio Mococa, um volume de água espantoso. E a gente também, no
753 projeto, vai até um pedaço da praia da Cocanha, que participa também devido ao interesse que tem.
754 Esses condomínios que estão aí são da década aprovados em 1970, construído em 80, 82, de quando a
755 lei permitia, então são pessoas que estão aí há muito tempo e hoje são grandes defensores do entorno,
756 porque entenderam claramente que a qualidade de vida, a segurança deles e até a valorização
757 imobiliária depende da preservação do entorno. Não adianta a gente ter um projeto e a gente não ter
758 um embasamento técnico muito sólido. Então, já em 2021 nós tínhamos feito um estudo ambiental
759 muito robusto para a área. Na ocasião, com foco no Plano Diretor, que queria urbanizar essas áreas.
760 São áreas de zoneamento estadual em Z1 e Z2, mas havia uma proposta no Plano Diretor de se construir
761 prédios e se adensar a construção, aumentar a população neste espaço. Na época que fizemos o estudo
762 com o apoio de muitas das entidades que estão aqui ambientalistas hoje, Instituto Educa Brasil, Gilda,
763 SOS Mata Atlântica, a Rede Sustentabilidade, Rede Manguezais, várias entidades que estão aqui hoje
764 presentes nos apoiaram neste estudo e hoje ele está atualizado para 2024, com muito mais detalhes,
765 falando inclusive muito mais detalhes dos mapas de riscos, cenários futuros, e fala também dos serviços
766 ambientais, atribuições que a área tem para a qualidade de vida dessa região. Vou passar muito rápido
767 sobre o estudo na parte de defesa aqui da classificação da vegetação. Vocês vêem aqui as bacias
768 hidrográficas. Toda a vegetação desta área hoje está muito bem classificada, então nós temos aqui,
769 acho que ele não aponta aquilo no projetor, mas a gente tem aqui o Caxetal da Tabatinga, muito bem
770 delimitado, a Restinga da Mococa, os dois mangues que tem na Mococa e Cocanha, já identificados lá
771 atrás pela Petrobrás, mas no mapa do município ele não aparece, toda a floresta ombrófila de terras
772 baixas da Mococa. Ou seja, essa classificação de vegetação hoje está muito clara e compartilhada com
773 as pessoas que atuam. Aqui vocês vêem novamente a restinga arbórea ou floresta de terras baixas da
774 Mococa e o Caixetal da Tabatinga. O Caixetal da Tabatinga vocês vêem a Rio-Santos. Na verdade ela
775 foi elevada com aterro para poder passar. Vocês vêem no riacho que tem ali do lado, o dreno que tem
776 do lado da rodovia. O lençol freático é o mesmo que está do lado de cá, no Caxetal. E essas florestas
777 são hoje esponjas, são verdadeiras esponjas. Elas pegam todo o volume que desce de toda essa cadeia
778 de montanhas, segura essa água no momento de enxurrada. Semana passada choveu lá, domingo
779 choveu 160 milímetros em duas horas. Então essa água toda ela vem pra essa bacia hidrográfica aqui,

780 essas esponjas que seguram, soltam ela lentamente e absorvem, senão os bairros já estariam sofrendo
781 muito mais do que já sofrem de inundação. Os mangues e restingas muito bem classificados, facilita
782 muito o trabalho ambiental da CFB, de todos que vão lá, porque se você encontra uma espécie
783 indicadora de mangue, é mangue. Não existe mangue descaracterizado. Se tem uma espécie lá, ela está
784 lá. Não independe se é avançado ou não, mangue é mangue, Caxetal é Caxetal, e essas espécies
785 indicadoras comprovam a existência deles. Foram 496 espécies de aves que foram encontradas nessa
786 região, 72 anfíbios, 36 de peixes, 10 de crustáceos e 84 répteis. Esse estudo foi feito, na verdade, com
787 sete profissionais, entre botânicos, herpetólogos, especialistas em aves e também dois geólogos que
788 fizeram todo esse estudo que dá o aparato legal para possibilitar também a gente fazer o projeto. 112
789 espécies de mamíferos, sendo que aqui o grande destaque veio para o Muriqui do Sul, espécie altamente
790 com risco de extinção, e a gente encontra nessas áreas das bacias hidrográficas da Tabatinga e Mococa,
791 tem ao redor de mil exemplares vivos dessa espécie no planeta e eles estão por ali, o maior primata das
792 Américas, um metro e meio de altura, e a gente encontra eles, inclusive quase ao nível do mar, nessa
793 região. Bom, o que está acontecendo na região? Aqui nós temos uma imagem do litoral norte, onde
794 você vê a ocupação acontecendo, essa é a tendência. Temos várias iniciativas dessa na região, e aqui
795 uma foto embaixo da catástrofe aqui de São Sebastião, e eu gostaria que vocês prestassem atenção.
796 Olha, ali está Tabatinga e Mococa, e tudo o que está em marrom é classificado no estudo do Instituto
797 de Geografia, o IPT, de 2017, como alto risco de deslizamento, escorregamento de terra, toda essa parte
798 marrom. Toda essa parte hachurada embaixo é onde é Z1, toda a parte sem hachuramento já é parque
799 estadual, mas toda essa parte é alvo de muito interesse imobiliário e de ocupações irregulares. Já é uma
800 região considerada de alto risco de escorregamento. E quando a gente vai na inundação, temos todos,
801 nesse estudo, todos os mapas detalhados, mapas do estado e outros mapas secundários, mas
802 principalmente os que o estado fez e mostra claramente os riscos de inundação. E aí a gente tem também
803 aqui a montanha que divide os dois. Mas a gente nota que, embora em alguns lugares apareça que o
804 risco de inundação é baixo ou médio nos estudos, onde está urbanizado isso é frequente, isso é dentro
805 dos condomínios e na beira da rodovia, a inundação já ocorre com muita frequência nesta área. E
806 quando a gente vai e olha também da mesma fonte do G 2017, nas duas bacias hidrográficas, se a gente
807 faz a análise o Mapa de Perigo, não só o de Suscetibilidade, quando a gente faz a análise de perigo, o
808 que era um alto risco fica muito alto e a gente vê, principalmente na área já urbanizada, nos
809 condomínios, que o risco de inundação, que podia ser médio ou baixo, ele passa a ser muito alto em
810 função da alteração das características naturais desse terreno, seja pela vegetação que hoje ela tem, mas
811 se não tiver, provavelmente, muito provavelmente as áreas suscetíveis passaram a enfrentar o risco
812 muito alto, isso de acordo com os mapas do Estado. E eu tive aqui o cuidado de colocar o mapa que
813 foi apresentado recentemente em São Sebastião, onde também o IG mostrava, em 2017, onde estavam
814 os riscos e quando aconteceu a catástrofe, exatamente ali é que aconteceu. Então, acredito que esse é
815 um instrumento muito importante, que às vezes as pessoas propositalmente não querem analisar,
816 porque se analisam, não poderão construir ou não deverão nem fazer propostas de construir nestas
817 áreas. Então, é uma coisa muito séria e não adianta, não é só a questão de meio ambiente, é questão de
818 segurança, de vidas humanas e custos para todos. Um outro dado importante, é que nessa rodovia que
819 percorre, dêem uma olhada no número de recursos hídricos que tem ali. Só neste trecho do projeto, na
820 beira da rodovia, são 46 corpos hídricos que passam hoje por debaixo da rodovia. Não é dreno, porque

821 isso tem muito mais riachos ainda dentro desta área, e só ali tem 46 corpos hídricos e suas APPs. Isso
822 tudo está aí mostrando, e ali, olha, o solo abaixo do Caixetal, que eu mostrei, este é o solo abaixo do
823 Caixetal, onde se pretendia fazer parcelamento de solo e construções. E não é à toa que o Plano de
824 Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar classificou aqui toda a área do parque como área de
825 relevância extrema para conservação da biodiversidade. Aqui é o fundo da Mococa e da Tabatinga,
826 devido a qualidade da sua preservação, espécies, que têm mais de 80 espécies em risco de extinção que
827 ainda são vistas lá e a sensibilidade que ela tem, inclusive o mapa aponta até áreas, o verde é o limite
828 do parque estadual. O mapa, inclusive, mostra que nesta entrada aqui a área de relevância extrema está
829 fora até do parque, sugerindo até que a gente deveria, digamos assim, ser parque também, porque se
830 você vê aqui tudo mais plano, a tendência de urbanização é, deveria ter o parque, estar até ou a área de
831 preservação, ela passa até dos limites do parque, por isso ela está aí classificada como área de
832 importância extrema. Fora isso, nós temos outros fatos relevantes na área, temos uma lagoa de barra
833 intermitente que às vezes tentam retificar e retificar, porque a lagoa sustenta o mangue. E quando você
834 retifica o mangue fica estreito. Então tem uma lagoa de barra intermitente. Na frente dessas duas bacias
835 hidrográficas tem a maior criação de marisco do estado de São Paulo. E o pessoal nos apoia também,
836 porque qualquer contaminação, tem dois rios aqui que vira e mexe estão com bandeira vermelha, que
837 qualquer contaminação de coliformes fecais nesse ponto dessa maricultura ela tem que parar suas
838 atividades, e tem mais de 30 famílias, é o maior exemplo que nós temos de turismo comunitário também
839 daquela região, estão bem em frente. E temos também o melhor projeto de Jundu de Caraguatatuba,
840 feito por uma Associação Caraguatás, aqui na Mococa e na Cocanha. Ou seja, são vários fatos que
841 levam a necessidade dessa preservação e esse estudo também tem o detalhamento dos serviços
842 ambientais de cada ecossistema avaliado e a legislação incidente em cada um. E agora esta parte do
843 estudo passa a ser alvo de capacitação. A gente teve, na semana passada, uma reunião lá com a Polícia
844 Ambiental, Ministério Público e CFB, detalhando isso, e teremos outras capacitações em campo com
845 vários participantes, porque a hora que você faz uma avaliação bem feita naquele momento facilita
846 todo o processo, e também as pessoas que são autuadas, acho que é um carteiro, vem uma denúncia
847 e vê, se a pessoa que faz a autuação explica: “isso daqui, se for tirar essa vegetação, vai ter
848 escorregamento, é zona de alto risco, essa vegetação protege a erosão”, ela vai entender muito melhor,
849 até porque ela está sendo multada. O programa visa proteção ambiental claramente, recursos hídricos
850 e tudo. Ela quer evitar o programa, ocupações irregulares e riscos de inundação, deslizamentos e
851 também a destinação das áreas. São proprietários que têm essas área, eles precisam destinar, eles têm
852 o direito de uso, mas a gente pretende, com o programa, na evolução dele, que esses proprietários
853 consigam destinar ao que a área tem de vocação, de acordo com a legislação vigente, sempre com a
854 legislação. O programa começou lá em 2023, como foi comentado. Hoje estamos em implementação,
855 monitoramento e melhoria. Tivemos muitas validações em conjunto com a sociedade civil e Polícia
856 Ambiental. Na época, o Major Júlio César nos ajudou muito. Começou lá com o Coronel Dinael e
857 depois com o coronel Marco Aurélio, o coronel Navarro também vem nos apoiando muito e a equipe
858 da região que está ali à frente do processo da Polícia Ambiental, fazendo um trabalho espetacular. E
859 foi muito importante esse passo a passo. Não dá para copiar e colar esse projeto igualmente em qualquer
860 lugar. Cada situação o diagnóstico é um, pode ter um foco, outro em outro. O tema é muito abrangente.
861 Se você quiser focar em tudo, você não faz nada. Tem regiões que têm outros diagnósticos que podem

862 ter comunidades nativas no local, que precisam ser engajadas, ou seja, é um projeto muito bacana, mais
863 precisa esse diagnóstico e essa adaptação antes de ser passado. As ações foram comentadas e a gente
864 tem toda uma engrenagem. Na verdade, o que a gente observou nesse projeto, é que ele se transforma
865 numa engrenagem, e cada elo puxa esse motor dependendo da competência, é um trabalho que os
866 parceiros vão atuando por competência e não por organograma. Nenhum é protagonista sozinho desse
867 projeto. Ele é um projeto liderado pela Polícia Ambiental, mas a gente vê que, dependendo do caso,
868 tem frentes diferentes, as pessoas tomam frente, e todas, a CFB tem equipe, Polícia Ambiental tem
869 equipe, parque estadual tem equipe, todos passam nessa rodovia quase que diariamente, mas todos têm
870 o mesmo objetivo,, se você entra também, as mesmas missões, mas a hora que você, e todos tem
871 recursos limitados, mas a hora que todo mundo trabalha em conjunto, a capacidade de fazer as coisas
872 aumenta muito. Aqui o tenente Barbosa mostrou, mas é um exemplo de que todos os elos envolvidos
873 fazendo esse trabalho. Aqui está o representante do Gerco, olha, é do Estado. Você tem a CFB, que é
874 do Estado. A Polícia Ambiental, o Ibama está conosco e nos apoia também nesse projeto. Ou seja,
875 realmente é um trabalho feito com muitas mãos, muitas atividades de educação ambiental já
876 implementadas no entorno. Essa é a parte mais prazerosa de ser feita, digamos assim. E aqui, quem são
877 os parceiros hoje do programa? A gente vê cada um trabalhando com as suas competências. Ele
878 começou mais com polícia ambiental e sociedade civil e, aos poucos, outras entidades foram se
879 aproximando. Então a gente tem ali os condomínios Costa Verde, Mar Verde e o Condomínio Cocanha,
880 que nos apoiam muito e têm muito interesse na preservação do entorno. Associação Cunhambebe, que
881 eu represento, Caraguatá, muito bom na parte de óleo, erosão costeira, toda a parte de Jundus. A
882 Associação de Pescadores e Marisqueiros ali da Cocanha. Temos aqui também o Centro Araponga,
883 que é muito bom em imagens. Eles fazem monitoramento de imagens muito bom e de vez em quando,
884 quando se precisa, eles fazem o monitoramento para nós, a entidade aí que eu tenho responsabilidade
885 direta, que é o CEEPAM, ali na Tabatinga. Mas temos muitos guias. Os guias são excelentes parceiros,
886 porque eles andam nas áreas, é um hot spot de observação de aves do Brasil. Então, quanto mais guias
887 tem, mais fiscalização natural a gente tem. E aí nós temos o lado de cá, o que foi se agregando cada
888 vez mais nesses últimos seis meses, o Ministério Público se aproximou muito e tem nos dado muito
889 respaldo. A Fundação Florestal, com o Parque Estadual, sempre nos apoiaram. O CFB também está
890 em todas as reuniões e participando. O Gerco, que agora esse programa entra no plano de ação, está
891 entrando no plano de ação do Gerco como modelo também. E assim ele vai somando as competências
892 de cada um. E eu diria que hoje o programa evitou o avanço, a gente hoje tem o início de desmatamento,
893 a polícia vai lá e para. Teve algumas residências que foram até já removidas devido a estar muito
894 irregular e agora foi mencionado aqui das ACPs, eu só espero que tem famílias ali dentro, e tem gente
895 que deve estar correta ali, que deve estar de forma adequada. Não é proibido ter propriedade,
896 independente, mas não pode fazer supressão sem licenciamento. E eu acredito que aqueles que estão
897 lá há muito tempo, de forma correta, ou que querem contribuir e ter a oportunidade de regularizar
898 também a sua propriedade, e o nosso propósito maior é evitar os avanços da ocupação irregular e
899 supressão de vegetação dessa região. É isso que eu tinha para falar para vocês. Quero agradecer muito
900 a todos aqui, em especial a Polícia Ambiental, tem representantes aqui do Gerco, do Ministério Público,
901 Fundação Florestal, por todo esse trabalho conjunto. Obrigado.
902

903 **01:37:24 Jonas Trindade:** Obrigado, conselheiro. Obrigado, Tenente Barbosa pelas apresentações.
904 Acho que foram bastante ricas e direcionadas. Mostraram o panorama e a forma como vocês tem atuado
905 de forma conjunta, que realmente tem dado um resultado bastante positivo. Então, parabéns a todos os
906 envolvidos no trabalho que faz a diferença numa área tão sensível e que tem uma importância ecológica
907 também bastante relevante. Anselmo, por favor.

908

909 **01:37:57 Anselmo Guimarães:** Acho que todos os conselheiros aqui, até pelos aplausos, já
910 reconhecem o quão valoroso é esse trabalho. Vamos passar a uma rodada de comentários. Alguém
911 gostaria de fazer algum comentário adicional? João Tiago Melle, da Coordenadoria de Fiscalização e
912 Biodiversidade.

913

914 **01:38:19 João Thiago Mele:** Bom dia a todas, a todos. Eu gostaria de parabenizar a Polícia Militar
915 Ambiental e todas as instituições parceiras por esse trabalho de excelência. E a gente observa que é
916 algo que não é momentâneo, é perene. Isso porque apesar de haver mudanças naturais nos comandos
917 da Polícia Ambiental, das instituições, a ideia, sem dúvida, irá permanecer, porque os resultados são
918 muito efetivos, em especial relacionados ao caráter preventivo. O tenente Barbosa muito bem trouxe a
919 questão do número de vistorias ambientais, de ações que não redundaram em autuações ou ações civis
920 públicas, demonstrando esse caráter preventivo, porque justamente o objetivo é que o dano não ocorra,
921 e essa intervenção da sociedade civil, esse apoio, é um diferencial importantíssimo. O Leduc bem falou,
922 não é uma receita fixa de bolo, mas eu acredito que é um piloto para outras regiões do Estado, em
923 especial o litoral. Nós tivemos, entre 2015 e 2020, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral
924 Paulista, que trouxe resultados muito significativos, mas foi feito entre o Estado e a Prefeitura. A gente
925 não teve esse componente, talvez da participação da sociedade civil. Hoje tem se trabalhado numa nova
926 fase do projeto e acredito que incorporar esse elemento, esse auxílio da sociedade civil, essa integração
927 entre todos os parceiros, todos aqueles que utilizam o território, é de fundamental importância. E
928 quando eu falo do perene, nós tivemos no litoral a finalização, em 2020, mas as ações que foram
929 construídas, o relacionamento com as prefeituras, eles persistiram. Dados encaminhados pelo capitão
930 Hoffmann a respeito das ações de demolição do ano passado, de janeiro a agosto, apenas na Baixada
931 Santista, foram 600 demolições. E então a gente vê que esse trabalho permanece e deve ser continuado,
932 e esse projeto, sem dúvida, traz elementos de fundamental importância para o aprimoramento do
933 sistema ambiental paulista e da força de segurança na preservação da Mata Atlântica. Parabéns!

934

935 **01:40:59 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Por favor, comandante Navarro.

936

937 **01:41:03 Leandro Navarro:** Bem, só para dar uma finalizado aqui, que o tempo é curto também,
938 Anselmo, Por que esse programa tem muita legitimidade? Porque realmente o escopo dele, a genética
939 dele, está de fora para dentro da instituição, né? Então é uma iniciativa, principalmente, quem merece
940 os parabéns realmente são as comunidades lá de Mococa e Massaguaçu, porque havia necessidade, nós
941 temos critérios técnicos aqui, como bem explanou com muita sabedoria e propriedade o nosso professor
942 Leduc aqui, e obrigado pela parceria. Então, obedecido esses requisitos, nós temos o convencimento
943 da comunidade e ela, a gente *'starta'* isso, a gente incentiva isso, mas parte da comunidade, de fora

944 para dentro, essa iniciativa. E aí a gente prepara esse terreno, prepara essas pessoas, faz de verdade a
945 mudança de comportamento. Então, não é qualquer denúncia, a gente qualifica melhor, e as pessoas
946 conhecendo, elas nos trazem informações que nos dão a eficácia em campo, a agilidade, a eficácia, a
947 celeridade que a gente precisa para realmente ter uma eficácia no combate ao desmatamento, na
948 proteção e na preservação daquele recurso tão importante. Então é por isso que ele é perene, ele é eficaz
949 porque tem a participação da comunidade, e parte dela o interesse em fazer esse programa. Então, é
950 uma mudança real de comportamento e a gente atua nesse cenário de mudança de comportamento, por
951 isso todas essas reuniões, vocês estão afim mesmo? Então é tudo isso. Vocês têm que inclusive se
952 preparar. É um aprendizado. E aí a gente consegue qualificar todas as informações que chegam para
953 nós, para a gente poder, exatamente, ter uma eficácia em campo. Então, parabéns a todos. Parabéns
954 Leduc, parabéns comandante aqui, Marco Aurélio, a todos os policiais que estão a frente desse projeto.
955 E a ideia é a gente agregar esse projeto em todas as políticas públicas que for de interesse de
956 preservação, a gente expandir isso de maneira bem sólida, devagar, mas sólida, para que realmente a
957 gente não tenha retrocessos. E algum desavisado pode até falar: mas eu não tenho o telefone 190, que
958 eu posso ligar para a Polícia Militar, e fazer qualquer tipo de denúncia? Tem. Mas quando a sociedade
959 está envolvida aí a gente tem realmente a consciência, a qualidade de identificar, tudo aquilo que eu
960 vejo, eu falo e com qualidade, com direcionamento, e principalmente, a confiança. A proximidade traz
961 a confiança. Então a comunidade conhece os patrulheiros que estão lá da Polícia Militar, que vão
962 atender aquela demanda. Então, todo esse cenário que a gente consegue mudar é um cenário muito
963 propenso, a realmente a gente poder ter ganhos e resultados, como foi demonstrado aqui. Então meus
964 parabéns a todos, muito obrigado e vamos para cima.

965
966 **01:44:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, coronel. Objetivamente, nós temos aqui três inscritos
967 para fazer os comentários, então já passo imediatamente, depois a gente faz um comentário final antes
968 da gente passar o próximo item da pauta. Então, só vou passar pela ordem, o conselheiro Eduardo
969 Victorino, depois a conselheira Gilda Nunes e a conselheira Cláudia Habib. Então, por favor, Eduardo
970 Victorino, por favor, a palavra é sua.

971
972 **01:45:05 Eduardo Victorino:** Obrigado. Bom, parabenizar a todos que apresentaram as suas palestras.
973 É importante essa qualidade de conteúdo, isso é importante. Eu queria só falar um pouquinho
974 rapidamente sobre a apresentação do Tenente Barbosa, não sei se é Programa ou Projeto Vizinhança
975 Solidária Ambiental, e dizer que esse projeto tem tudo para dar certo. Já deu certo. Parabenizar o
976 Coronel Navarro e toda a equipe dele da Polícia Ambiental do Estado. A gente tem também um trabalho
977 aqui via WhatsApp, o pessoal da GCM Ambiental ou da Delegada, que é um convênio que temos com
978 a Polícia Ambiental do Estado. Chega muito rapidamente no local, então isso é muito bom. Parabéns
979 por essa iniciativa. Toda vez que a gente envolve a sociedade civil tem tudo pra dar certo. Não tem
980 como dar errado. Eu só tenho uma pergunta a fazer: esse programa ou projeto, desculpe, eu depois vou
981 conseguir colocar na tela a programação, a apresentação de vocês, eu posso fazer isso dentro de um
982 consórcio ou a cada município teria que ter esse esse programa ou projeto implementado? Então seria
983 só essa minha colocação. E mais uma vez parabéns pela apresentação do Tenente Barbosa, esse o
984 caminho, gente. Eu sempre falo que o primeiro passo é a fiscalização. Ela é importantíssima para

985 contenção, para a gente poder trabalhar com o regramento legal, levar informação para a sociedade, o
986 primeiro passo, para mim, é a fiscalização. Pelo menos tem dado muito certo aqui no município nosso
987 aqui. Muito obrigado.

988

989 **01:46:48 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Depois dos outros comentários a gente passa aqui as
990 respostas das perguntas, conselheiro. Vou passar diretamente para a conselheira Gilda Nunes.

991

992 **01:46:59 Gilda Nunes:** Um bom dia a todos. Eu queria parabenizar toda a equipe, principalmente ao
993 Eduardo Leduc por essa representação da sociedade civil, que eu acho que foi fundamental para que
994 realmente desse certo. Queria solicitar para que realmente fosse replicado esse projeto para os outros
995 municípios do litoral, inclusive com base na perda de Mata Atlântica que está ocorrendo nos municípios
996 do litoral. Ilhabela, por exemplo, é um município que ficou em terceiro lugar lá, em quantidade de
997 desmatamento dentro da Mata Atlântica. A gente tem uma dificuldade enorme com a Polícia Ambiental
998 aqui em nosso município, até por conta de que a gente não tem aqui, depende do pessoal vir de São
999 Sebastião, enfim, tem toda uma dificuldade. Mas por outro lado, a gente tem um consegue aqui super
1000 atuante, funciona aqui, a solidária funciona aqui para questão de problemas de criminalidade, então
1001 acho que dá para funcionar a parte ambiental também, e pedir para o Rodrigo para a gente levantar,
1002 principalmente a parte em que tem maior pressão na Unidade de Conservação. A gente tem uma pressão
1003 imensa no Parque Estadual de Ilhabela, com diversos desmatamentos ao entorno, na área de PLP, que
1004 é a Área de Proteção ao Limite do Parque. Então, eu acho que daria para fazer alguma coisa conjunta,
1005 inclusive com o conselho do Parque Estadual, o qual eu faço parte também. E da APA Marinha
1006 também, porque a gente tem também a APA Marinha aqui, então são duas Unidades de Conservação
1007 estaduais que poderiam trabalhar em conjunto com uma vigilância solidária ambiental.

1008

1009 **01:48:53 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira. Doutora Cláudia Maria Habib, do
1010 Ministério Público.

1011

1012 **01:49:00 Cláudia Maria Habib:** Bom dia a todos e a todas. Eu também quero parabenizar a Polícia
1013 Ambiental e todos os envolvidos nesse trabalho que possui tamanha importância e que com certeza
1014 terá muitos ganhos ambientais e para toda a sociedade. Como foi muito bem dito aqui, nós sabemos
1015 que a prevenção é a palavra de ordem e é um trabalho pautado na prevenção, justamente para que o
1016 dano não ocorra. Todos nós sabemos muito bem a dificuldade da reversão depois que o dano, que a
1017 situação fática se consolida. Foi muito bem ressaltado a importância da participação popular. Nós
1018 sabemos que isso implica numa mudança de paradigma, numa mudança de comportamento, como bem
1019 ressaltado aqui pelo coronel Navarro. E não é receita de bolo, nós sabemos disso, daí a complexidade
1020 dele. Não tem um script para ser seguido, esse é o grande desafio, e é o desafio que a gente enfrenta no
1021 gerenciamento de riscos de desastres ambientais. Quando não há receita nós vamos ali quebrando a
1022 cabeça juntos, vemos o que funciona, o que não funciona. A gente deseja, coronel, todos os envolvidos,
1023 que esse trabalho seja delegado realmente aos diversos projetos voltados ao desenvolvimento de
1024 políticas públicas e, com certeza, teremos muitos ganhos em função dele. Parabéns a todos, muito
1025 obrigado.

1026

1027 **01:50:27 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. E por último, o conselheiro Paulo Nelson do Rego.

1028

1029 **01:50:37 Paulo Nelson:** Bom dia a todos. Primeiro, parabenizar o trabalho da Polícia Ambiental junto
1030 com a sociedade civil, liderada por Eduardo Leduc, que fez realmente uma liderança muito relevante
1031 nesse processo como um todo. Nós tivemos o prazer de poder ajudar nas mudanças do Plano Diretor
1032 apoiando todas as medidas que ele já fez. E assim, o meu comentário vem no sentido de trazer uma
1033 reflexão da importância de que, quando se faz os estudos ambientais, as diversas áreas de impactos,
1034 esses estudos que foram bancados para a sociedade civil e que dão respaldo para poder fazer a proteção
1035 dessa área de forma ímpar, elas deveriam ser agregadas, acho que é um trabalho que a Câmara de
1036 Compensação, junto com o Licenciamento da CETESB, poderiam estar trazendo para que em todos os
1037 processos esses estudos mais detalhados e sinérgicos de uma visão de uma avaliação ambiental
1038 estratégica do Litoral Norte pudesse ser desenvolvido, porque não é fácil encontrar uma sociedade civil
1039 que tenha capacidade de poder desenvolver os estudos na inteireza e na clareza, e isso a sociedade civil
1040 conseguiu produzir ali. E a gente tem que estender essas particularidades e, evidentemente, não ter
1041 receita de bolo. Mas talvez a receita de bolo seja como evoluir nesses estudos para que a gente tenha
1042 uma sensibilidade da legislação e de todas essas questões muito bem focadas e bem elucidadas por
1043 todos os mecanismos que a sociedade possui. Então, quando a gente faz um processo de licenciamento,
1044 a gente tem que ter elementos que possam realmente agregar. O Litoral Norte passou por várias
1045 experiências, inclusive, nós tivemos como sociedade civil mundial que buscou, de uma certa forma,
1046 trazer um pouco mais dessa sistemática. Foram feitos estudos que a gente acaba vendo, que acabam se
1047 perdendo, que ficam enfeitando prateleiras e não trazendo efetividade para a sociedade civil. Então,
1048 acho que precisamos brigar muito para que essa efetividade possa ser trazida, e é fundamental a
1049 importância das parcerias público-privadas que, nesse caso, funcionam e devem ser estendidas, sim,
1050 para todo o Estado de São Paulo.

1051

1052 **01:53:35 Anselmo Guimarães:** Obrigado, prefeito. Muito obrigado, conselheiro. Conselheiro
1053 Eduardo Leduc gostaria de fazer algum comentário? Tem alguma resposta que gostaria de trazer? Vou
1054 pedir então para o conselheiro Leduc fazer o comentário final e depois a gente possa o pessoal.

1055

1056 **01:53:50 Eduardo Leduc:** Agradeço a todos que escutaram atentamente a apresentação e entenderam
1057 exatamente. Eu, às vezes, quando as pessoas falam de levar o projeto para um outro município, eu
1058 acredito ser muito difícil levar para o município, mas numa situação como a Gilda falou, numa área
1059 específica, onde a gente tem um foco bem delimitado, eu acredito que pode ser muito eficiente também.
1060 Nós não pegamos esse projeto e instalamos numa área já totalmente consolidada, urbanizada, porque
1061 senão seria a Vizinhança Solidária normal. Realmente, ele tem esse aspecto para áreas que ainda podem
1062 ser preservadas com essa ação conjunta e proativa dos elos todos que atuam ali. E aí sim eu acredito
1063 que ele pode ser replicado dessa forma. Não é uma receita de bolo, porque ela precisa de um diagnóstico
1064 muito preciso. Gostei muito quando o doutor Paulo Rego, que nos ajuda muito lá no litoral, comentou
1065 sobre usar esses dados. Nós temos hoje um grande desafio aqui nesse projeto, é que o próprio Estado,
1066 que o próprio Gerco utilize esses dados também no seu mapeamento de classificação de vegetação e

1067 tudo mais, porque é sempre feito tudo muito macro, mas nós temos ali a classificação bem detalhada
1068 que pode ser validado. Isso tem RT, tudo científico. A base dos dados são do próprio Estado. Então, se
1069 a gente consegue que, nos trabalhos do Estado, na classificação, o Zoneamento do Estado esses estudos
1070 sejam considerados, motiva muito mais e todo mundo ganha. E só o último ponto, ressaltar que esse é
1071 o primeiro projeto, não é mais projeto, e a gente nem quis falar dele antes aqui, porque a gente queria
1072 ter certeza que não é uma iniciativa e que sim, está ainda está em andamento. Ainda não considero que
1073 ainda seja um sucesso, porque a gente ainda tem grandes desafios ali, mas assim a gente conseguiu
1074 realmente segurar, que era o grande objetivo, mas é o primeiro projeto de vizinhança solidária para
1075 meio ambiente do Brasil. Não existe isso. A gente tentou ver se tinha outros. E do mundo, segundo a
1076 Polícia Ambiental, e do mundo. Então eu acredito que o Estado de São Paulo aqui tem agora o resultado
1077 de um projeto que pode ser muito bem utilizado pelo Estado, e acabou sendo uma inovação, usando
1078 um projeto já sólido, consolidado, hoje regulamentado dentro da Polícia Ambiental, com toda
1079 experiência de Vizinhança Solidária para áreas urbanas, agora expandindo desta forma para ambiental.
1080 Eu acredito que isto é motivo de orgulho para o Estado, para a polícia, mas para toda a sociedade civil,
1081 e eu acredito que pode ser melhor até aproveitado por todo esforço. E onde vocês que estão aqui, quase
1082 todos tem participação nisso para suas atividades. Muito obrigado.

1083
1084 **01:56:53 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. E agora para a gente encerrar, de novo aqui o
1085 comandante Navarro para seus comentários finais.

1086
1087 **01:57:21 Leandro Navarro:** Bem, mais uma vez, agradecer aqui. Mas enfatizar, essa é uma vitória da
1088 comunidade lá de Mococa e Massaguaçu. Eles são os indutores dessa mudança, que é, na verdade, uma
1089 tríade. Irão falar: eu não posso por no meu município e tal? A ação é muito local, então a gente precisa
1090 ter, na verdade, a necessidade ambiental de proteção muito bem diagnosticada. O diagnóstico técnico
1091 disso é a base dessa pirâmide, o engajamento, o engajamento de todos os atores que permeiam essa
1092 necessidade e esse diagnóstico. Então, assim, já não é mais um projeto, é uma realidade e a gente agora
1093 tem que, para até não banalizar isso, que a gente sabe a necessidade de todos aqui, ou individualmente
1094 de cada situação no território, para a pessoa ela é única e ela é mais importante, então a gente tem que
1095 tomar esse cuidado de não banalizar isso. Não é comercial, realmente tem efetividade e ganho para o
1096 meio ambiente, é o principal direcionamento. Então a gente tem que analisar tudo isso, mas nós estamos
1097 à disposição. Eu acho que agora a gente já tem massa de dados e comprovação científica que a coisa
1098 funciona para a gente poder agora pensar realmente na expansão disso em áreas realmente que nós
1099 temos o interesse olhando, como bem foi falado aqui por um de nossos integrantes aqui, pensando no
1100 macro, mas agindo localmente de maneira bem pontual. Acho que é isso. Muito obrigado e parabéns a
1101 todos.

1102
1103 **01:59:31 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro, muito obrigado a todos e todas. Parabéns
1104 a todos os envolvidos. Muito obrigado a todas as entidades pelo excelente trabalho e obrigado por
1105 oportunizar que o CONSEMA tenha acesso a isso, para a gente divulgar para toda a sociedade, o que
1106 tem sido feito. Dito isso, nós vamos passar então ao segundo item da ordem do dia, que é a apreciação
1107 do relatório final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas sobre o Plano de Manejo

1108 do Parque Estadual do Lagamar, da Cananéia. A relatoria foi incumbida ao representante do Instituto
1109 de Pesquisas Ambientais do IPA, o relator Marco Aurélio Nalon. Antes da gente adentrar exatamente
1110 na pauta, temos uma questão preliminar que, como dispõe o Regimento Interno do CONSEMA, a
1111 discussão e votação da matéria constante da ordem do dia poderá ser adiada por deliberação do
1112 Plenário. Foi apresentada aqui, esse é o artigo 27, parágrafo 4º. Como permite o regimento, foi
1113 apresentada aqui um ofício da Secretaria de Agricultura e Abastecimento solicitando a retirada da pauta
1114 desse item, e está aqui conosco o representante da Agricultura, gostaria já, nesse momento, de ceder a
1115 palavra para que possa esclarecer o motivo desta solicitação e, na sequência, quem quiser comentar
1116 acerca dessa proposição, e a gente coloca para votação. A pauta é colocada pela presidência do
1117 CONSEMA, mas a retirada dela só por consentimento e decisão do plenário. Então, por favor,
1118 conselheiro, a palavra é sua.

1119

1120 **02:01:15 Ricardo Rosário:** Bom dia a todos e todas. Obrigado pela palavra, Anselmo. A secretaria
1121 entende que essa discussão do Plano de Manejo do Parque Estadual Lagamar Cananéia precisa de um
1122 pouco mais de discussão, por quê? Primeiro, a gente tem estudos técnicos, especialmente do professor
1123 Álvaro Nogueira de Souza, da UNB, com relação a pulverização aérea, de que o que afeta, pode afetar
1124 uma pulverização aérea, numa média de deriva de 20 metros, no máximo chegando a 45 metros, e no
1125 plano isso está constando 500 metros. Então, esse é um primeiro ponto. O segundo ponto é que a gente
1126 tem duas instruções normativas do mapa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a
1127 02, de 2008, e a 03, de 2020, e a Portaria 298, de 2021, que também estabelecem outros regramentos,
1128 algo que varia entre 15, 20 e 30 metros. Terceiro, a gente acha que isso vai prejudicar muito os
1129 produtores de banana da região, o entorno do parque é o entorno de produção de banana, que eles foram
1130 consultados um pouco durante o estabelecimento do plano, mas que eles deveriam ter sido mais
1131 ouvidos. E o último ponto é que, dentro da Secretaria da Agricultura, a gente tem 42 Câmaras Setoriais,
1132 uma específica sobre aeroagrícolas e pulverização, e a Câmara não foi consultada. Então a gente
1133 gostaria da retirada da pauta para que esses atores fossem ouvidos. Essa é a nossa justificativa. Muito
1134 obrigado, Anselmo.

1135

1136 **02:02:59 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Subsecretário Jonatas.

1137

1138 **02:03:09 Jonatas Trindade:** Essa apresentação, apreciação do relatório, foi indicada, sugerida
1139 considerando a maturidade do Plano de Manejo do Parque, pelo trabalho que foi desenvolvido pela
1140 Fundação Florestal. Eu, pessoalmente, entendo que a gente tem que conduzir esse processo, ou seja,
1141 continuar tendo em vista ter sido incluído em pauta e em respeito a todos os participantes, e também
1142 considerando o que a agricultura ponderou no seu pedido para retirada da pauta, mas entendendo que
1143 isso também pode ser discutido nesse pleno, até porque são aspectos técnicos relacionados ao trabalho
1144 que foi desenvolvido, que tem um embasamento também técnico, sujeito, lógico a essa discussão, essa
1145 avaliação. Então, o meu entendimento é que deveria ser mantida a pauta, mas aí eu levo a todos os
1146 conselheiros para que votem pela manutenção ou retirada do item da pauta na data de hoje.

1147

1148 **02:04:18 Anselmo Guimarães:** Alguém gostaria de se pronunciar ou eu já posso por a votação? Por

1149 favor, conselheiro Daniel Smolentzov.

1150

1151 **02:04:27 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Anselmo. A Secretaria da Agricultura tem assento na
1152 Comissão Temática que analisou o Plano de Manejo? Tem. Até foi discutido o tema lá, obviamente.
1153 Então eu concordo aqui com a presidência do CONSEMA. Acho que primeiro o assunto precisa ser
1154 trazido aqui para todos nós, até para nós entendermos qual é a questão exatamente, os posicionamentos
1155 técnicos de lado a lado. E aí, se for o caso, ao final da discussão, se nós entendermos que de fato o
1156 assunto não está maduro, podemos, neste momento, até adiar a votação para maiores esclarecimentos,
1157 ou, se nós entendermos que de fato o assunto já foi bastante discutido na Comissão Temática, que é o
1158 local mais apropriado, seguirmos com a votação, cada um dentro do seu juízo.

1159

1160 **02:05:20 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Obrigado. Então vou colocar a votação então, primeiro
1161 solicitando que levantem as mãos, se manifestem, tanto aqui presencial, virtual, os conselheiros que se
1162 manifestam a favor da permanência na pauta, por favor, levantem as mãos, aqueles pela permanência
1163 na pauta. Então vou fazer aqui a contagem. Temos 21 votos a favor da permanência na pauta. Por favor,
1164 peço que abaixem as mãos todos, por gentileza. Vou pedir agora que levante as mãos aqueles que são
1165 contrários à permanência na pauta. Só corrigindo aqui, o conselheiro Eduardo Trani tinha levantado a
1166 mão pela permanência na pauta, acho que a mão ainda está levantada. Conselheiro Trani, agora a
1167 votação é aqueles que são contrários à permanência na pauta, ou seja, aqueles que querem retirar. Na
1168 verdade, agora a votação é oposta. Então temos aqui um voto na sala, um voto. Deixa eu só perguntar:
1169 conselheiro Trani, como vota? Porque para mim, não entendi, pela permanência ou pela retirada?

1170

1171 **02:06:55 Eduardo Trani:** Pela permanência.

1172

1173 **02:06:57 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Deixa eu só abaixar a mão, então, aqui só para ficar
1174 registrado no vídeo. Então nós temos um voto aqui na sala, um voto online, dois votos contrários.
1175 Algum conselheiro gostaria de manifestar sua abstenção? Temos uma abstenção. Perfeito, então são
1176 21 votos pela permanência, dois contrários e uma abstenção. Com isso nós vamos dar prosseguimento,
1177 então, a ordem do dia com análise desse item. Para isso, vou convidar inicialmente aqui o conselheiro
1178 Marco Aurélio Nalon, ele que é o representante do Instituto de Pesquisas Ambientais, incumbido da
1179 relatoria, tanto na CT de Biodiversidade, que vai fazer então a apresentação do relatório aqui no
1180 plenário. Por favor, conselheiro, a palavra é sua.

1181

1182 **02:07:41 Marco Nalon:** Mais uma vez, bom dia a todos do plenário. Meu papel hoje aqui é trazer a
1183 relatoria da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas, especificamente para o Parque
1184 Estadual Lagamar Cananéia, que foi objeto de várias das últimas sessões do CTBio, e algumas etapas
1185 prévias, vou passar primeiramente a palavra para Márcia Lima, que é gestora da Unidade. Ela tem umas
1186 breves palavras. Temos um vídeo da unidade. Na sequência vou apresentar a relatoria, e aí nós
1187 colocamos o tema para discussão dos senhores, ok? Márcia, por favor.

1188

1189 **02:08:20 Marcia Lima:** Bom dia a todos. É uma grande satisfação estar aqui com vocês nesse

1190 momento e, tendo em vista o prazer que é estar junto com pessoas tão envolvidas e comprometidas
1191 com a conservação do nosso patrimônio natural. O Parque Estadual de Lagamar de Cananéia é uma
1192 Unidade de Conservação de extrema importância. Integra o Mosaico de Conservação do Jacupiranga,
1193 é uma área que protege uma rica diversidade de ecossistemas que vão desde os manguezais e a restinga
1194 até os refúgios mundanos. Além disso, abriga espécies únicas e ameaçadas, como o mico caíçara, o
1195 papagaio de cara roxa, que são os símbolos da biodiversidade daquela região e precisam de esforços
1196 contínuos para sua preservação. A gestão desse território é essencial para garantir a conservação desses
1197 ambientes e equilíbrio ecológico da região. Isso significa proteger não apenas a fauna e a flora, mas
1198 também valorizar o conhecimento das comunidades que vivem ali e que há gerações têm uma relação
1199 direta com essa paisagem. Vamos apresentar a seguir um vídeo falando dessa Unidade, mas não sem
1200 antes destacar que nada disso seria possível sem o esforço e dedicação de algumas pessoas envolvidas
1201 nesse processo. Quero aqui agradecer a toda equipe envolvida, os técnicos, pesquisadores, gestores e
1202 todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para esse trabalho. Um agradecimento especial
1203 também à comunidade que participou ativamente. Tivemos toda a comunidade em torno da Unidade e
1204 dentro da Unidade envolvida nesse processo. Aos técnicos do Núcleo de Plano de Manejo, Fernando
1205 César, ali. Os nossos gerentes e diretores e aos nossos colaboradores da Unidade aqui presentes
1206 também. O compromisso de cada um de vocês é fundamental para que possamos avançar na proteção
1207 desse patrimônio e assim, garantir que ele continue cumprindo a sua função para as futuras gerações.
1208 E de uma forma mais especial ainda, gostaria de fazer um agradecimento ao Mário Nunes, aqui
1209 presente. Ele foi o gestor da Unidade durante todo o desenrolar desse processo, todo o trabalho
1210 desenvolvido. Ele era o gestor e eu assumi recentemente. Obrigada, Mário e obrigado a todos.

1211
1212 **02:11:10 Marco Nalon:** Obrigado, Márcia. Você já me poupou várias palavras de apresentar, fazer
1213 uma introdução melhor do que eu faria. Acho que a gente vai passar agora, na sequência, um vídeo
1214 mostrando a Unidade.

1215
1216 [02:11:26 - 02:16:11 exibição de vídeo]

1217
1218 **02:16:21 Marco Nalon:** Dar continuidade agora na apresentação da relatoria. Os créditos de toda a
1219 equipe do Comitê de Plano de Manejo, da Fundação Florestal, dos técnicos envolvidos na elaboração
1220 desse Plano de Manejo. Acho que abarca todo o quadro técnico, científico aqui da casa, da SEMIL.
1221 Informações gerais. Eu vou passar mais sucintamente, porque acho que todos receberam esse material
1222 com antecedência, mas para nós, cumprimos o rito. A localização fica no Parque Estadual, no extremo
1223 sul de São Paulo, divisa com o Paraná, e já tem uma vizinhança importantíssima com áreas de igual
1224 relevância ambiental no Paraná. É um contínuo realmente, não só do Jacupiranga, como também do
1225 estado vizinho. Eu gostei dessa chamada do Vladimir de olhar local e pensar no global, acho que isso
1226 vai dar bastante impulso na nossa discussão de hoje. Os Planos de Manejo do Mojac no geral, esse é o
1227 estado que eles se encontram. No Mojac Sul, três planos foram enviados, incluindo este que está sendo
1228 apresentado, ou em análise. Nós temos a área do Mojac Norte com planos em fase também de
1229 elaboração e zoneamento, e no Mojac Centro mais quatro planos em etapas de zoneamento e outros
1230 em etapas de programa. A Lei de Criação do Mojac, do PELC, de 2008. Os atributos principalmente,

1231 como, já foi bem mostrado aqui, a biodiversidade e recursos hídricos. Aqui as oficinas, isso, eu acho
1232 que é sempre importante, essa participação de todos envolvidos, não só a comunidade, órgãos, os
1233 gestores. As oficinas que estão sendo realizadas, desde 2019 de planejamento, duas oficinas. Depois,
1234 a Oficina Híbrida de Organização de Trabalhos. Pegou um período de pandemia. A partir de 2023 a
1235 etapa de zoneamento, onde já começa a ter um amadurecimento de todas as propostas. Programas de
1236 gestão, reuniões setoriais, também em outubro de 2023. Devolutivas ao Conselho Consultivo até a
1237 finalização das manifestações de todos os envolvidos, em fevereiro de 2024. O principal resultado é o
1238 Zoneamento do Parque Estadual. Ele levou em consideração os critérios da vizinhança, logicamente,
1239 das Unidades existentes, a cobertura vegetal nativa, que acaba representando bastante a biodiversidade,
1240 não só a vegetação, mas sempre a biodiversidade, que está englobada com isso, o levantamento de
1241 informações junto às comunidades, tanto no interior como as que vivem no entorno do parque, o
1242 mapeamento de cobertura do solo, a conectividade que mostra o quanto ela tem integrado no seu bioma,
1243 regionalmente, recursos hídricos. Sempre a fragilidade de solo e perigos e riscos de eventos
1244 geodinâmicos, esse é sempre uma tônica forte nas Unidades, porque uma coisa é ela ter um processo
1245 de escorregamento dentro delas, as vezes é um processo natural, mas o quanto que ela ajuda o entorno
1246 na prevenção e na mitigação desses riscos. Não preciso nem dar como exemplo o Litoral Norte e outros
1247 que a gente tem tido. E regiões com histórico de potencial para visitação. Eu gosto dessas apresentações
1248 que agora acabei de descobrir que é a primeira ocupação, vila do Brasil, Cananéia. Isso, para mim, foi
1249 interessante. O Zoneamento traz Zona de Preservação, Zona de Conservação, Zona de Recuperação,
1250 Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo e Zona Histórico Cultural, que é uma Zona particular
1251 desse parque, também trazendo as suas Áreas de Uso Público, Administração, a Histórico Cultural e
1252 Área de Ocupação Humana. Lembrando que essas zonas, essas áreas, são as previstas no roteiro
1253 metodológico dos Planos de Manejo que a gente usa para todas as Unidades do Estado. A Zona de
1254 Amortecimento tem uma área aqui que ocupa 18 mil hectares do entorno do parque. Ela traz sempre o
1255 objetivo principal, como o próprio nome diz, trazer essa fase de transição entre as áreas preservadas
1256 oficialmente, o limite do parque, e outros usos que possam ter no exterior. Sempre pensando nessa
1257 área, como dizem, que é uma área de vulnerabilidade, de fragilidade do parque, de todas as Unidades,
1258 que é o seu limite mais externo. Ali ele termina, a legislação para ali, mas onde a gente pode avançar
1259 para manter essa integridade da Unidade. Aqui um mapa mais detalhado, trazendo todas as Zonas, as
1260 internas e as externas. As Zonas de Preservação em verde mais escuro, geralmente as áreas com uma
1261 biodiversidade mais conservada, mais representativa. As Zonas de Conservação, no entorno, verde
1262 claro. Zonas de Uso de Recuperação, já indicadas para projetos e processos de restauração de seus
1263 ambientes. As Zonas de Uso Extensivo, amarelo, geralmente onde a gente tem ali a parte de visitação,
1264 Zona de Uso Intensivo, as áreas administrativas, e a Zona Histórico Cultural, bem ali na parte central,
1265 dentro da Unidade. E trazendo aqui um outro mapa, mostrando também com um pouco mais de detalhe
1266 a Zona de Amortecimento. Eu já achei interessante trazer junto com essa Zona de Amortecimento essas
1267 áreas em verde, externas a linha vermelha. O que tem nessa Zona de Amortecimento? Porque é sempre
1268 uma área sensível a conversar. 82% dela é vegetação nativa, ou seja, uma continuidade do ambiente
1269 que você encontra na Unidade de Conservação, só que não está protegido, está na área de particulares,
1270 na área privada. Mas 80%, 83% dessa área é vegetação contínua à Unidade de Conservação. Tem
1271 alguma coisa de área edificada, 1,4%. E quando a gente olha na parte de uso mais intensivo, a gente

1272 tem culturas perenes, 1,2%. A banana ocupa só 3,4% dessa Zona de Amortecimento, e as culturas
1273 temporárias, uma porção bem pequena também, 1,3. E aí tem outros tipos, como pastagem,
1274 reflorestamento, que fazem esse mosaico da Zona de Amortecimento. O que traz também a proposta
1275 da Zona de Amortecimento é um *buffer* de 500 metros contínua ao limite da Unidade, onde, se a gente
1276 está propondo, a proposta é que haja nessa faixa de 500 metros uma proibição da pulverização aérea
1277 com asa fixa. Essa é a proposta que é trazida no plano. Porém, seguindo o mesmo conceito que a gente
1278 colocou desde a APA Itapeti, uma vez que você tenha o interessado em fazer pulverização dentro dessa
1279 faixa, ele apresentar uma proposta metodológica de menor impacto, que não seja da ASA, e isso seja
1280 analisado, também ela pode ser admitida. O limite sempre máximo, que não existe pulverização
1281 nenhuma, é aquela faixa de 30 metros continua sempre da Unidade. Mas, para a Unidade aqui como
1282 geral, a gente está trazendo essa proposta de 500 metros. Os programas de gestão do Parque Estadual
1283 traz os Programas de Manejo e Recuperação, de Uso Público, Interação Socioambiental, Proteção e
1284 Pesquisa e Monitoramento, todos esses são derivados sempre daquelas oficinas, todas que ocorrem
1285 com a comunidade, e muito são praxe, quase que é assim, aquela receita que todas as Unidades acabam
1286 tendo como programas de pesquisa para acompanhamento com o Plano de Manejo. Houve uma
1287 manifestação aqui do conselho em 6 de dezembro de 2023, no Conselho Consultivo do Parque, para a
1288 continuidade, está aqui o Mário Nunes até que está aqui presente, que é o signatário, e uma segunda
1289 manifestação no Conselho Complementar, do Conselho Consultivo, favorável por unanimidade a
1290 continuidade aqui dos planos. Discussões aqui na CTBio. A primeira apresentação do Plano de Manejo
1291 na CTBio foi no dia 24, agora, de outubro do ano passado. Foi apresentado o Plano de Manejo. Nesse
1292 dia, também, eu assumi a relatoria, em nome do IPA. Na reunião seguinte, foi apresentada já uma
1293 proposta da Minuta, da portaria, e uma discussão mais detalhada com todos os conselheiros na CTBio,
1294 e muitos ajustes foram feitos na forma de redação, com sugestão de todos, exclusão de alguns termos
1295 que a gente está usando nos outros Planos de Manejo, mas a partir da APA, da deliberação da APA
1296 Tanquã foi um consenso de se mudar alguns termos que estavam sendo colocado, a gente está seguindo
1297 o mesmo padrão. Alteração e exclusão de normas que tratam de coleta de sementes, porque coincidiu
1298 com a publicação da resolução da Fundação Florestal para coleta de sementes em Unidades de
1299 Conservação. Então, a gente fez essa atualização, vamos dizer assim. A atualização também da
1300 resolução, essa eu já nem vou lembrar de cabeça qual que é, mas a Resolução SMA 17, parágrafo 02,
1301 de 24, pela própria data já fica justificado que deve ter sido alguma coisa realmente trazendo novas
1302 informações. A adequação da norma de compensação de reserva legal, também seguindo o que a gente
1303 ficou acordado na APA Tanquã. Adequação da norma de uso de agrotóxico, também seguindo o que
1304 foi acordado na Serra de Itapeti, que são os planos que têm sido observados nessa Comissão mais
1305 recentemente, e houve um registro de dissenso, tanto da Faesp quanto a Fiesp, sobre a faixa de 500
1306 metros adotada no entorno do Parque. Então, tanto Faesp como Fiesp encaminharam nos prazos uma
1307 nota técnica, uma nota técnica da Fundação Florestal também foi elaborada fazendo a análise dessas
1308 informações e trazendo elementos também da manutenção dessa faixa de 500 metros. Esse dissenso
1309 permanece até esse momento, que provavelmente nós vamos ter essa conversa, essa discussão aqui na
1310 nossa plenária. De forma geral, o Plano seguiu as diretrizes do roteiro metodológico, isso não tem
1311 discussão. O conteúdo de caracterização também foi sintético, qualificado e adequado ao Zoneamento
1312 e os programas de gestão. O Plano foi discutido no Comitê de Plano de Manejo inúmeras vezes, com

1313 representantes de todo o Sistema Ambiental aqui da Secretaria, assim como também com
1314 representantes do CONSEMA na CTBio. Foram seguidos todos os ritos legais garantindo participação
1315 social. Tem todos os registros, as reuniões, no Plano de Manejo, tudo que teria que ser feito com todos
1316 os envolvidos, por meio de oficinas e reuniões setoriais. A proposta foi aprovada pelo Conselho
1317 Consultivo da UC. Após o encaminhamento no CONSEMA, também na CTBio foi aprovada, com
1318 exceção do dissenso que nós trazemos até esse momento. Aqui, nós temos o histórico bem resumido
1319 do andamento dela, que tem toda uma história anterior, da elaboração do Plano que a gente vê desde
1320 2019, então são temas que têm sido amplamente discutidos, tanto internamente como no território.
1321 Então, o que nós estamos trazendo aqui hoje, com essa relatoria e para a apreciação dos senhores, é a
1322 proposta do Plano de Manejo Integral, tanto da parte interna, o Zoneamento, como da Zona de
1323 Amortecimento, que são regras e orientações que a gente entende que sejam pertinentes a essa Unidade
1324 de Conservação. Então, olhando o pontual, puxando aquela do ‘vamos olhar pontual para ver global’,
1325 o ponto aqui diz, nos leva a crer que essas propostas trazidas aqui, elas são pertinentes à Unidade de
1326 Conservação do Parque Estadual Lagamar Cananéia. Outros parques, outras Unidades, a gente tem que
1327 ter o ponto de não perder de vista, que é o global. Eu vou ser exagerado agora: o mundo está acabando,
1328 né? E a gente está aqui olhando tudo e ruindo aos poucos e a gente tem uma preciosidade aqui para ser
1329 mantida. Tá bom? Obrigado. É isso.

1330

1331 **02:31:59 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Gostaria agora de pedir aos conselheiros
1332 que querem agora participar dos debates nessa primeira rodada. Por favor, se manifestem. Vou anotar
1333 aqui os nomes. Conselheiro Daniel Smolentzov, Ricardo, conselheiro Prioste, Leduc. Deixa eu ver aqui
1334 online se alguém se manifestou. Conselheiro Fontes. Perfeito, então, primeiro o conselheiro Daniel
1335 Smolentzov.

1336

1337 **02:32:42 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Anselmo. Aprovação de Plano de Manejo de Unidade de
1338 Conservação é a pauta que eu fico mais feliz aqui no CONSEMA. Quando eu recebo o ofício aqui de
1339 convocação para reunião plenária e tem esse item na pauta eu fico muito feliz porque é um instrumento
1340 extremamente importante para a gestão das Unidades de Conservação. E é um trabalho muito bem feito
1341 aqui pela Secretaria, pela Fundação Florestal. Vocês estão de parabéns. Esses Planos de Manejo, eu
1342 acho que evoluíram bastante, e acho que nós chegamos num ponto, se não é o ponto perfeito, acho que
1343 estamos quase lá, porque de fato são documentos bem elaborados, documentos muito sérios,
1344 documentos que tem a participação de profissionais de excelente qualidade. Então, traz uma boa
1345 segurança aqui para todos nós. A questão que foi colocada aqui da pulverização aérea, então, só para
1346 ver se eu entendi corretamente, Nalon, a proposta, então, é que seja 500 metros para a pulverização por
1347 asa fixa, certo? 30 metros não pode nenhum tipo de pulverização, e entre os 30 e os 500 há outros tipos
1348 de pulverizações aéreas, a depender da análise técnica do caso concreto? Tá, aí depois, conselheiro
1349 Ricardo, se o senhor puder colocar assim, de forma objetiva também, qual seria a proposta da Secretaria
1350 da Agricultura? Só para nós termos os dois cenários para a nossa ponderação e votação. Muito
1351 obrigado.

1352

1353 **02:34:23 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Eu já passo aqui para o conselheiro Ricardo

1354 Rosário.

1355

1356 **02:34:28 Ricardo Rosário:** Obrigado. Daniel, concordo plenamente com você que a aprovação de um
1357 Plano de Manejo é uma das coisas mais maravilhosas que tem, e com certeza eles tem ficado cada vez
1358 melhores, e chegando, como você disse, na perfeição. Então, aqui o único ponto é esse, a divergência
1359 entre os 30 metros e os 500 metros. Se a gente pensar aqui, é bastante grande. A solicitação da
1360 Secretaria é que seja 50 metros, que são as regras das instruções normativas do mapa. O 'x' é: por que
1361 ser mais restritivo? Claro, a gente pode ser, estamos no Estado. Se for melhor, o Nalon ali colocou. E
1362 aí, vamos pensar: o Nalon trouxe outros dados super importantes. A gente colocou os produtores de
1363 banana, e aí ele falou: "a gente só tem 4% de produtores de banana", e um pouquinho mais de outras
1364 culturas. Só que hoje a pulverização aérea para produtores de banana é a medida mais eficaz, mais
1365 efetiva. Quase que se passasse aqui no meio da sala, não ia pegar nem em você, nem em mim. Então,
1366 a gente sabe que isso é uma das melhores técnicas. 20 metros, 45 de dispersão não é uma coisa absurda.
1367 Eu acho que é importante, eu acho que essa reunião do CONSEMA está sendo pautada por alguns
1368 princípios, e a gente falou bastante do pensar global e agir local, da prevenção, por que não lembrar,
1369 então, do princípio do desenvolvimento sustentável, certo? A gente está aqui no plenário do professor
1370 Paulo Nogueira Neto, membro da Comissão Brundtland, que fez o relatório Nosso Futuro Comum, e
1371 ali é a definição do que seria desenvolvimento sustentável, o equilíbrio entre três pilares: o ambiental,
1372 o social e o econômico. Então, é exatamente isso que a gente gostaria. Às vezes a gente acha que a
1373 gente não está olhando para este equilíbrio, a gente está achando que está um pouco desequilibrado
1374 pensando nessa população, e aqui, desde o começo da reunião da plenária, tem um membro da
1375 Defensoria Pública pensando nas comunidades tradicionais e locais que são o aspecto social, que
1376 também podem ser prejudicadas por a gente colocar 500 metros de pulverização não aérea. Então, esses
1377 são os fundamentos da Secretaria da Agricultura para a gente mudar somente este ponto do Plano de
1378 Manejo, o resto, a Secretaria concorda plenamente com o Plano de Manejo. Então, é isso que eu queria
1379 constar aqui. Anselmo, muito obrigado.

1380

1381 **02:37:08 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Vou passar aqui a palavra para o conselheiro
1382 Fernando Prioste.

1383

1384 **02:37:13 Fernando Prioste:** Bom dia, novamente, a todos e todas. Anselmo, eu vou dividir minha fala
1385 em duas etapas. Eu vou abordar essa questão dos agrotóxicos, depois uma nova palavra sobre o
1386 Quilombo do Rio das Minas e o Quilombo de Mandira. Acho muito importante, nós temos feito esse
1387 debate sobre pulverização aérea aqui em praticamente todos os Planos de Manejo, e a importância do
1388 debate e a importância do impacto socioambiental que essa temática traz, que é não só para as Unidades
1389 de Conservação, mas para a saúde da população. E eu posso dizer aqui, como conselheiro, mas também
1390 como testemunha de alguém que vive no Vale do Ribeira, que é a realidade lá, conselheiro Guilherme,
1391 é muito diferente da narrativa que o senhor fez aqui. Eu, mais de uma vez, tive a desagradável
1392 oportunidade de ser pulverizado por agrotóxico nos cultivos de banana na região, porque os
1393 bananicultores, e eles não são as comunidades tradicionais, que as comunidades tradicionais não
1394 pulverizam de forma aérea, sequer utilizam agrotóxico na sua maioria, inclusive os produtores

1395 poderiam visitar o Quilombo de Ivaporunduva e conhecer a produção de banana orgânica de lá. Não
1396 respeitam a legislação, sequer a resolução que trata dessa questão específica da banana. É muito comum
1397 naquela região, por exemplo, que moradores que trabalham nos bananais morem dentro do bananal. A
1398 pulverização aérea se dá em cima da casa daquelas pessoas, assim como ela se dá de forma muito
1399 rotineira nas Áreas de Preservação Permanente do Rio Ribeira do Iguape. Mais de uma vez eu vi aviões
1400 de asa fixa e drones pulverizando em área de APP, porque tem muita banana na área de APP lá do Rio
1401 Ribeira do Iguape. Então, quando a gente está discutindo cumprimento de regra, objetivo,
1402 desenvolvimento sustentável, primeiro, na minha forma de ver, o setor precisa se adaptar a legislação
1403 exigente, que já é muito permissiva, muito permissiva. A legislação diz 250 metros de cidades, vilas e
1404 povoados e bairros, mais à deriva, dependendo do relevo, dependendo das condições de clima, porque
1405 também isso não é observado, tem também essas questões, ela vai muito além dos 250 metros. E, como
1406 eu disse, andando pela rodovia SP 165, mais de uma vez eu fui pulverizado por agrotóxico naquela
1407 região. Mas a questão também é de congruência com o que a gente debate aqui no CONSEMA. Na
1408 reunião passada nós estávamos aqui discutindo sobre polinização e como se dá a polinização nos
1409 cultivos que estão próximos a remanescentes de vegetação nativa, e o que o Biota síntese trouxe para
1410 nós, que é, na verdade, um estudo consolidado ao longo do tempo, é que os agentes polinizadores têm
1411 uma atuação muito efetiva nos 500 metros dos fragmentos de vegetação nativa. Então, na minha forma
1412 de ver, eu tenho defendido isso nos outros Planos de Manejo, a pulverização aérea de agrotóxico de
1413 qualquer meio, inclusive dos drones, deveria se dar nessa faixa de 500 metros, porque isso não é proibir
1414 o cultivo de banana ou de qualquer outro cultivo naquela região. É simplesmente proibir a pulverização
1415 aérea, que é a pior forma, é a que mais tem deriva de todas as formas de produção, e convidar os
1416 produtores a se adaptar efetivamente a um outro modelo de produção que leve em conta, por exemplo,
1417 a possibilidade é real e efetiva de produção de banana orgânica, que inclusive agrega um valor muito
1418 maior na caixa de banana vendida. E acho que um exemplo fundamental, eu já citei aqui, é do Quilombo
1419 do Ivaporunduva, que nos últimos 15 anos, 20 anos, com o projeto que fez com a Petrobras, lá no início
1420 dos anos 2000, desenvolveu o cultivo de banana orgânica de uma forma exemplar naquela região. Eu
1421 acho que pode servir de exemplo para os bananicultores que circundam o Parque Estadual Lagamar de
1422 Cananéia. Por isso, na minha forma de ver, já foi feito esse debate na CTBio, eu entendo por
1423 manutenção o texto, mas acho que a gente deveria avançar e fazer uma congruência entre o que o Biota
1424 Síntese fala dos 500 metros e o que a gente diz aqui nos Planos de Manejo dessa faixa de 500 metros,
1425 mesmo aqueles que utilizam drones. Então, depois eu me refiro sobre a questão das comunidades.
1426 Obrigado

1427

1428 **02:41:03 Anselmo Guimarães:** Prefere prosseguir ou quer deixar para depois?

1429

1430 **02:41:08 Fernando Prioste:** Eu acho que poderia fechar esse debate, se ele for fecha, e depois eu
1431 coloco outro tema pela ordem, ok?

1432

1433 **02:41:12 Anselmo Guimarães:** Perfeitamente. Então eu vou passar para o conselheiro Eduardo Leduc.

1434

1435 **02:41:21 Eduardo Leduc:** A minha contribuição vem no sentido que eu entendo a demanda técnica

1436 dos agricultores, a necessidade de uso de tecnologia. E, pelo visto, não é uma área que está rodeada de
1437 tanta agricultura assim, são pontos que têm. Porém, eu acho que tem um outro tema além do aspecto
1438 da pulverização em si, pelo fato do produto sendo utilizado. Eu acredito que a aplicação aérea, até para
1439 quem aplica, é muito mais segura. O contato do aplicador é quase nulo, então debaixo de uma plantação
1440 de banana você pulverizar para cima, sendo que ela cigatalk (ininteligível 02:42:06), tudo, se dá por
1441 cima da folha, quase que impossível. Então eu acho que o drone é um bom caminho, mas por outro
1442 lado, quando a gente pensa numa Unidade de Conservação como essa, onde a gente tem, inclusive,
1443 aves migratórias, que para ser, e aplicação de banana, se for, por exemplo, na Costa Rica, vai pulverizar
1444 50 vezes ao ano. É muito intenso, tem que ser. Então você desorienta toda essa questão de fauna e flora,
1445 porque você fica pulverizando com frequência, aves migratórias que ali, nesta época de verão,
1446 nidificam e ficam desorientadas. Então, acredito que neste caso ali os 500 metros seriam mais
1447 aplicáveis devido à importância, não só da questão da deriva, se pega ali, se pega aqui, se é mais
1448 eficiente ou não, mas o tema de toda a avifauna que está nesse entorno e é fundamental para a
1449 existência, sementes e tudo o que tem ali. Por isso, neste caso, eu sou favorável também aos 500.

1450

1451 **02:43:09 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Vou convidar o conselheiro José Luiz
1452 Fontes, que está aqui online conosco. Bom dia, conselheiro, por favor, a palavra é sua.

1453

1454 **02:43:21 José Luiz Fontes:** Bom dia a todos. Eu gostaria de falar, até que foi bastante esperado sobre
1455 o dissenso que a Faesp já manifestou na CTBio, apenas acrescentar aqui, depois eu peço permissão que
1456 a Cristina Murgel, que representa a Faesp na CTBio, apresente as justificativas, enfim, desse dissenso.
1457 Mas eu gostaria só de acrescentar o que o doutor Daniel falou sobre a questão da aprovação de Planos
1458 de Manejo, que a gente já participa há muito tempo disso, e realmente são momentos muito importantes
1459 e gratificantes mesmo, por isso que a gente gostaria que sempre fossem, como disse o representante da
1460 Secretaria da Agricultura, próximos da perfeição, mas nós entendemos que estamos longe disso. Até
1461 porque, doutor Daniel, na CTBio nós pedimos informação sobre a participação dos produtores rurais,
1462 e o que nos foi falado na CTBio foi que os produtores rurais teriam participado e aprovado, inclusive
1463 a faixa dos 500 metros para pulverização. Acontece que, na nossa manifestação sobre isso, nós
1464 demonstramos que os produtores rurais não participaram dessa discussão, e a gente enviou até, junto
1465 ali, um ofício lá da Associação dos Bananicultores, e que também tinha ali a participação do Sindicato
1466 Rural de Iguape, de que falam isso e falam da discordância deles, ou de que eles são pela aplicação da
1467 norma estabelecida pelo Ministério da Agricultura. A Secretaria do Meio Ambiente, o pessoal que
1468 discutiu ali o Plano de Manejo da CTBio, em nenhum momento nos enviou a ata de reunião com a
1469 participação desses produtores para demonstrar a participação deles, e quando mandou alguma coisa,
1470 foi uma memória de reunião em outra área, na Caverna do Diabo, que, como todos vocês sabem, está
1471 relativamente distante do Lagamar de Cananéia. E acredito que nem sei se tem Bananicultores ali na
1472 Zona de Amortecimento lá da Caverna do Diabo. Então, eu vou passar para a Cris para que ela faça as
1473 considerações sobre esse dissenso. Muito obrigado.

1474

1475 **02:47:09 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Cris Murgel, por favor.

1476

1477 **02:47:09 Cristina Murgel:** Bom dia a todos. Eu agradeço a oportunidade da Faesp estar se
1478 posicionando, embora a gente aqui, após a CTBio, acompanhamos o assunto de perto na CTBio, como
1479 o Fontes falou, fizemos a nossa lição de casa, até por força do nosso estatuto e da nossa orientação
1480 aqui, dada pelo nosso presidente, precisamos consultar as nossas bases e conversar também com as
1481 entidades, trazer mais entidades do agro, uma vez que a Faesp é a única entidade representativa do
1482 Agro nesse colegiado. Então, fizemos essa lição de casa, né? O Fontes já adiantou, nós fomos
1483 surpreendidos. Os Bananicultores não tinham participado, ele já relatou isso, mas eu acho que esse não
1484 é o foco principal. A primeira questão que eu gostaria de deixar claro aqui é que a Faesp não se coloca
1485 contra um *buffer*, não se coloca contra construirmos essas faixas e estabelecermos normas necessárias.
1486 A Faesp entende a importância de um Plano de Manejo, sabe que o Plano de Manejo é normativo. Sabe
1487 que as Unidades de Conservação prestam um serviço fundamental e que nós precisamos construir junto
1488 soluções. Eu acho que nessa questão da pulverização, nós estamos cada vez mais chegando ao Caetano
1489 Veloso, entre o inseto e o inseticida; ficaremos sempre nessa linha de por onde vamos caminhar. Nós
1490 estamos falando aqui do Vale do Ribeira. Nós estamos falando do cultivo da banana. Nós estamos
1491 falando de um cultivo que é importante para o Brasil, importante para o Estado de São Paulo,
1492 importantíssimo para o Vale do Ribeira. Nós recebemos ontem um relatório no nosso departamento
1493 econômico que no 4º trimestre, o último 4º trimestre, a mão de obra ocupada pelo setor da banana
1494 cresceu 219% quando outras culturas estão caindo, isso mostra que esse setor emprega, esse setor é
1495 importante na região e esse setor depende de uma pulverização, não há saída para ele. Outros estados
1496 onde a pulverização foi proibida a cultura terminou, né? Então veja, nós estamos exatamente aí, para
1497 onde vamos, como é que a gente resolve esse problema? A questão que nos foi trazida dos 500 metros
1498 nos surpreendeu, por que? Ela está sendo trazida nesse plano e já está sendo discutida em outros planos
1499 do Vale do Ribeira. O mesmo critério, a mesma metragem. Isso assusta, porque nós vamos falar daqui
1500 a pouco de um Vale do Ribeira inteiro, com 500 metros e como é que vamos trabalhar? A banana,
1501 como o Rosário falou, ela tem normas próprias, ela discutiu recentemente as suas normas junto ao
1502 Ministério da Pecuária e Abastecimento, que é o responsável pelas normativas técnicas em termos de
1503 pulverização, e até nos ofícios que acompanharam o voto da Faesp, o setor coloca isso. Essas normas
1504 federais estão em processo de revisão, é importante que o Estado de São Paulo tenha cautela. Vamos
1505 esperar o federal resolver em termos de visão e vamos sim avançando aos poucos. Na manifestação da
1506 Faesp, nós destacamos dois pontos que nos pareceu muito importante: o primeiro é que não havia, no
1507 Plano de Manejo, a fundamentação técnica para esses 500 metros. O trabalho que foi referenciado
1508 durante a CTBio não constava das referências bibliográficas, e não havia, e aí eu, com todo o respeito
1509 a equipe que produziu, o Nalon, eu admiro demais o trabalho de vocês, do Comitê, mas é preciso
1510 pontuar. Não havia, no Plano de Manejo, um detalhamento sobre a faixa de 500 metros, um
1511 detalhamento do que havia dentro desses 500 metros. Esse detalhamento veio após a decisão da CTBio.
1512 Então, isso foi importante, nós pontuamos isso na nossa manifestação. Outra questão é o fundamento
1513 técnico: por que 500 metros? Por que não continuarmos pegando como referência os 250 metros que
1514 já foi usado em outros Planos de Manejo, que é o que a norma federal coloca para proteção de
1515 agrupamentos animais? O trabalho que foi citado é o trabalho do Laurence, de 2001. Um trabalho
1516 importantíssimo para quem trabalha com ecologia da paisagem, porém um trabalho que foca o efeito
1517 borda como um todo, ele não foca exclusivamente na questão da deriva. E nós, a título de contribuição,

1518 trouxemos os recentes trabalhos feitos pelo UNB, ela implantou um laboratório específico nas
1519 pesquisas sobre pulverização aérea. Esse local é relativamente recente e tem trazido algumas
1520 contribuições. Não foi a intenção da Faesp, em momento nenhum, dizer que aquilo que a UNB já está
1521 apontando e sinalizando tem que ser aplicado, seria até uma leviandade, ou uma coisa completamente
1522 maluca de nossa parte. Mas foi uma contribuição no sentido de verificar que para estabelecimento de
1523 faixas de segurança da pulverização aérea, vários fatores concorrem para a determinação do tamanho
1524 dessas faixas. E é isso que a UNB está mostrando, né? E é isso que nós temos que cada vez mais
1525 perseguir e nos aprofundar. E aí, eu faço um parêntese aqui, que algo que também não surpreendeu, é
1526 que, na nota técnica que foi emitida pelo Comitê de Integração, não há participação da Secretaria da
1527 Agricultura, uma vez que a Defesa Agropecuária, a CDA, é a responsável, inclusive para autorizar as
1528 questões, as faixas, a possibilidade de se ter faixas menores, com uso de tecnologias mais avançadas.
1529 E não houve essa manifestação. Então, isso também me surpreendeu. E um outro ponto que eu acho
1530 importante e foi falado agora na fala que me antecedeu, a questão do Biota Síntese, o trabalho sobre
1531 polinização. Esse trabalho foi apresentado ao CONSEMA, na última plenária, em data posterior a
1532 discussão da CTBio, e ele agora vem na nota técnica emitida pelos órgãos da SEMIL como uma
1533 referência para se adotar os 500 metros. Ora, é um trabalho importante, é um trabalho que vem trazer
1534 um novo olhar sobre a questão da restauração, sobre a questão da polinização, porém é um primeiro
1535 modelo, um modelo que precisa ser testado junto às várias culturas, junto e discutido, pelo menos, com
1536 um setor produtivo, vamos dizer assim, porque ele traz dois conceitos que me parecem extremamente
1537 importantes: aumento de produção e aumento de produtividade. Produção e produtividade não é a
1538 mesma coisa. E ele vai trabalhando com isso, ele vai precificando o valor da polinização para a
1539 produção e para a produtividade. Nós, na Faesp, recebemos esse trabalho na última plenária, como
1540 todos os outros conselheiros, e já encaminhamos ao nosso departamento econômico, estamos
1541 internalizando para realmente poder contribuir, poder avançar junto com a academia, né? Eu acho que
1542 nós, eu tenho formação em biologia e sempre aprendi que a ciência é importante, ela traz uma
1543 contribuição fundamental, mas ela só avança quando ela é também questionada e também aprimorada.
1544 E eu acho que faz parte do processo. Eu queria terminar aqui a minha fala, Jonatas, deixando bem claro
1545 o seguinte: o pleito da Faesp não foi contra o buffer, quem leu o documento da Faesp sabe o que nós
1546 estamos pedindo, é uma coerência e uma cautela nesse assunto. Nós estamos pedindo uma discussão
1547 mais ampla no sentido de qual o tratamento que vamos dar à pulverização e estamos inclusive, fechando
1548 o documento, citando a referência dos 250 metros, que é o que está na norma federal. O ideal seria que
1549 a gente não tivesse as faixas, mas isso é uma decisão desse conselho, é uma decisão, lógico, que envolve
1550 muitas questões, não só a parte como, e aqui fazer a defesa do setor e da participação do setor. Como
1551 o Fontes falou, nós, enquanto Faesp, funcionamos como um sistema, os sindicatos são associados e
1552 nós a SMA. Quando estamos aqui sentados, estamos representando todo o sistema. Então nós não
1553 podemos trazer pleitos sem ouvir as nossas bases. Foi isso que foi feito e o que não foi nos colocado,
1554 tanto pela ABAVAR, Associação Brasileira dos Bananicultores, quanto pelo Sindicato Rural do
1555 Município desse Plano de Manejo específico, é que não foram, não participaram dessa discussão. Eles
1556 participaram da discussão do Plano de Manejo da Caverna do Diabo, no qual também constava a
1557 proposta de 500 metros e, no ofício que eles encaminharam, eles relatam que no mesmo dia da reunião
1558 da Caverna do Diabo tiveram uma reunião com o Ministério e souberam da revisão das normas federais.

1559 Então eles pediram à Fundação Florestal que aguardasse o processo de revisão federal, para que a gente
1560 pudesse avançar nas normas mais específicas ou mais restritivas. Esse Plano de Manejo inova nos 500
1561 metros e ele inova, inclusive, na faixa para drone. A norma federal é menor que 30 metros para a
1562 banana, é uma norma específica para a banana. E aqui a gente adotaria uma faixa até mais restritiva. E
1563 o outro ponto, só para finalizar a minha fala, é que nós também sentimos falta, a gente já tem um caso
1564 de um buffer para pulverização aérea, que é a Serra do Itapeti, que foi promulgado o decreto em outubro
1565 do ano passado, onde consta ali a competência da CDA para que emita autorizações para pulverizações
1566 na faixa dentro dos 250 metros, em faixas menores de 250 metros, e até o momento a gente não tem
1567 uma total transparência e um total conhecimento de qual é o procedimento administrativo que a CDA
1568 vai adotar para emitir essas autorizações. E, por fim, é só um outro ponto que eu acho importante, que
1569 essa é uma reflexão que temos feito, o uso do drone vem, ele é importante, mas ele precisa também ser
1570 cuidado. O drone é um equipamento de muito fácil acesso, cada vez mais fácil acesso. Ele dá uma
1571 liberdade a esse produtor de manuseio, e a capacitação desse produtor, a responsabilização desse
1572 produtor com esse equipamento deve ser muito cuidada. Então, nós já tivemos conversas com o
1573 Ministério da Agricultura sobre isso, com o SENAR, que está trabalhando em linhas de capacitação
1574 sobre isso, e é importante que o governo do Estado saiba que a gente tem essa preocupação. Incentivar
1575 uma nova tecnologia obriga a todos também a rever nossos procedimentos, rever os nossos cuidados
1576 pelas facilidades que as novas tecnologias trazem. Muitas vezes um pequeno produtor consegue
1577 adquirir o drone, mas ele não está totalmente capacitado, não só para o manuseio, mas o que significa
1578 ele ter aquele equipamento e como é que ele vai fazer essa pulverização, é quase como o postal, às
1579 vezes o dano é muito maior porque é mais difícil fiscalizar, é mais difícil saber o que está sendo feito
1580 ali dentro da propriedade. Então, eram essas as minhas colocações, eu agradeço.

1581
1582 **03:01:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Cris Murgel. Eu vou passar, então, agora a palavra
1583 ao conselheiro Rodrigo Levkovicz, da Fundação Florestal.

1584
1585 **03:01:56 Rodrigo Levkovicz:** Eu queria trazer para aqui para a gente pensar junto, acho que o que o
1586 Nalon falou e o que Leduc falou lá, me parece uma coisa para a gente pensar. Hoje, 4% do território
1587 de São Paulo é constituído por áreas protegidas. A gente está falando de 4% do território. A gente,
1588 principalmente aqui pela Fundação Florestal, eu posso ver isso, talvez por erros do passado ou até por
1589 falta de compreensão do papel da sociedade em relação à preservação do meio ambiente ou 'N' fatores,
1590 a gente sente que as Unidades de Conservação são bombardeadas em todos os aspectos possíveis e
1591 imagináveis, e me parece que chegou uma hora limítrofe que a gente tem que mudar essa visão, tanto
1592 por parte do órgão gestor, mas também por parte da sociedade. A gente não pode ficar pensando que
1593 Unidade de Conservação é um empecilho para o desenvolvimento e talvez algumas proteções que a
1594 gente entende como limitações à economia, na verdade sejam catapultas para a própria economia. Aí
1595 eu queria trazer alguns pontos para a gente pensar junto: o Biota Síntese trouxe uma faixa de 500 metros
1596 de prestação de serviços ecossistêmicos que as Unidades proveem, e talvez a discussão aqui no
1597 CONSEMA tivesse que ser mais focada em como que a gente vai potencializar a atividade econômica
1598 para se aproveitar dos serviços ecossistêmicos e não basicamente pensar como que a gente vai trabalhar
1599 a velha economia diante de uma nova realidade global, que as Unidades de Conservação têm um papel

1600 estratégico para o equilíbrio ecológico do planeta e da nossa vida. Então, o primeiro debate seria o que
1601 queremos para o futuro, diante das regulamentações que a gente está fazendo hoje? Porque olhar só
1602 para o presente, tudo bem que é importante. As pessoas precisam ter dinheiro para botar arroz e feijão
1603 na mesa. Ninguém discute isso, mas a gente não pode caminhar numa autofagia em alguns temas que
1604 são importantes, e talvez agrotóxicos seja um tema importante para a gente fazer um debate mais
1605 aprofundado. Aí os pontos que eu queria trazer, assim, tirando essas premissas, a primeira é que a
1606 pulverização aérea, ela não está proibida, ela só está limitada pelo uso de aeronaves de asa fixa, então
1607 o drone continua sendo uma opção viável de pulverização. E aí eu queria falar o seguinte: talvez daqui
1608 cinco anos essa discussão seja totalmente filosófica, porque a gente sabe que o drone usa menos
1609 agrotóxico, então ele é mais barato, os drones estão tendo uma maior capacidade de pulverização e de
1610 deslocamento, e se comparar o custo de uma aeronave, de um avião, de um drone em cinco anos, eu
1611 acho que talvez isso seja um falso problema. Então queria colocar isso para a gente pensar. Será que o
1612 esgarçamento de relações institucionais ou até de entendimentos, claro, dentro do bom debate, é uma
1613 coisa muito significativa? E aqui no Lagamar de Cananéia, trazendo dados, a gente tem poucas áreas
1614 de produção que estão sendo afetadas por esse *buffer* de 500 metros quando a gente olha o entorno do
1615 parque, a gente tem pouca coisa. Claro, cada um sente a sua dor como única. Então não quero dizer
1616 que aquele produtor rural que está lá e está acostumado com avião, não vai sentir uma dor, mas
1617 pensando o macro, será que realmente, então, quando a gente está tratando da pauta econômica, será
1618 que ela tem um afetamento econômico tão grande assim na produção daquele entorno? Eu estou
1619 trazendo coisas que eu entendo os dois lados. Obviamente, a gente está na Fundação Florestal, assim
1620 até por uma questão pessoal, a gente puxa mais para a conservação, mas eu estou tentando fazer essa
1621 ponderação para que a gente possa discutir. Então, nesse caso, há uma afetação significativa da
1622 economia regional por essa maior precaução, considerando que a via do drone está aberta e ela
1623 potencialmente vai ser o futuro da pulverização aérea, porque ela é mais barata para o produtor rural e
1624 vai ser cada vez mais barata. E aí eu trago um pouco o que o Prioste trouxe, porque assim, o meu sonho
1625 é que a gente estivesse discutindo mecanismos econômicos e como as Unidades teriam que ajudar a
1626 promover uma transição agroecológica para que a gente tivesse produção orgânica nas Zonas de
1627 Amortecimento, os produtores ganhando mais e protegendo melhor as Unidades de Conservação, e se
1628 valendo dos serviços ecossistêmicos que elas provêm. Então, talvez essa seria a grande discussão, e
1629 aí a gente fica, é necessária, mas a gente fica na questão: vamos usar avião, vamos usar drone, e a gente
1630 sabe que a gente tem alguns problemas associados à saúde das pessoas. E aí, por fim, é também um
1631 dado empírico. A gente fala muito de normativa, normativa, normativa, mas eu queria trazer um pouco
1632 de realidade. Infelizmente, a nossa capacidade de monitoramento e fiscalização das pulverizações
1633 aéreas é praticamente inexistente. Acho que quem está lá no Vale do Ribeira sabe. As comunidades
1634 sentem, as pessoas sentem. E poxa, será que não é o momento de a gente também avançar em boas
1635 práticas? Porque ainda que as normas falem 100 metros, 200 metros, 300 metros, a gente sabe que o
1636 cara do avião não desliga os bicos, dá a volta, passa por cima de todo mundo, pulveriza em rodovia,
1637 pulveriza em casa, pulveriza em manancial. Nem sempre respeita a velocidade que tem que ser tomada,
1638 a altura que tem que ser tomada e no final a gente tem um berço de serviços ecossistêmicos para
1639 proteger, e não estou entrando na questão humana, que também é gravíssima. Então, o que eu queria
1640 trazer aqui para reflexão são esses pontos e como talvez a gente possa pensar diferente de,

1641 eventualmente promover uma transição, ainda que a gente responsabilize as Unidades de Conservação,
1642 o Estado nesse aspecto, Fundação Florestal, Secretaria e Secretaria de Agricultura também, de colocar
1643 um pouco de dinheiro na mesa para que essas pessoas possam promover uma agricultura mais
1644 sustentável para si mesmas e para o meio ambiente. Então, assim, sem tomar partido em nada,
1645 obviamente, ou em campo aqui o trabalho que foi feito pela nossa equipe, pelo comitê, mas assim, acho
1646 que aqui é um momento de debate mais amplo e talvez o CONSEMA seja o lugar mais legítimo para
1647 que isso aconteça. Tá bom? É isso.

1648

1649 **03:09:42 Anselmo Guimarães:** Por favor, subsecretário.

1650

1651 **03:09:47 Jonatas Trindade:** Eu acho que tem alguns aspectos nessa discussão que são importantes.
1652 O que eu consigo acompanhar e tenho acompanhado em relação à discussão desse e de outros Planos
1653 de Manejo, é porque a gente tem se balizado muito no caso concreto, na situação que a gente enxerga,
1654 na situação fática da área, da situação da área. O que a gente tem observado, e isso tem sido balizador
1655 técnico para definição das coisas. Considerar a situação, por exemplo, uma situação lá em que a gente
1656 tem uma situação de relevo que impacta ou que gera uma condição desfavorável, inclusive a
1657 pulverização, é uma questão climática que muitas vezes interfere nessa pulverização, trazendo uma
1658 maior ou menor deriva, dependendo da condição de área. A questão também dos ambientes ou das
1659 ambiências locais, por exemplo, a questão de recursos hídricos e essa relação tanto com a comunidade
1660 como com os animais que vivem naquela Unidade. O que foi posto, também, pela Cris, em relação ao
1661 estudo que foi desenvolvido em relação à questão dos serviços ecossistêmicos prestados pelos
1662 polinizadores, apesar de ter sido a posteriori da discussão, a baliza da discussão não foi só esse estudo,
1663 foram outros estudos que a gente também tem como referência e foram citados e trabalhados
1664 tecnicamente. Então, se a gente tem uma situação de contorno, que para esse caso concreto o indicativo
1665 técnico foi os 500 metros, isso não significa que isso vai ser a baliza para outros, não necessariamente.
1666 Eu acho que é muito a questão do caso concreto, tanto que em outra situação, nós entendemos que
1667 tecnicamente 250 metros era suficiente por conta da condição topográfica, por conta de outros fatores
1668 que favoreciam com que esse *buffer* seja menor. Outro aspecto é que nós estamos tratando de Unidades
1669 de Conservação de Proteção Integral, que apesar, independente de um regramento que tenha do mapa,
1670 independente que tenha um regramento que seja de outro órgão, considerando a competência própria
1671 atribuída para o estabelecimento do Plano de Manejo e a proteção que a gente tem que dar para a
1672 Unidade de Conservação, então a gente pode entender que outro critério também deve ser adotado. E
1673 foi o que aconteceu nessa discussão e essa definição dessa faixa de proteção. Lembrando que foi falado
1674 também, o que a gente está estabelecendo com a limitação, ou está propondo, na verdade, é uma
1675 limitação em relação a uma situação que vai impactar poucos proprietários numa faixa que é
1676 considerada uma faixa de segurança. Segurança, na verdade, técnica para deriva de uma atividade que
1677 pode ser substituída por outro mecanismo, no caso específico, um drone, que tem uma forma de atuação
1678 muito mais baixa, numa condição topográfica, mesmo que desfavorável, que consegue fazer uma
1679 aplicação muito mais direcionada, e que não impede, ou seja, não impede que haja essa pulverização
1680 que é importante. Ou seja, dentro daquela faixa dos 30, que é de restrição, e dos 500 metros, o que se
1681 está prevendo é que, caso se utilize uma tecnologia melhor do que uma asa fixa, se possa fazer a

1682 pulverização sem grandes problemas, então não está se gerando uma restrição absoluta. Na verdade,
1683 está se colocando uma restrição em relação à metodologia de aplicação com aeronaves que gera uma
1684 deriva. Quem já acompanhou a aplicação sabe que a deriva é significativa, não se restringe a 20, 30
1685 metros, a depender da situação quando você fala de uma asa fixa. Eu já acompanhei em campo e sei
1686 que isso realmente, como o Rodrigo colocou, na hora que você vai fazer o contorno, a volta que o avião
1687 tem que fazer, isso se espalha até pelo raio que a aeronave tem que fazer para poder fazer a volta. Então,
1688 essa área de referência que foi discutida tecnicamente foi entendida como uma distância segura para
1689 aquela fauna, para aquela flora da Unidade de Conservação. Então, por isso a gente acha, pelo menos
1690 eu acho, que tecnicamente, para essa situação específica, ela é razoável. Tecnicamente falando.
1691 Logicamente nós estamos aqui num momento de debate, eu acho que o espaço é para esse debate, até
1692 para que a gente traga os prós e contras da adoção dessa faixa. Mas assim, pelos aspectos que foram
1693 apresentados na apresentação do Nalon, a gente não entende que haverá um impacto significativo para
1694 a atividade na região. Eu entendo que o desenvolvimento sustentável é, sim, com os três tripés, como
1695 o Ricardo bem colocou, e a gente entende que é isso, faz parte do processo e é importante que esse
1696 desenvolvimento sustentável ocorra na ponta. A gente não quer restringir a atividade, mas entende que
1697 na forma como a gente entendeu nesse contexto local, que é uma área segura, uma área de segurança
1698 para aplicação deveria considerar esses 500 metros com base em estudos, com base realmente na
1699 ciência. Outro ponto que eu acho que é importante também é que alguns pontos que foram colocados
1700 aqui, o relato e a documentação que foi me apresentada é que os agricultores foram sim consultados.
1701 Foi em relação ao Plano de Manejo específico dessa região. Não houve uma contrariedade em relação
1702 a esse ponto. Eu acho que a Cris falou um ponto que é importante, tentando resgatar aqui. A necessidade
1703 de participação do setor e a questão da CDA, da SAA. Eu entendo que se a gente estabelecer uma
1704 forma de discussão dentro da Câmara, se a gente tem esse lócus, a discussão foi feita num local próprio.
1705 O envolvimento da CDA nesse caso, eu não entendo como algo necessário, por quê? Principalmente
1706 porque a gente já tem um referencial do procedimento que a CDA, teoricamente, já deveria estar
1707 aplicando, já tem conhecimento por conta da definição de outro Plano de Manejo. Então, do meu ponto
1708 de vista, o procedimento já foi estabelecido, já foi discutido e consensuado na forma, em outra Unidade
1709 de Conservação, em outro Plano de Manejo. Então, a gente já tem essa forma ou esse prospecto, esse
1710 referencial de que essa seria uma prática viável de se desenvolver com autorização específica numa
1711 faixa, no caso específico da outra Unidade, era de 250 metros, nesse limitante dos 30 metros. Então,
1712 assim, não enxerguei essa vinculação ou essa necessidade específica de ter uma conversa específica lá
1713 com a SAA em relação a esse ponto, porque já era algo que já tinha sido discutido no passado e já tinha
1714 o entendimento que essa prática, esse procedimento seria adotado. Então, acho que esses são os
1715 aspectos que eu gostaria de colocar de tudo o que eu tenho a acompanhar nessa discussão.

1716
1717 **03:17:53 Anselmo Guimarães:** Ok. Antes de passar a nova rodada, o Nalon tinha pedido pra usar a
1718 palavra. Nalon, por favor.

1719
1720 **03:17:57 Marco Nalon:** Pegando realmente na linha do que foi dito até agora, acho que resgatando a
1721 faixa de 250 metros, vamos por partes, a gente consensou isso na APA Itapeti, e o nosso entendimento
1722 é que assim, para a APA era 250 metros, da normativa razoável, porque a APA é área privada,

1723 provavelmente, são fragmentos. Então, dentro das áreas, assim como foi em Itapeti, foi da mesma
1724 forma na APA Tanquã, se aplicou essa regra, foram eleitos, digo assim, foram considerados por
1725 critérios de conservação fragmentos significativos e, nesses sim, se aplica 250 metros e no restante
1726 você tem o livre uso da área. E também, que desde a APA Itapeti, a proposta de que avaliação de
1727 metodologias menos impactantes, como drone, seja avaliada pela CDA, foi trazida pela própria
1728 representação da Secretaria da Agricultura à época. E a gente foi, incorporou isso e continua mantendo
1729 o que foi consensuado. O que a gente tem aqui hoje, como já foi dito, é uma Unidade de Conservação
1730 de Proteção Integral. Então, tem por si só já uma relevância, uma diferença gritante em relação a uma
1731 APA, que tem uma outra categoria mais frágil, onde você tem às vezes até outros objetos de
1732 conservação ali que não são necessariamente a vegetação, às vezes a biodiversidade, você pode ter
1733 outros elementos que são os atributos daquela área e, de novo, acho que é um ponto que a gente tem
1734 que bater bastante aqui, que a ideia é trazer essas avaliações dessa forma que você colocou, Jonatas,
1735 avaliando caso a caso, qual é o melhor arranjo, a melhor proposta para essa área. E olhando números,
1736 dados, realmente, do Plano de Manejo, a questão da banana, que está em voga aqui, mas a banana,
1737 como já foi colocado, ela ocupa 3,4% da Zona de Amortecimento. Se eu olhar dentro dessa faixa de
1738 500 metros, ela ocupa 1,7%. Então, dizer que não vai ter impacto nenhum, tem. Mas eu considerando
1739 o total da cultura de banana no entorno e o pouquinho que está lá dentro dessa área, eu acho que é um
1740 impacto que dá para ser absorvido e deve ser absorvido. Acho que esse conceito da Unidade impactar
1741 o uso no entorno, a gente tem que inverter, porque realmente, o Biota Síntese, a gente está usando como
1742 bandeira na polinização, porque eles avançaram muito cientificamente, mas trouxeram uma valoração
1743 que, com certeza, na esteira dele, os outros serviços ecossistêmicos, a água, por exemplo, é fácil. É só
1744 medir a vazão, o valor do metro cúbico você já tem lá na hora, mas de outros serviços, para a saúde e
1745 regulação climática e proteção, principalmente de eventos geodinâmicos de enchentes e deslizamentos,
1746 é inegável. Então, o Biota traz aqui para o agro em geral os serviços ecossistêmicos que a gente tem no
1747 Estado já presta a estimativa de 3,9 bilhões. Se fizer pequenas intervenções de restauração, a gente não
1748 está falando especificamente, estamos falando do global agora, lá onde tem os contínuos de soja, de
1749 cana, principalmente outras culturas, milho, laranja e pequenas intervenções ali, com pequenos
1750 fragmentos, você pode ter um ganho de mais 4 bilhões para a agricultura. Então é um investimento que
1751 vem quase que de graça, só que é muito mais barato a gente pegar o que a gente já tem lá construído
1752 naturalmente, já está no estado de conservação, e manter, preservar, ter um carinho maior, uma
1753 proteção, uma atenção mais adequada, do que o custo que a gente está vendo agora no Refloresta. A
1754 gente quer reflorestar 1,5 milhão de hectares no estado de São Paulo. 800 mil vai ser ecológico, passivo
1755 ambiental. 700 mil, a gente está bem na linha dessa sustentabilidade. Os outros 700 mil da proposta do
1756 Refloresta, são sistemas agroflorestais, produtivos, geralmente para trazer já esse tripé mais equalizado.
1757 E se olharmos ainda esse tripé no Estado de São Paulo hoje ele está totalmente manco, porque a gente
1758 tem 22% de área nativa, vegetação nativa no estado, dessas, 17 estão protegidas em Unidade de
1759 Conservação, o restante está nesse arranjo do setor produtivo, das propriedade, estão dentro de
1760 produtores privados, então a gente quer incentivar isso. Então, a gente está vendo agora o custo que é
1761 restaurar isso, pouquinho, tentar restaurar pontualmente para potencializar esses serviços
1762 ecossistêmicos. Quando eu olho esse panorama, eu acho que é a hora da gente tentar equalizar o tripé
1763 também de o agro como um todo, que hoje traz muito essa questão da sustentabilidade. O próprio

1764 mercado cobra, na verdade, isso, acho que é um investimento, a gente olhar também isso como um
1765 investimento de potencializar, agregar esse valor de ter áreas, da gente botar na ponta do papel mesmo,
1766 fechar o custo disso real, eu acho que não tenho dúvida, não saberia dizer em números agora exato,
1767 que preservar uma faixa de 500 metros aqui nesse local, o impacto é muito pequeno. É uma área que
1768 facilmente o bananicultor, se ele estiver interessado, ele poderia fazer com um drone, como a gente
1769 falou, não está sendo proibido, está sendo pedido para essa faixa específica uma metodologia mais
1770 adequada, e o restante ele pode fazer como está. Outras áreas, de repente a gente pode chegar numa
1771 área que é todinha cana em volta, todinha banana, a gente vai ter que analisar caso a caso, mas é ter
1772 isso em mente, essa mudança de divisão que é importante. Isso que eu queria trazer para vocês.

1773

1774 **03:24:47 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Nalon. Então a gente vai agora para a
1775 segunda rodada. O conselheiro Prioste já tinha falado que gostaria de fazer uso da palavra, Ricardo
1776 Rosário, conselheira Ester também levantou a mão e também o conselheiro Fontes. Então, conselheiro
1777 Prioste.

1778

1779 **03:25:05 Fernando Prioste:** Ainda sobre esse tema dos agrotóxicos, que eu concordo que para
1780 elaboração dos Planos de Manejo é fundamental olhar caso a caso. Mas eu vejo que esse tema ele pinga
1781 aqui na nossa reunião, em várias situações, não só nos Planos de Manejo. Ele tem um impacto
1782 significativo na saúde humana, no meio ambiente e na produção, e que talvez esse tema devesse ser
1783 discutido com mais profundidade no conselho, não só com relação às Unidades de Conservação, mas
1784 o impacto ambiental em geral, inclusive em função do que a gente vê de relato, e quem conhece no
1785 campo sabe as dificuldades da agropecuária fiscalizar ela mesmo na aplicação dos agrotóxicos. Eu
1786 acho que aí tem uma situação que dá para traçar um paralelo com o Cadastro Ambiental Rural. O
1787 Cadastro Ambiental na Secretaria de Agricultura tem um efeito, na Secretaria de Meio Ambiente outro
1788 efeito. Então, acho que a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística poderia se debruçar,
1789 discutir um pouco mais esse tema do agrotóxico em geral. O Relatório de Qualidade Ambiental tratou
1790 dessa questão esse ano, que não tinha tratado. Então a gente tem informação sobre, inclusive toxicidade
1791 dos alimentos, acho que o impacto é significativo. Isso, se a gente quer transformar efetivamente a
1792 sociedade, como o conselheiro Rodrigo disse, a gente precisa desafiar a velha forma de produzir, a
1793 produzir de outra forma, e o tema dos agrotóxicos é central. E esse tema dos agrotóxicos, que traz
1794 muito debate aqui, demonstra que o Plano de Manejo precisa ser um instrumento vivo, um instrumento
1795 que efetivamente dialogue com aquela realidade, daquela região, daquela Unidade de Conservação. E
1796 aqui, nesse caso, como foi apresentado aqui também, é uma Unidade de Conservação que interfere em
1797 duas comunidades quilombolas, o Quilombo do Mandira, que está na sua Zona de Amortecimento, e o
1798 Quilombo do Rio das Minas, que tem porção parcial de seu território sobreposto ao Parque Estadual.
1799 E eu leio o Plano de Manejo, e eu não consigo identificar como que esse Plano de Manejo traz essa
1800 realidade para dentro desse instrumento fundamental. E eu vou destacar aqui, por conta da brevidade,
1801 só quatro pontos. O primeiro é da própria caracterização e como a estrutura do Estado vê as
1802 comunidades quilombolas, por que ela identifica, por exemplo, a comunidade de Porto Cubatão e Rio
1803 das Minas, como comunidades que ainda pleiteiam o reconhecimento como comunidade quilombola.
1804 Mas Porto Cubatão tem a certidão da Fundação Cultural Palmares de 2005, e a comunidade Rio das

1805 Minas de 2016. Então, o Estado ainda precisa se aprofundar nessas leituras para entender que essas
1806 comunidades estão reconhecidas há muito tempo. Mas isso é só a parte descritiva, porque na parte dos
1807 comandos isso não está materializado. Por exemplo, se identifica, lá no patrimônio imaterial, a
1808 existência do sistema agrícola tradicional quilombola, que foi patrimonializado em 2018 como o
1809 sistema agricultor específico, mas quando eu vou olhar a normativa, não tem nada que diga a respeito
1810 a essa questão, sendo que a história do impacto a esse sistema agrícola tradicional está diretamente
1811 ligado à sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Então, o Plano de Manejo
1812 deveria prever questões específicas que dissessem respeito ao manejo desse sistema agrícola, que é um
1813 patrimônio reconhecido pelo estado brasileiro, pelo IPHAN, e não tem nenhuma disposição que trata
1814 dessa questão. A mesma coisa, o mapeamento dessas sobreposições, porque o Plano Descritivo do
1815 Plano de Manejo diz da existência dessas comunidades, mas elas não estão cartografadas, elas não
1816 estão no mapa. Se você não está no mapa, você não existe na prática. Essa questão é fundamental
1817 porque esses territórios, eles são reconhecidos pelo Itesp ou pelo Incra, e todas essas comunidades têm
1818 o seu mapeamento, eles deveriam estar aqui, porque é diferente de uma propriedade privada, a
1819 propriedade privada presente dentro de uma Unidade de Conservação e Proteção Integral deve ser
1820 desapropriada no futuro. A comunidade tradicional não, ela não pode ser retirada de lá, ela não pode
1821 ser expulsa do território em que ela reside. Então, essa vai ser uma permanência ao longo do tempo
1822 enquanto existir comunidade tradicional, enquanto existir Unidade de Conservação vai estar lá. Então,
1823 não vejo como um Plano de Manejo não reflita, do ponto de vista cartográfico, a existência dessas
1824 comunidades lá, inclusive para a gente poder fazer um cotejo, será que existem áreas que são indicadas
1825 a recuperação nessa Unidade de Conservação, que são áreas de produção dessas comunidades? Eu
1826 identifico que sim nessa região do Rio das Minas. Mais além, o último exemplo, para a gente ficar só
1827 nesses quatro exemplos, aqui a gente viu, inclusive, a Cachoeira do Rio das Minas, assim como viu a
1828 Cachoeira do Mandira, a Comunidade Quilombola do Mandira tem uma experiência de turismo e de
1829 produção de ostra muito mais avançada que a Comunidade Rio das Minas, e a Comunidade de Mandira
1830 utiliza muito o atrativo turístico da Cachoeira do Mandira como um chamativo para outras atividades
1831 que são, inclusive, as atividades realizadas pela comunidade na comercialização de ostras, nos
1832 restaurantes que tem naquela região que são muito frequentados. Só que o Plano de Manejo não dispõe
1833 nada sobre como é a relação dessa comunidade com esse atrativo turístico, que é a Cachoeira do Rio
1834 das Minas. Veja, é a cachoeira que dá nome, é o rio que dá nome a comunidade, que dá nome a
1835 cachoeira. A simbiose entre esses dois sujeitos está presente no nome, está presente no cotidiano. E um
1836 Plano de Manejo que não especifica como vai se dar essa relação, pelo menos em plano geral, é um
1837 plano de manejo que, no final das contas, se sobrepõe, inclusive, a direitos, a pretensão e a possibilidade
1838 de um desenvolvimento sustentável dessa comunidade a partir da exploração desse atrativo. E a
1839 comunidade de Rio das Minas, especificamente, que é a mais impactada porque está sobreposta ao
1840 território, participou de diversas etapas de elaboração do Plano de Manejo, fez sugestões com muitas
1841 limitações. Nós, do ISA, não conseguimos acompanhar esse debate, nós fomos demandados por
1842 questão de demanda. Mas a gente está acompanhando a APA dos Quilombos de Ribeira e está
1843 acompanhando também o debate lá no Parque Estadual da Caverna do Diabo. E eu não tenho dúvida
1844 que se o Estado tivesse uma disposição um pouco maior para ouvir melhor essas comunidades, isso
1845 teria reflexo no texto do Plano de Manejo. Foi feito inclusive, uma reunião específica lá no Rio das

1846 Minas, com a comunidade para tratar dessa questão, mas foi uma reunião pouco frutífera, porque pouco
1847 o Estado conseguiu entender o que a comunidade dizia e pouco a comunidade conseguiu entender o
1848 que o Estado dizia. Por isso, a sugestão que eu vou fazer aqui é que a CTBio possa, minimamente,
1849 escutar a comunidade de Rio das Minas sobre suas sugestões, ela fez sugestões no Plano de Manejo,
1850 mas que não foram levadas em consideração porque elas sequer chegaram a CTBio. E aqui, para
1851 encerrar, a gente volta num debate que já foi feito aqui várias vezes, que é da presença dessas
1852 representações de povos e comunidades tradicionais no CONSEMA. Diferente da Fiesp, da Faesp, da
1853 Secretaria de Agricultura, que estão bem representados no CONSEMA, nós não temos representação
1854 do campo dos trabalhadores. Já tivemos, no CONSEMA, que foi retirado, e não temos representação
1855 de povos e comunidades tradicionais aqui, o que torna muito mais difícil para esses sujeitos não só
1856 acompanharem o debate técnico que se faz, às vezes até no nível do uso da palavra difícil de
1857 compreender, mas da própria possibilidade de estar no espaço político, de discutir essas questões e
1858 colocar seus pontos de vista. Então, na minha forma de ver, se o Plano de Manejo é aprovado dessa
1859 forma, no que diz respeito às comunidades tradicionais, é um Plano de Manejo que, no final das contas,
1860 ignora essas sobreposições, ignora a existência dessas comunidades e as demandas que foram
1861 apresentadas. Por isso que a demanda que eu trago aqui do Quilombo de Rio das Minas é a
1862 possibilidade da CTBio, do CONSEMA, escutar a comunidade quilombola para poder incorporar ou
1863 não essas sugestões que a comunidade está fazendo ao Plano de Manejo. E por último mesmo, nós
1864 vamos fazer esse debate em outros Planos de Manejo que vão chegar aqui. Já foi citado aqui o Plano
1865 de Manejo do Parque Estadual da Caverna do Diabo. Eu estive nessa última reunião e esse tema dos
1866 agrotóxicos não foi levantado lá. Mas eu tenho feito um trabalho junto com a Eacone com as
1867 comunidades tradicionais para fazer gestão naquele Plano de Manejo no Parque Estadual da Caverna
1868 do Diabo, e eu espero que o CONSEMA, quando esse Plano de Manejo chegar aqui, possa aprofundar
1869 sinceramente o debate sobre a sobreposição de comunidades tradicionais e Unidades de Conservação,
1870 porque as comunidades não são inimigas das Unidades de Conservação, e as Unidades de Conservação
1871 também não podem ser inimigas das comunidades tradicionais, é construir um caminho que viabilize
1872 a conservação ambiental com respeito ao direito dessas comunidades.

1873
1874 **03:33:10 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Vou chamar agora o conselheiro
1875 Ricardo Rosário. Na sequência, a gente chama também o conselheiro a conselheiro Ester, o conselheiro
1876 Fontes e o conselheiro Levkovicz.

1877
1878 **03:33:21 Ricardo Rosário:** Obrigado, Anselmo. Acho que eu acabei de conseguir mais um parceiro
1879 para tirar a votação do Plano de Manejo da pauta. Obrigado, conselheiro. Vamos lá. Não vou entrar
1880 nesse tópico, mas acho que se os quilombos não estão reconhecidos, a Secretaria, em nome do Itesp,
1881 está à disposição para a gente fazer o reconhecimento. Esse é um outro ponto e aí a gente tirar essas
1882 áreas de dentro dos Planos de Manejo. Se é, como o secretário colocou, uma Unidade de Conservação
1883 de Proteção Integral, não deveria ter sobreposição alguma, que esse é um outro problema que a gente
1884 vai enfrentar. Mas esse não é o meu ponto principal. O secretário colocou aqui da gente olhar o caso
1885 concreto. Então vamos no caso concreto, que é superimportante, dois pontos essenciais aqui: primeiro,
1886 a gente está falando de uma Unidade de Conservação de 40 mil hectares. Vocês tem ideia do que são

1887 40 mil hectares? 40 mil campos de futebol, mais ou menos. A gente falar de uma faixa de 500 metros
1888 que a gente não pode fazer pulverização aérea? Será que a gente está indo contra o estudo do Biota?
1889 Desculpa, eu tenho minhas dúvidas. Segundo, o Nalon colocou ali que esse Plano de Manejo começou
1890 a ser discutido em 2019, certo? A gente está em 2025, seis anos. E aí, de um dia para o outro, a gente
1891 quer falar para os produtores rurais que eles não podem mais uma asa fixa? Eu acho que a gente tem
1892 que pensar numa transição. Queremos mudar? Queremos mudar. Sou totalmente a favor do que o
1893 Rodrigo colocou. Vamos repensar as Unidades de Conservação, os usos, a agricultura sustentável, mas
1894 eu acho que não dá pra ser de um dia para o outro também a gente chega para eles e fala assim: amanhã
1895 vocês não podem mais usar asa fixa. Sem contar que assim, a gente fala do drone, é uma coisa linda,
1896 maravilhosa. A gente vai lá na *Rihappy* e compra um drone e se diverte. Um drone para o agro não é
1897 assim, não é igual uma asa fixa. O custo que tem é totalmente diferente. A gente não tem essa tecnologia
1898 dominada, como se a gente fala, hoje, aqui, vamos substituir a asa fixa pelo drone. Não é assim,
1899 desculpa. E aí, se a gente está falando que é 1% das pessoas, então vamos desapropriar elas e integrar
1900 no parque, ou a gente vai fazer uma desapropriação indireta dessas pessoas porque elas não vão poder
1901 mais usar banana. Não sei. Vamos pensar em solução, né? Eu acho que vale a pena a gente aprofundar.
1902 E aí concordo plenamente, conselheiro, que a gente tem que discutir mais os defensivos. Então, vamos
1903 trazer uma pauta, vamos trazer a CDA aqui para discutir, vamos trazer a indústria dos dispersores, dos
1904 pulverizadores, e falar a mesma linguagem, porque eu acho que isso também falta um pouco. O meio
1905 ambiente fala uma coisa, a agricultura fala outra. Acho que não é isso, e acho que não é isso que a
1906 gente tem construído nesse governo. A gente tem construído consensos, a gente tem construído
1907 parcerias. Em vários assuntos nós estamos caminhando junto e cada vez mais. E acho que é isso que a
1908 gente tem que construir, né? Então, acho que esses são os pontos que eu gostaria de enfatizar
1909 principalmente, a gente está falando de uma área, de novo, de 40 mil hectares. É muita área pessoal.
1910 De novo, estamos falando de um Plano de Manejo que demorou seis anos, e a gente, de um dia para
1911 outro, fala que eles não podem mais usar. Eu acho que é um pouco pesado, sinceramente, E acho que
1912 a gente tem inteligência suficiente para construir uma transição, um *vacatio legis*. Quanto tempo isso
1913 vai demorar para entrar em vigor? O Rodrigo colocou isso. Daqui há cinco anos talvez asa fixa seja
1914 obsoleta. Tomara, vamos lutar para isso, vamos construir, mas hoje ela não é. Hoje ela é o instrumento
1915 que o agro tem. Poxa, será que é barrar hoje? Desculpa, eu acho que a gente tem inteligência suficiente
1916 para construir um caminho do meio aqui juntos. Obrigado.

1917
1918 **03:37:29 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Conselheira Ester.

1919
1920 **03:37:35 Ester Feche Guimarães:** Bom dia, obrigada pela palavra. Bom dia, secretário Jonatas. O
1921 que eu quero trazer aqui é uma colocação, no caso, Nalon, especificamente do Plano, que eu acho que
1922 talvez a gente possa incorporar nas práticas das políticas públicas e planos que são realizados, que
1923 partem das Câmaras Técnicas. As Câmaras Técnicas são produtoras de política pública e tudo aquilo
1924 que a gente produz, como técnica especialista da parte de regulação, eu venho trazer um tema que eu
1925 acho que é importante a gente incorporar dentro dos nossos produtos, que é a Análise de Impacto
1926 Regulatório. Obviamente, no estudo da Câmara Técnica a gente consegue observar isso, considerou os
1927 diversos temas que estão colocados aqui pelos senhores, e agradeço até também a colocação, porque

1928 acho que esclarece para nós que eventualmente não somos especificamente desses temas, mas que é
1929 uma metodologia que é mandatória hoje, que eles já vem de 2010 e que a gente deve incorporar nas
1930 nossas produções de políticas públicas e que ela vai demonstrar a análise que foi feita, considerando
1931 todos esses temas estratégicos, controversos e que têm impacto social, ambiental e econômico também.
1932 Então, minha sugestão é essa, secretário Jonatas, é que a gente comece a pensar isso mesmo, inclusive
1933 em questão da própria Secretaria, de a gente ter realmente uma metodologia no contexto mesmo de
1934 Análise de Impacto Regulatório, porque também quando vem pra cá para os conselheiros, ela já vem
1935 com a demonstração, fizemos Análise de Impacto regulatório, tem, eventualmente, questões a serem
1936 enfrentadas, mas no balanço e na análise consideramos que esse tema está equacionado com esses
1937 parâmetros. Então é uma sugestão que eu coloco. Obrigada;

1938

1939 **03:39:48 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Conselheiro Fontes.

1940

1941 **03:39:53 José Luiz Fontes:** Sobre a questão específica do agrotóxico, a Cris vai falar pela Faesp. Eu
1942 só queria dizer que, quanto a questão da participação dos produtores, o que eu disse foi que, em nenhum
1943 momento isso foi demonstrado. Eu gostaria muito que houvesse essa demonstração por parte da CTBio,
1944 da participação dos agricultores. A informação que nós temos é de que eles não participaram. Nós
1945 cobramos isso na reunião da CTBio, a CTBio ficou de nos enviar a ata da reunião e não nos enviou.
1946 Foi isso que eu disse e continuo afirmando. Então, Cris, por favor, sobre a questão do agrotóxico.

1947

1948 **03:41:02 Cristina Murgel:** Bom, tentar ser bem objetiva e bem rápida. Eu acho que alguns pontos até
1949 eu precisava esclarecer primeiro. Secretário, pegando o último ponto da sua fala, da questão da CDA,
1950 realmente foi consensuado no caso em que se estabeleceu o *buffer* de que a CDA seria competente para
1951 a autorização mediante um laudo. O que nós alertamos na nossa manifestação é que o procedimento
1952 para isso, onde vai ser entregue esse laudo, quem vai analisar, o tempo que vai demorar e como que
1953 vai funcionar a análise da CDA, isso não se avançou, pelo menos a Faesp não tem conhecimento de
1954 qual vai ser a operacionalização desse procedimento. Então, esse foi o alerta que nós fizemos. E outra
1955 outra questão, obviamente, é da nota técnica, quando o secretário, inclusive, coloca na sua fala:
1956 "estamos sim pautados pela ciência", no sentido de que o Biota Síntese, e eu nem tenho a pretensão
1957 aqui de refutar, mas lembrando que esse trabalho foi apresentado ao plenário como um avanço, como
1958 bem foi feito, inclusive, na explanação na plenária no dia, eu assisti também, e é um modelo matemático
1959 que trabalha com algumas suposições, e aí, Nalon, eu queria fazer uma consideração: a questão do
1960 investimento que você coloca, obviamente, o ganho, o serviço ecossistêmico, no sentimento geral, ele
1961 é realmente algo que existe e que nós todos aqui que sentamos nesse conselho, lutamos para que isso
1962 avance. Agora, você usou uma expressão que é muito correta e muito pertinente, é a conta no papel, na
1963 ponta do lápis. A conta dentro de uma propriedade, o custo de uma restauração dentro da propriedade.
1964 Quer dizer, quanto vai custar. São poucos produtores? Podem ser poucos produtores, mas eles serão
1965 impactados. E aí eu remeto a fala do Rodrigo, todos nós queremos avançar na sustentabilidade. Agora,
1966 o problema é a velocidade que nós vamos fazer isso e como vamos fazer, porque ninguém pode ficar
1967 para trás, ninguém pode ficar pra trás, principalmente no Vale do Ribeira. Então, quando a gente coloca
1968 que a banana é importante lá, nós não estamos falando porque nós queremos que as coisas continuem

1969 como estão, porque ela é uma das culturas, talvez quase que a única cultura que consegue dar
1970 sustentabilidade ali. E cada vez mais consorciada, a própria Secretaria de Agricultura me parece que
1971 tem um projeto importante lá, consorciando banana com cacau, a questão do orgânico que vai entrando,
1972 a questão das comunidades que vão também se desenvolvendo. Então, vamos com cautela, né? Acho
1973 que, e aí, voltando na questão do 500 ou 250, a curva que está sendo apresentada para eficiência da
1974 polinização, ela pode ser puxada um pouquinho para a direita e um pouquinho para a esquerda, e se
1975 nós repararmos, a inflexão dela é no 250 metros, então eu poderia adotar 280, eu teria 82% de
1976 eficiência, como diz a nota técnica, mas eu teria lá os 80, 70. Veja, vai ficar muito subjetivo. E a nossa
1977 preocupação, Jonatas, é essa, o caso a caso. Nós precisamos fixar critérios que tenham segurança e
1978 previsibilidade, que a gente consiga caminhar. Nós nem testamos o caso anterior em termos de
1979 procedimento, em termos de manutenção, não foi testado e já estamos pulando para o dobro, essa faixa
1980 já é o dobro. Então, são essas as questões. E um último ponto que eu queria ressaltar, que a fala do
1981 Prioste me despertou aqui, quando ele diz da falta de mapeamento. Quando a gente se refere ao
1982 detalhamento da faixa de 500 metros, o que está sendo dito e, tanto por cento da área, não há um
1983 mapeamento. E esse Plano de Manejo não traz das propriedades que estão lá. Nem a base do CAR está
1984 sendo citada. Então, nós estamos falando de propriedades de que tamanho? Nós estamos falando de
1985 quantas propriedades? E se 3% são 100 propriedades, são 50 propriedades, são cadastros regularizados,
1986 não são? São áreas que estão em comunidades? Então esse mapeamento não foi feito. Então, eu só
1987 queria fazer essas considerações e dizer mais uma vez aqui, eu acho que é a última fala da Faesp no
1988 sentido de que a Faesp não se opõe a regras específicas, porque ela é, como todo o setor produtivo, são
1989 regras claras, regras que permitam a gente avançar com segurança, com previsibilidade. Então, foi
1990 nesse sentido a nossa manifestação, e como reforçado pelo Fontes, a questão da participação do setor,
1991 como ela é registrada e, no mínimo, a gente teria que ter isso, quem participou, como participou.

1992
1993 **03:47:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Cris Murgel. São exatamente 13h04, é o horário que
1994 é o teto das reuniões do CONSEMA. Então, vou pedir para todos, para a gente já abordar falas
1995 conclusivas, já direcionando aos encaminhamentos. Vou pedir aqui a palavra do conselheiro Rodrigo
1996 Levkovicz. Obrigado.

1997
1998 **03:47:26 Rodrigo Levkovicz:** Só breves esclarecimentos, gente. Sobre a participação dos produtores,
1999 bom, sendo muito honesto, a CAT acabou participando de quase todas as oficinas. Então, a gente
2000 entende que também essa interlocução era importante, por isso que a gente tem aqui representações
2001 institucionais de diversos setores. A gente teve um que participou mais ativamente das discussões e
2002 não houve um grande engajamento, mas houve várias oficinas que estavam à disposição para que esses
2003 debates fossem feitos, inclusive com os órgãos de representação institucional. Acho que isso é um
2004 ponto. O segundo ponto, falando aqui em relação ao que o conselheiro Prioste trouxe, eu li todas as
2005 contribuições que foram feitas aqui. Todas, todas. Aí eu consegui identificar três ordens de
2006 contribuições. Uma, e não desmerecendo, algumas que são redundantes, porque tem que respeitar os
2007 direitos dos povos e comunidades tradicionais. É óbvio isso. Eu entendo a necessidade da redundância,
2008 mas assim, ela não afeta o conteúdo meritório do que está sendo proposto, porque respeitar o direito é
2009 princípio basilar da atuação republicana e democrática do Estado. Algumas outras eu vejo que tem

2010 espaço da gente melhorar, e outras que não vou ficar destacando aqui. Entendo que são difíceis de
2011 serem acatadas porque elas provocam exceções a um sistema legal pré estabelecido. Por exemplo,
2012 precisa de autorização para supressão de vegetação, ressalvados os povos originários e comunidades
2013 tradicionais. Então, vai precisar de uma autorização também, inclusive a 189 traz as autorizações.
2014 Então, eu acho que tem essas três ordens. Essas últimas eu vejo elas como uma, assim, são muito
2015 poucas. Até fiz as anotações aqui, mas considerando os debates aqui de que a gente teve, tanto da
2016 questão da pulverização aérea como da incorporação, até aproveitando, a gente tem, aí é um pedido,
2017 que eu sei que as representações das comunidades tem pouca perna, muito trabalho, mas o que a gente
2018 está enfrentando aqui? Várias vezes a gente avança nos territórios e consegue construir um consenso e
2019 quando sobe aqui para o CONSEMA, ou quando vem aqui, não é nem que sobe, é que a gente está na
2020 serra, então eu estou acostumado a falar que queria iria estar morando lá na praia, na verdade, queria
2021 estar lá embaixo, mas quando sobe aqui a serra, ou quando vem para o CONSEMA, a gente verifica
2022 que os trabalhos de representação eles são aprofundados, e aí vem o monte de contribuição e passa a
2023 impressão de que algumas conversas não foram feitas. Então, assim, quando chegou isso aqui, com um
2024 monte de contribuição, eu falei nossa, o que será que aconteceu? Aí depois que eu li, eu falei: acho que
2025 está mais tranquilo, e os consensos do Conselho da Unidade me mostram que os debates foram feitos
2026 e as discussões foram levadas. E até perguntei aqui pra equipe, acho que 85% das contribuições dessas
2027 comunidades foram incorporadas no plano. Talvez não da forma com que a leitura das assessorias, às
2028 vezes da Defensoria, às vezes é EACONE, às vezes é o próprio ISA. É ilegítimo que isso aconteça.
2029 Mas assim, só para também dar um panorama pros outros conselheiros de que a grande parte das
2030 contribuições foram acolhidas. Então a gente está falando aqui mais de, talvez, redação de texto. Aí,
2031 colocar aqui, Jonatas, uma proposta meio termo, para a gente discutir, que eu acho que, talvez, voltar
2032 pra CTBio não seja o ideal, mas que a gente tenha um interstício para a gente fazer essas discussões.
2033 A Fundação se coloca à disposição, junto com a Secretaria, tanto para trabalhar essa pauta das
2034 contribuições das comunidades, como também do setor, tanto da Agricultura, da Faesp, para ver se a
2035 gente consegue pacificar os pontos que foram trazidos, mas no âmbito da plenária do CONSEMA, e
2036 aí, numa próxima ou numa outra, a gente traz aqui quando a situação estiver mais equacionada, mas a
2037 gente, assim, entendendo a importância do trabalho da equipe, mas também para não dar um clima do
2038 tipo vai ser desse jeito, que a gente quer. Então, como Fundação Florestal, o principal interessado, a
2039 gente coloca isso para votação.

2040
2041 **03:52:20 Jonatas Trindade:** Eu acho que é super razoável. E é isso, Prioste, Ricardo. Falei na minha
2042 fala inicial, aberto o tempo todo para discussão, mas como o Rodrigo colocou, tiveram os momentos,
2043 ocorreram os momentos em que eventualmente tem uma maior ou menor participação. A discussão foi
2044 franca e aberta. Na discussão que eu tive com a equipe técnica, até no acompanhamento do
2045 desenvolvimento, não só desse Plano de Manejo, como de outros, é que eles têm um processo robusto,
2046 que tem feito um chamamento para que as pessoas e as comunidades participem. Então, assim, o
2047 processo da Fundação é um processo robusto, registrado. Às vezes não é refletido, como o Rodrigo
2048 colocou, não traz ou não vem no âmbito da discussão, mas tem registro do que tem sido feito, na forma
2049 como tem sido feito. As contribuições têm sido internalizadas naquilo que é pertinente, porque tem
2050 coisa também que é contrária à lei e a gente não vai incluir, logicamente, num Plano de Manejo, se é

2051 alguma coisa contrária à lei, mas aquilo que é pertinente e factível tecnicamente, eu não tenho visto
2052 nada que não tenha sido incorporado ou aquilo que eventualmente não incorporado por alguma questão
2053 técnica ou legal, é isso que eu tenho observado. No que você falou da questão do mapeamento, o que
2054 não foi refletido, a informação que eu tenho é porque não foi definido o território, mas talvez a gente
2055 possa adotar cartograficamente, colocar um ponto. Eu não tenho território, mas tem um ponto com a
2056 presença dessa comunidade aqui, por exemplo, para aprimorar o mapa. Então, você está entendendo?
2057 Esse tipo de coisa a gente pode logicamente discutir e aprimorar. E como o Rodrigo colocou, eu acho
2058 que voltar para o CTBio não traz a discussão ampla, porque é um grupo menor, e eu acho que o ideal
2059 é fazer isso aqui de uma forma mais ampla, envolvendo as comunidades, os quilombolas, trazendo isso
2060 para cá, para discutir junto com a gente, a gente pode marcar o momento e fazer essa discussão mais
2061 ampla, para poder realmente aprimorar o Plano de Manejo, para ter um Plano de Manejo robusto e
2062 seguro tecnicamente e juridicamente. Assim, tecnicamente, o que eu tenho visto é um trabalho de
2063 excelência, isso eu posso falar porque eu fiquei surpreendido. Isso, eu falo, porque quando eu cheguei
2064 aqui em São Paulo, eu me surpreendi com a forma, porque a forma é feita pela própria equipe técnica
2065 da secretaria, da Fundação, do IPA. Todo mundo envolvido nesse processo. No início eu fiquei
2066 desconfiado disso, mas assim, como assim, é desenvolvido pelos próprios técnicos, que tem uma
2067 responsabilidade grande, porque não contratar? Como é que vocês dão conta disso? E aí eu fui
2068 surpreendido tecnicamente pela qualidade na forma da condução, pelo próprio procedimento que foi
2069 estabelecido aqui e no conteúdo mesmo, que é bastante robusto. Pelo menos essa é a minha percepção
2070 do que eu venho acompanhando na leitura que eu tenho feito do processo e na forma de condução.
2071 Então assim, isso para mim foi uma grata surpresa, positiva mesmo, porque isso eu não vejo em lugar
2072 nenhum acontecer da forma como acontece aqui, muito pelo envolvimento técnico, a gente tem gente,
2073 por exemplo, vou dar o exemplo aqui do IPA, porque está fácil, é pós doc, doutores, pós doc, pessoas
2074 que tem profundidade e conseguem agregar de uma forma muito própria esse conteúdo dentro dos
2075 Planos de Manejo. Da mesma forma, a equipe da Fundação, equipe da CPLA, são pessoas que
2076 conhecem do que estão tratando, envolver a Agricultura no trabalho que a gente tem feito de forma
2077 integrada. Agricultura, também não tem problema nenhum, muito pelo contrário. Eu acho que quanto
2078 mais participação melhor. Mas o que eu posso falar é o seguinte: a gente tem um processo, um processo
2079 que tem esse cuidado. A Fundação tem tido esse cuidado com as comunidades, com as pessoas. A
2080 gente tem agora, principalmente recentemente, um histórico de respeito às comunidades. Você sabe,
2081 você tem acompanhado esse processo, de entender a presença dessas pessoas no território, de entender
2082 e tentar internalizar aquilo que possa trazer a segurança técnica e jurídica no processo de construção e
2083 de presença, para que eles possam desenvolver as atividades que já desenvolvem tradicionalmente. Eu
2084 não tenho visto nada diferente disso, muito pelo contrário. E não é simplesmente o relato do que eu
2085 ouço da equipe da Fundação. É o relato das próprias comunidades, aquelas que eu pude ter a
2086 oportunidade desse contato, dessa parceria e dessa compreensão e desse arranjo do ponto de vista
2087 positivo, da compreensão desse alinhamento que tem tido entre as comunidades e a preocupação que a
2088 gente tem aqui ambiental. Então, assim, é um alinhamento socioambiental de uma forma muito clara e
2089 muito robusta, balizada num trabalho técnico, sério, da Fundação Florestal. Então, concordando com a
2090 proposição do Rodrigo, e aí eu coloco para a gente voltar e discutir, da gente fazer esse trabalho a
2091 várias mãos aqui no pleno, com a participação daqueles também que puderem e quiserem colocar essa

2092 votação. E aí, a gente pensa num cronograma, estabelece um cronograma e faz. O que eu não queria
2093 fazer é não dar andamento ao processo. Acho que a gente tem que dar andamento a esse processo. Não
2094 dá para também ficar anos, porque é um processo que já tem uma maturidade, já tem bastante tempo.
2095 Nós temos muitos elementos que podem contribuir na finalização desse Plano, com esses ajustes que
2096 a gente pode fazer, né? Voltando aqui na fala da Ester em relação a Análise de Impacto Regulatório,
2097 não foi implementado da forma como eu já participei de alguns processos de análise de impacto
2098 regulatório. É quase a mesma coisa. O que a Fundação faz, ela tem essa particularidade de perceber e
2099 de buscar essas contribuições, e essa avaliação nesses diversos aspectos de uma Análise de Impacto
2100 Regulatório. Eu acho que é até mais robusto, porque é um trabalho que eles fazem lá na ponta, não é
2101 um trabalho que tem um distanciamento muito grande em relação às comunidades. É um trabalho muito
2102 mais local, com a presença do gestor, fazendo essa interlocução direta com a comunidade, buscando
2103 essas contribuições e internalizando isso na discussão que tem sido feita no Plano de Manejo. Então,
2104 eu acho que ela tem uma robustez até maior do que uma Análise de Impacto Regulatório, mas eu acho
2105 que é um aspecto que a gente pode também discutir. E aí também, colocando um pouquinho do que o
2106 Fontes trouxe, da demonstração, a gente vai trazer essa demonstração e, logicamente, esse espaço, que
2107 é um espaço público, aberto, totalmente aberto para que haja essa discussão aí, já que a gente está
2108 pensando, foi sugerido, a gente vai colocar aqui a votação o interesse de ampliar e trazer esses
2109 momentos de discussão aqui dentro do CONSEMA. Então, Anselmo, quer puxar a votação?

2110

2111 **03:59:51 Anselmo Guimarães:** Eu acho que só o conselheiro Smolentzov e o conselheiro Jorge Rocco
2112 tinham pedido para fazer uma manifestação.

2113

2114 **03:59:57 Daniel Smolentzov:** Obrigado. Queria fazer uma proposta intermediária de
2115 encaminhamento, considerando a relevância do Plano de Manejo e tudo o que foi colocado aqui. Como
2116 só são dois pontos que parece que ainda não estou 100% equacionados, a minha proposta seria de nós
2117 votarmos o Plano de Manejo com uma regra de que esses dois pontos estariam suspensos para uma
2118 análise, aí podemos até fixar o tempo dessa análise, 60 dias, 90 dias, e retornando então para a plenária,
2119 para a votação específica desses dois pontos. Essa seria a minha proposta de encaminhamento, em vez
2120 de suspender tudo. Entenderam? Então votamos o Plano. Se todos estiverem de acordo, o Plano sai
2121 aprovado. Só que dois capítulos, dois assuntos do Plano estariam suspensos. Não tem aplicação
2122 imediata, que é a questão da dispersão dos agrotóxicos e a questão das comunidades quilombolas. E
2123 isso seria então trabalhado internamente e retornaria para o plenário em 60 dias, 90 dias, vejam qual é
2124 o prazo adequado.

2125

2126 **04:01:15 Anselmo Guimarães:** Nós temos uma questão bem delimitada, que é a questão da
2127 pulverização. A questão que o Prioste colocou, o que você entende disso, conselheiro?

2128

2129 **04:01:22 Fernando Prioste:** Olha, eu confesso que eu acompanho o da APA dos Quilombos e
2130 acompanhei no Parque Estadual da Caverna do Diabo. A sugestão que o pessoal da EACONE deu e o
2131 Rio das Minas fez para o do Cananéia foi espelhado no trabalho que a gente ainda não terminou lá,
2132 então, eu nem vi com tanta profundidade, também recebendo mais ou menos no mesmo momento, mas

2133 ele passa por todo o corpo do Plano de Manejo, então talvez é difícil delimitar o inciso tal. E, de toda
2134 forma, a aprovação do Plano de Manejo do CONSEMA não é o ato jurídico formal que dá vigência ao
2135 Plano de Manejo, ainda tem o Decreto, o governador. Então, no fim das contas, acho que tanto faz a
2136 saída, é só uma questão um pouco mais técnica, jurídica, que não tem muito efeito prático. Mas por
2137 mim, qualquer caminho é um caminho, tanto garantindo que as comunidades possam discutir, tendo
2138 aprovado parcialmente, ou não, o Plano, para mim está ótimo, a mesma coisa com relação ao tema dos
2139 agrotóxicos.

2140

2141 **04:02:15 Anselmo Guimarães:** Perfeito. Então, até porque está sendo aprovado aqui o Relatório Final
2142 da Comissão Temática de Biodiversidade, que vai encaminhar a Minuta de Resolução, e a Minuta de
2143 Resolução é exatamente aquilo que não se tem um consenso ainda. Então, submeto aqui a aprovação
2144 do relatório da CTBio, perfeito? Ficando em suspenso a continuidade da apreciação da minuta, pode
2145 ser? Então submeto aqui a apreciação. Quem estiver contrário, por favor, se manifeste. Por favor. Jorge
2146 pediu para retirar aqui. Então, submeto aqui a aprovação do Relatório Final da CTBio. Estou vendo
2147 aqui a mão levantada do Fontes, por favor.

2148

2149 **04:03:10 José Luiz Fontes:** Eu justifico o voto e mantenho o dissenso, porque os pontos apontados
2150 pelo doutor Daniel não contemplam a questão da não participação dos produtores. Acho que a mesma
2151 consideração devemos ter com as comunidades tradicionais, especificamente as comunidades
2152 quilombolas, devemos ter também com os produtores rurais que já disse aqui duas vezes, e o próprio
2153 secretário disse que vai ainda fazer essa demonstração. Então, eu entendo que o Plano deveria ser
2154 votado após essa demonstração.

2155

2156 **04:04:02 Anselmo Guimarães:** Então nós temos aqui a manifestação do Fontes com relação ao
2157 próprio Plano de Manejo. Mais alguém gostaria de se manifestar contrário a esse encaminhamento?
2158 Por favor. Mais nenhuma manifestação em contrário. Então o relatório fica aprovado, da CTBio,
2159 ficando, então, a recomendação de adaptação da minuta, que vai ter diversos aspectos ainda a serem
2160 abordados. Proponho, então, aqui ao conselho, obviamente, que são 13h21... O Rodrigo só vai dar um
2161 esclarecimento.

2162

2163 **04:04:50 Rodrigo Levkovicz:** Só queria trazer uma coisa dos produtores. Para povos originários e
2164 comunidades tradicionais, a gente tem um procedimento específico, a Convenção 169, da OIT. Para o
2165 resto da sociedade, nós temos o Roteiro Metodológico e o Sigap, que preveem oficinas participativas
2166 para todos os segmentos e com as representações institucionais asseguradas. Isso foi totalmente
2167 respeitado. Se houve a adesão ampla dos produtores de banana, isso não macula o procedimento,
2168 porque a oportunidade de discussão e as discussões foram trabalhadas no território com a presença de
2169 representantes institucionais, e aqui eu faço referência a CAT, que é o grande representante do Estado
2170 para essa pauta. Então, eu vejo que tem uma diferença do que está sendo trabalhado, e eu respeito o
2171 posicionamento do Fontes, mas o procedimento legal que deveria ter sido seguido foi seguido, então,
2172 eventual não adesão massiva de um setor não descaracteriza a legitimidade do Plano, porque a
2173 oportunidade de foi dada.

2174

2175 **04:06:02 Daniel Smolentzov:** Anselmo, só a questão do encaminhamento que o conselheiro aqui me
2176 pediu esclarecimento. A proposta, então, é aprovar o Relatório da CTBio com duas ressalvas. A
2177 ressalva em relação a dispersão dos agrotóxicos e a ressalva em relação aos tradicionais. Então, o Plano
2178 de Manejo ficaria aprovado nesses termos e esses dois assuntos vão ser discutidos internamente e
2179 voltariam para aprovação do plenário.

2180

2181 **04:06:37 Anselmo Guimarães:** O Relatório Final da CTBio fica aprovado com as duas ressalvas.

2182

2183 **04:06:46 Daniel Levkovicz:** Sobre esses dois assuntos, nós não estamos nem voltando. Nós abrimos
2184 o prazo, só que a minha proposta intermediária em relação ao conselheiro Rodrigo foi a seguinte: em
2185 vez de suspender tudo e voltar para o plenário, como o Plano de Manejo, eu acho que é um documento
2186 importante, que precisa estar presente na Unidade de Conservação, nós aprovaríamos o Plano de
2187 Manejo, aprovação parcial, com a ressalva de dois temas. Esses dois temas estariam suspensos dentro
2188 do Plano de Manejo, e aí esses dois Planos de Manejo teriam a vigência deles estaria condicionada a
2189 uma nova apreciação do plenário do CONSEMA. Então, eu acho, inclusive, que o processo deveria
2190 seguir, porque a aprovação do Plano de Manejo, nós podemos fazer essa ressalva na própria resolução,
2191 que ele está aprovado, com exceção dos itens tais que cuidam da questão da dispersão dos agrotóxicos
2192 e com possibilidade de revisão dos aspectos que envolvam as comunidades tradicionais. Porque a
2193 minha ideia, se todos estiverem de acordo, é que o Plano de Manejo tenha efetividade, que ele seja um
2194 documento posto, que aí nós teríamos até mais tempo para trabalhar essas questões específicas sem
2195 ficar postergando a aplicação dessa normativa, que é importante.

2196

2197 **04:08:22 Anselmo Guimarães:** Perfeitamente. Se ninguém se opuser, então, a proposta fica
2198 encaminhada. Ficou apenas o dissenso registrado pelo conselheiro Fontes, da Faesp. Então, vai ser
2199 dada a continuidade nos termos colocados pelo conselheiro, obviamente tudo registrado na ata. Então,
2200 com relação a isso, creio que estão suficientes os trabalhos de hoje e a gente vai dando prosseguimento.
2201 Obviamente, o cronograma das próximas etapas e discussões vai ser encaminhado aqui pelo Comitê
2202 de Integração de Planos de Manejo, com o aval aqui do subsecretário de Meio Ambiente, a gente vai
2203 posicionando os conselheiros. Tudo bem, secretário, podemos tocar? Então, dito isso, encerrada a
2204 reunião de hoje, fica para o próximo capítulo o debate com a aprovação.

2205

2206